# Manual de Preparação para a Deportação para Famílias Imigrantes

## Faça um plano para proteger os seus filhos e as suas finanças perante uma deportação

Cover art Arte da capa por Melanie Cervantes, paginação por Design Action Collective

Appleseed Network

# Manual de Preparação para a Deportação para Famílias Imigrantes

## Faça um plano para proteger os seus filhos e as suas finanças perante uma deportação

Edição de 2025

Rede Appleseed

Esta investigação foi financiada em parte pela Fundação Annie E. Casey, e agradecemos o seu apoio; no entanto, as conclusões e resultados apresentados neste relatório são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as opiniões da Fundação. O apoio pro bono para a atualização de 2025 foi generosamente fornecido por Ballard Spahr LLP, Hogan Lovells LLP e Cooley LLP. Além disso, a Appleseed deseja expressar a sua gratidão ao The William Alanson White Institute Center for Public Mental Health e aos seus colaboradores individuais pela sua experiência: autores pro bono, Tomás Casado-Frankel, M.A., LMFT, e Maria Nardone, Ph.D.

***Aviso Legal***

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Índice


1. Guarda de Menores
   - Compreender a Guarda de Menores e a Tutela: Definições básicas
   - Quem pode requerer a guarda ou a tutela e como é que o tribunal o determina?
   - Planeamento da guarda dos filhos antes da detenção ou deportação
   - Proteção dos direitos parentais durante a detenção
   - Opções para pais que enfrentam deportação
   - Barreiras que uma família imigrante pode enfrentar no tribunal
2. Bens e benefícios dos filhos menores
   - O efeito da deportação nos bens do seu filho e considerações gerais para proteger esses bens
   - Considerações específicas para a proteção de determinados bens comuns
   - Leis sobre bens não reclamados
   - Lista de verificação: Bens e benefícios dos filhos menores
3. Gerir os aspetos psicológicos da deportação e da custódia dos filhos
   - Porque falar sobre a deportação é tão stressante
   - Porque é importante falar sobre a deportação
   - Formas de monitorizar o stress para permitir conversas
   - Crianças de diferentes idades terão reações e preocupações diferentes
   - Estratégias para conversar com as crianças sobre a deportação
   - Como lidar com a deportação ajudando os seus filhos a sentirem-se seguros
   - Recursos de saúde mental
   - Lista de verificação: Gerir os aspetos psicológicos da deportação e da custódia dos filhos
4. Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária
   - Manter a sua conta aberta
   - Gerir a sua conta por si próprio
   - Criar uma conta bancária conjunta
   - Conceder uma procuração financeira ou limitada
   - Encerrar a sua conta bancária
   - Cofres de segurança
   - Lista de verificação: Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária
5. Cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito
   - Primeiros passos: Recolher informações importantes
   - Cartões de crédito
   - Cartões pré-pagos
   - Cartões de débito
   - Lista de verificação: Cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito
6. Gestão de contratos de serviços de curto prazo pendentes e facturas relacionadas
   - Exemplos de contratos de serviços de curto prazo
   - Acções iniciais
   - Rescisão de um contrato
   - Lista de verificação: Contratos de serviços de curto prazo e facturas relacionadas

7. Empréstimos “payday” e outros empréstimos de curto prazo
- O que acontece à sua dívida de empréstimo depois de deixar o país?
- Como dar prioridade ao reembolso da dívida
- Trabalhar com o credor para prolongar os pagamentos do empréstimo e/ou negociar o montante do reembolso
- Proteção de contas contra levantamentos automáticos ou penhoras
- A cobrança da dívida pode não ser legal
- Lista de verificação: Empréstimos “payday” e outros empréstimos de curto prazo

8. Seguros
- Que tipos de apólices de seguro possui?
- Que informações deve recolher sobre cada apólice de seguro?
- O que acontece às suas apólices de seguro se for detido ou deportado?
- Que outros fatores deve considerar ao decidir o destino de uma apólice de seguro?
- Lista de verificação: Seguros

9. Procurações
- O que é uma procuração (Power of Attorney, POA)?
- Qual é o aspeto de uma POA?
- Porque alguém que enfrenta a deportação concederia uma POA?
- Como deve escolher o tipo de POA a conceder?
- Como deve escolher um agente?
- Quanto tempo dura uma POA e pode ser alterada?
- Como redigir uma POA?
- Lista de verificação: Procurações
- Procurações por estado

10. Bens imóveis próprios
- É proprietário de bens imóveis?
- Deve manter, vender ou doar os seus bens imóveis?
- E se houver um coproprietário?
- Tem um empréstimo e uma hipoteca (ou escritura fiduciária) sobre o seu imóvel?
- Como pode obter ajuda profissional para tratar do imóvel?
- O que pode fazer para proteger o seu imóvel contra invasores?
- Lista de verificação: Bens imóveis próprios

11. Automóveis, empréstimos automóveis e leasing automóvel
- O que pode fazer com o seu automóvel se for deportado?
- O que pode fazer se for proprietário do seu automóvel?
- O que pode fazer se tiver um empréstimo automóvel?
- O que pode fazer se tiver um contrato de leasing automóvel?
- Vender o seu automóvel
- Entregar o automóvel ao credor
- Seguro e registo
- Exportar o seu automóvel
- Lista de verificação: Automóveis, empréstimos automóveis e leasing automóvel

12. Rescisão de um contrato de arrendamento residencial

Compreender um contrato de arrendamento residencial
Rescindir um contrato de arrendamento residencial
Direito de entrada
Continuação de um arrendamento
Lista de verificação: Arrendamentos residenciais

13. Manuseamento de objectos de valor
O que são bens pessoais valiosos?
Que tipos de bens pessoais valiosos possui?
Planeamento antecipado – Quais são as opções?
Outros factores a considerar
O que acontece aos seus bens se for detido?
Evitar ou reduzir o risco de perda
Como pode recuperar os seus bens ou propriedades?
Lista de verificação: Manuseamento de objectos de valor

14. Levar dinheiro através da fronteira
Que obrigações legais tem ao levar dinheiro ou objectos semelhantes a dinheiro quando sai dos Estados Unidos?
Que questões práticas deve considerar se estiver a enfrentar a deportação?
Como pode encontrar e receber os seus activos não reclamados?

15. Direitos do consumidor em transferências de remessas
Que transferências de remessas estão protegidas?
Que proteções se aplicam às transferências de remessas?
E se quiser cancelar a sua transferência de remessa?
E se houver um problema com a sua transferência de remessa?
O que mais deve considerar ao enviar uma transferência de remessa?

16. Cobrança de salários não pagos
Quais são os seus direitos a salários pelo trabalho que executa?
Quanto tempo tem o empregador para pagar o último cheque?
Como pode receber o seu último salário se for detido ou deportado?
E se o empregador não pagar o último salário?
E se existirem outros problemas salariais além do último salário?
Modelo de carta: Designação do método de receção do último salário
Modelo de carta: Carta de exigência de salários devidos

17. Segurança Social
Compreender a Segurança Social – definições básicas
Quais não cidadãos são elegíveis para receber benefícios da Segurança Social?
O que deve fazer se já estiver a receber prestações da Segurança Social?
Os imigrantes que enfrentam deportação são elegíveis para prestações da Segurança Social?
As minhas prestações da Segurança Social foram suspensas desde que estou em detenção, o que devo fazer?
O que acontece às prestações da Segurança Social se for deportado?
O que acontece aos benefícios da Segurança Social se o trabalhador segurado for deportado, mas você permanecer nos EUA?
O que devem fazer os imigrantes em preparação e supervisionados antes de sair dos EUA?

Lista de verificação: Segurança Social

18. Benefícios para veteranos

Não-cidadãos são elegíveis para servir nas Forças Armadas dos EUA

Cidadania acelerada para membros das forças armadas e suas famílias

Benefícios para veteranos militares, dependentes e sobreviventes

Possibilidade de deportação de veteranos não cidadãos

Perda de benefícios devido a condenação por crime grave e prisão (aplica-se a todos os veteranos)

Benefícios para veteranos após deportação

19. Dissolução ou venda de uma empresa

Quais são as formas comuns de organizações empresariais?

Quais são as considerações ao vender ou dissolver uma empresa em nome individual?

Quais são as considerações ao vender uma empresa detida em conjunto?

Lista de verificação: Dissolução ou venda de uma empresa

20. Questões relacionadas com a declaração de impostos

É um “estrangeiro residente” ou “estrangeiro não residente” para efeitos de declaração de impostos?

É obrigado a apresentar uma declaração de impostos? De qualquer forma, deve fazê-lo?

E se o seu cônjuge for deportado e você permanecer no país?

Quando recebe o seu reembolso de impostos se lhe for devido?

Quais são as penalidades por não apresentar declarações de impostos?

Onde pode obter os formulários necessários para apresentar impostos?

Lista de verificação: Questões relacionadas com a declaração de impostos

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 1. Guarda de Menores

Perante uma deportação, poderá ter de enfrentar decisões difíceis sobre a guarda dos seus filhos. Esta secção descreve as principais questões de custódia que poderá enfrentar como pai ou mãe imigrante e oferece orientações sobre a proteção dos direitos parentais antes, durante e após a deportação. Esta secção aborda as seguintes questões:

**Compreender a Guarda de Menores e a Tutela: Definições básicas ➤ Quem pode solicitar a guarda ou tutela e como o tribunal determina isso? ➤ Planeamento de acordos de guarda dos filhos antes da detenção ou deportação ➤ Proteção dos direitos parentais durante a detenção ➤ Opções para pais que enfrentam a deportação ➤ Barreiras que uma família imigrante pode enfrentar no tribunal**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Compreender a Guarda de Menores e a Tutela: Definições básicas

**"Guarda de Menores"** é um conjunto de vários direitos legais para cuidar de uma criança e tomar decisões importantes sobre a vida dessa criança. Estes vários direitos legais – guarda física, guarda legal, guarda conjunta e guarda exclusiva – são descritos abaixo.

**"Custodiante"** é a pessoa a quem um tribunal concede direitos de guarda. Pode ser um dos pais ou outra pessoa, conforme o tribunal considerar apropriado.

**"Guarda Física"** é o direito do pai, da mãe ou do custodiante de ter a criança a viver consigo. A pessoa com guarda física pode tomar decisões sobre as atividades do dia a dia da criança.

**"Guarda Legal"** é o direito de tomar decisões sobre a educação da criança. Uma pessoa com guarda legal pode tomar decisões sobre a forma de educar a criança, incluindo decisões sobre escolaridade, religião e/ou cuidados de saúde.

**"Guarda Exclusiva"** é quando apenas um dos pais tem todos os direitos de guarda. Pode tratar-se de guarda física exclusiva, guarda legal exclusiva ou ambas.

> *Nota: Em vários estados, os tribunais não atribuem guarda exclusiva a um dos pais, a menos que o tribunal considere que o outro progenitor é "inapto", o que significa que não é capaz de cuidar da criança. Exemplos de "inaptidão" incluem dependência de álcool ou drogas por parte de um dos pais ou histórico de abuso infantil. Além disso, mesmo que um tribunal conceda guarda física exclusiva a um dos pais, pode ainda conceder direitos de visita ao outro progenitor.*

**"Guarda conjunta"** é um acordo em que ambos os pais partilham os direitos de guarda do seu filho. Pode ser guarda física conjunta, guarda legal conjunta ou ambas. Os tribunais de alguns estados atribuem regularmente guarda legal conjunta, o que significa que ambos os pais partilham o direito de tomar decisões sobre a educação da criança.

**"Tutor legal"** é uma pessoa -- que não seja o pai ou a mãe da criança a quem é concedido o direito legal de cuidar e tomar certas decisões relativamente a uma criança por ordem judicial ou outro processo aceite pelo Estado. Por exemplo, alguns estados permitem que um progenitor nomeie um tutor através da assinatura de um documento sem envolvimento do tribunal. Outros estados exigem a apresentação de uma petição para a tutela e impõem deveres ao tutor, como a apresentação regular de relatórios ao tribunal sobre o bem-estar da criança.

**"Visita"** ou **"tempo de parentalidade"** é um direito legal concedido pelo tribunal que confere a um dos pais ou a outras pessoas o direito de passar períodos de tempo com a criança. A pessoa a quem são concedidos direitos de visita pode não ter o direito de tomar decisões importantes sobre o bem-estar ou a educação da criança, dependendo do que o tribunal determinar. Quando o tribunal determina os direitos de visita, todos os pais e tutores ficam vinculados à decisão do tribunal. Muitas vezes, os direitos de visita só podem ser alterados por uma nova decisão judicial.

As regras de visita podem variar consoante o estado. Seguem-se alguns exemplos de regras de visita:

- ***California:*** *Na Califórnia, os tribunais têm poder discricionário para conceder direitos de visita razoáveis a qualquer pessoa que tenha interesse no bem-estar da criança, desde que isso esteja de acordo com o interesse superior da criança. Isto pode incluir um progenitor, nos termos de uma ordem de custódia. Pode também incluir os avós da criança ou, se um dos pais da criança tiver falecido, os filhos, irmãos, pais e avós do progenitor falecido.*
- ***Nova Iorque:*** *Para além das disposições relativas às visitas dos pais e dos avós, a lei de Nova Iorque prevê um procedimento para que irmãos e irmãs de crianças menores possam requerer ao tribunal direitos de visita.*
- ***Texas:*** *No Texas, os avós e outros familiares, além das pessoas que cuidam da criança, incluindo pais adotivos, podem solicitar direitos de visita, embora isso possa ser difícil porque o tribunal normalmente dá prioridade aos desejos dos pais relativamente à educação da criança*

# Quem pode requerer a guarda ou a tutela e como é que o tribunal o determina?

Regra geral, os filhos nascidos durante o casamento dos pais são considerados como estando sob a guarda conjunta de ambos os progenitores, salvo decisão judicial em contrário. Isto significa que qualquer um dos progenitores pode tomar decisões legais relativamente à criança ou cuidar dela sem uma ordem judicial. Se não existir uma decisão judicial em contrário e o outro progenitor estiver disponível para cuidar da criança, o progenitor que enfrenta a deportação pode não ter de tomar quaisquer medidas para assegurar a guarda da criança.

Normalmente, se os pais não eram casados quando a criança nasceu, a mãe pode escolher o apelido da criança. A criança pode usar o apelido da mãe, o apelido do pai, um apelido duplo com hífen ou mesmo um apelido diferente de ambos os progenitores na certidão de nascimento. Nos casos em que o direito de guarda exclusiva tenha sido concedido à mãe num processo de divórcio ou noutro processo judicial, ela é normalmente a única responsável pela guarda da criança. No entanto, nem sempre é o caso de a mãe ser a única responsável pela guarda. Por exemplo, se o pai não estiver indicado na certidão de nascimento, mas tiver havido uma determinação judicial de paternidade e/ou se o pai tiver estado regularmente envolvido na vida da criança, o tribunal pode determinar que o pai tem direitos de guarda iguais. No entanto, alguns estados limitam os direitos de custódia de pais não casados. Se ambos os progenitores estiverem indicados na certidão de nascimento da criança, ambos terão guarda conjunta em muitos estados.

Se os pais estiverem a divorciar-se ou já se tiverem divorciado anteriormente, os direitos de guarda dos filhos são normalmente determinados nos documentos do divórcio. Como explicado abaixo, um tribunal pode alterar estes direitos de guarda.

Os pais da criança, outros membros adultos da família ou outras pessoas adultas designadas pelos pais da criança podem iniciar um processo de custódia da criança em tribunal. Os membros da família que podem iniciar um processo de custódia podem incluir irmãos, avós, tias, tios ou primos, dependendo da lei do estado. Outras pessoas que tenham cuidado da criança também podem ser autorizadas a requerer direitos de guarda. Em alguns estados, mas não em todos, os tribunais não concedem a guarda a um terceiro (não progenitor) contra a vontade dos pais, a menos que os pais sejam considerados incapazes de cuidar da criança.

*Nota: Uma ordem de custódia pode ser a forma mais fácil ou a única forma de os pais garantirem direitos de visita após a deportação, embora um juiz num processo de proteção da criança também possa ordenar visitas.*

A seleção de um tutor temporário para o seu filho no caso de uma circunstância imprevista normalmente não coloca em risco os seus direitos parentais. Em muitos estados, um progenitor pode revogar uma tutela temporária a qualquer momento e escolher outra pessoa como tutor temporário da criança, preenchendo e autenticando um novo formulário de designação de tutela.

## A norma do "interesse superior da criança"

Independentemente de quem solicita a guarda de uma criança, o tribunal determinará a guarda (e os direitos de visita) com base no critério do "interesse superior da criança". O "interesse superior" da criança será, normalmente, o fator mais importante na determinação da guarda. Ao determinar o interesse superior da criança, o tribunal pode considerar:

- A preferência da criança, tendo em conta a idade e a compreensão da criança;
- As necessidades físicas, emocionais ou educativas da criança;
- O período de tempo que a criança viveu num determinado ambiente e o efeito provável que uma mudança terá sobre a criança;
- A idade, o sexo, os antecedentes ou outras características relevantes da criança;
- A probabilidade de danos que a criança possa sofrer;
- A capacidade e a vontade do progenitor, ou de outra pessoa que solicita a guarda, de satisfazer as necessidades da criança e de colocar as necessidades da criança acima das suas próprias; e
- A idoneidade moral da pessoa que solicita a guarda.

De acordo com a maioria das leis estaduais, um pedido de custódia deve ser apresentado no "estado de origem" da criança. O "estado de origem" é o estado onde a criança viveu durante pelo menos seis meses consecutivos antes do processo de custódia da criança. Se a pessoa que solicita a guarda não for o progenitor legal ou biológico da criança e residir no mesmo estado que a criança, o pedido de guarda pode ser apresentado no condado onde reside ou onde a criança reside.

## Como é que um tribunal estabelece a tutela legal?

Cada estado tem um procedimento específico para apresentar uma petição ao tribunal para que seja nomeado um tutor legal para um menor. Geralmente, estes procedimentos são descritos em pormenor nas leis estaduais relativas às relações familiares/domésticas ou nas leis estaduais relativas às sucessões. A pessoa interessada em tornar-se tutor deve frequentemente apresentar uma petição ao tribunal competente. Em seguida, o tribunal marcará uma data para uma audiência e decidirá se é do interesse superior da criança que essa pessoa seja nomeada como tutor legal da criança.

Quando alguém que não é o progenitor legal ou biológico da criança pede para ser nomeado tutor legal da criança, é útil ter uma declaração juramentada de ambos os progenitores a afirmar que desejam que essa pessoa seja nomeada tutor legal do seu filho. Se apenas um progenitor constar da certidão de nascimento da criança, apenas esse progenitor assinará a declaração sob juramento. Se ambos os progenitores constarem da certidão de nascimento da criança, ou se os pais se divorciaram anteriormente e obtiveram guarda legal ou física conjunta, então ambos os progenitores devem fornecer essa declaração juramentada. Sem a declaração juramentada de ambos os progenitores, é provável que os tribunais exijam prova de uma tentativa séria de localizar o progenitor ausente e que a obtenção da declaração juramentada seja praticamente impossível.

Para além de existir um processo judicial formal para a nomeação de um tutor, alguns estados permitem que um progenitor designe um tutor temporário, como referido abaixo, que pode tomar decisões médicas e escolares para a criança e, em alguns casos, viajar com ela. Uma vez que nem todos os estados reconhecem este tipo de autorização e alguns limitam o período de tempo e as circunstâncias em que pode ser utilizada, é importante consultar um especialista jurídico local antes de tentar este tipo de acordo.

## Quando é que um tribunal determina a guarda ou a tutela?

O tempo necessário, do início ao fim, para que um tribunal determine a guarda ou a tutela é muito variável e pode levar de vários meses a mais de um ano. Muitos fatores podem influenciar o tempo necessário para que um processo de custódia ou tutela seja decidido antes de o tribunal tomar a sua decisão final. Estes fatores incluem, entre outros, se o pedido de custódia ou tutela é contestado, o procedimento específico para determinar a custódia ou tutela na jurisdição e o grau de carga de trabalho do tribunal.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Planeamento da guarda dos filhos antes da detenção ou deportação

Se acredita que corre o risco de ser detido ou deportado por autoridades de imigração ou de ser separado dos seus filhos por um período incerto por outra razão (por exemplo, detenção ou incapacidade médica), estabelecer antecipadamente um plano para que alguém cuide do seu filho permitirá preservar os direitos parentais sempre que possível e evitar que as crianças entrem em acolhimento familiar.

Como os direitos parentais podem tornar-se muito limitados depois de ser detido ou deportado, é melhor estabelecer estes planos com antecedência e discuti-los cuidadosamente com os seus filhos, o seu cônjuge, o outro progenitor, familiares e quaisquer outras pessoas que possam estar envolvidas nos cuidados das crianças na sua ausência.

Os pais em risco de detenção, deportação ou outra separação súbita dos seus filhos podem tomar as seguintes medidas preparatórias.

### *1. Identificar pessoas que irão cuidar das crianças*

Se for detido, deportado ou de outra forma incapaz de cuidar dos seus filhos, é importante encontrar uma pessoa em quem confie para atuar como cuidador e assumir a responsabilidade de cuidar das crianças.

Deve primeiro identificar as pessoas que atualmente podem ter guarda legal. Tal como explicado acima, quando os pais partilham guarda conjunta dos filhos, o outro progenitor pode intervir para tomar decisões legais relativamente à criança, especialmente se não estiver em risco de detenção/deportação.

Se outro progenitor ou pessoa com guarda legal não puder cuidar do seu filho, ou se tal pessoa não existir, deverá identificar outro cuidador. Dependendo do estado, o cuidador pode não precisar de ter estatuto de imigração válido para servir como tutor ou responsável pela guarda do seu filho. Consulte sempre os formulários e orientações específicos do estado, uma vez que estas políticas podem estar sujeitas a alterações.

*Sugestão: Deve certificar-se de que o cuidador designado é alguém em quem confia plenamente. Deve também considerar e discutir cuidadosamente vários aspetos ao escolher um cuidador, como a capacidade física e financeira da pessoa para cuidar das crianças durante um período longo e indefinido, outras pessoas no agregado familiar que terão contacto regular com as crianças e quaisquer necessidades médicas especiais ou outras que as crianças possam ter.*

### *2. Preparar acordos de tutela temporária, se aplicável*

A formalização de acordos de cuidado e tutela temporária concederá à outra pessoa a autoridade legal adequada para intervir rapidamente e agir em nome dos seus filhos. Normalmente, acordos verbais não são suficientes para conceder a outra pessoa autoridade legal para tomar determinadas decisões relativamente ao seu filho.

*Sugestão: Um cuidador que já seja o tutor legal da criança não precisa de solicitar custódia legal através dos tribunais, mas deve sempre determinar como exercer os seus direitos existentes como tutor legal.*

***Outras razões para formalizar planos de tutela incluem o seguinte:***

- Algumas companhias de seguros de saúde não asseguram uma criança que viva com um cuidador que não seja o pai ou tutor legal da criança;
- Muitas escolas exigem que a criança seja matriculada através dos pais ou do tutor legal da criança ou do seu cuidador atual. O cuidador atual pode matricular a criança na escola se esta ficar sem abrigo caso não viva com ele (alguns estados permitem a utilização de uma "declaração escolar", que permite que outra pessoa matricule a criança na escola);
- Um cuidador geralmente não pode obter cuidados de saúde para uma criança sem a assinatura dos pais ou do tutor legal da criança ou sem uma ordem judicial;
- Uma criança não pode obter um passaporte dos EUA sem o consentimento dos pais ou do tutor legal da criança; e
- Os tribunais podem recusar conceder o estatuto de tutor legal a alguém que não seja um dos pais sem alguma indicação de que os pais desejam conceder poderes de tutela a outra pessoa.

## O que é um tutor temporário e como pode um tutor temporário cuidar dos filhos de outra pessoa?

Se uma pessoa detida for a única responsável pela guarda de uma criança, ou se o responsável que não foi detido também não puder cuidar da criança, deverá considerar a nomeação de um tutor "temporário" para cuidar temporariamente da criança, se tal for permitido pelo estado onde a criança reside. A tutela temporária é um acordo legal que concede a uma pessoa autoridade para cuidar de uma criança durante um período limitado quando os pais da criança não podem fazê-lo. A pessoa nomeada como tutor temporário deve ser alguém em quem os pais confiem plenamente para cuidar da criança.

Uma pessoa pode nomear um tutor preenchendo e reconhecendo notarialmente o formulário de designação de tutor aplicável nesse estado, quando a lei estadual o permitir. Este documento autoriza quem pode cuidar da criança e tomar decisões importantes por ela, tais como:

- Decisões sobre cuidados médicos e dentários;
- Decisões sobre educação e quaisquer necessidades especiais; e
- Decisões sobre viagens.

O nome do formulário e as informações necessárias para preencher uma tutela temporária variam consoante o estado. Em alguns estados, é possível registar a designação do tutor no tribunal. Por exemplo, na Florida, os pais podem assinar uma declaração escrita na qual nomeiam um tutor "preneed" para o seu filho. Em seguida, os pais apresentam a declaração ao tribunal do condado em que residem. Se acontecer algo aos pais e a criança precisar de um tutor, o tribunal retirará a declaração dos pais dos arquivos do tribunal e considerá-la-á no processo de tutela. A declaração dos pais é considerada uma "presunção ilidível" de que a pessoa indicada na declaração deve ser o tutor. Isto significa que o tribunal presumirá e nomeará essa pessoa como tutor, a menos que se prove o contrário e que a pessoa não esteja qualificada para ser tutor.

O preenchimento de formulários de tutela pode ser diferente do processo judicial de custódia, dependendo da legislação estadual. Dependendo do estado, os formulários de tutela autenticados podem ou não ser juridicamente vinculativos. O peso legal atribuído a um formulário de tutela autenticado é determinado estado por estado, pelo que a tutela pode ou não ser reconhecida se a criança for levada para outro estado.

Nos estados que não reconhecem a possibilidade de os pais designarem um tutor temporário para a criança, os pais que pretendam conceder direitos legais ao cuidador antes da sua detenção/deportação terão de considerar outras opções. Estas opções podem incluir procurar que o cuidador obtenha direitos de custódia através da apresentação de uma petição de custódia que o progenitor possa apoiar. Os pais devem ponderar cuidadosamente as suas opções e consultar assistência jurídica local, uma vez que conceder direitos de custódia a outra pessoa em antecipação de uma deportação pode levar à perda de direitos legais sobre os filhos se não forem deportados.

O tribunal não é obrigado a aceitar qualquer formulário de tutor temporário se se tornar necessário nomear um tutor permanente para a criança. Embora o formulário de tutor temporário seja um dos fatores que o tribunal geralmente terá em conta quando reconhecido, a decisão final do tribunal basear-se-á no interesse superior da criança. Por conseguinte, os pais devem refletir cuidadosamente sobre quem nomear como tutor no documento. Selecionar alguém que o tribunal considere apto para cuidar da criança aumentará as probabilidades de o tribunal seguir o pedido dos pais.

## Decisões de custódia e acordos de consentimento

Ao planear uma possível deportação, deve também rever quaisquer decisões de custódia de crianças existentes para determinar se é necessário fazer alguma alteração. Como o processo de alteração de decisões de custódia pode demorar meses, deve considerar iniciar esse processo o mais rapidamente possível, se for adequado.

Pode também considerar obter antecipadamente decretos de consentimento de custódia de um tribunal ou autoridade competente, quando reconhecidos pela legislação estadual. Normalmente, o decreto de consentimento de custódia atribui a custódia física ao cuidador, mas permite que os pais mantenham a custódia legal dos filhos. Pode também estabelecer disposições relativas a visitas.

Tal como acontece com qualquer processo que envolva tribunais, muitos pais sem documentação podem sentir relutância em comparecer em processos judiciais. Isto pode limitar a sua capacidade de proporcionar proteção jurídica antecipada aos filhos e ao cuidador em estados que não reconhecem acordos informais, como designações de tutela preparadas de forma privada.

Outros desafios potenciais que podem surgir ao planear acordos de custódia de crianças incluem documentos que exigem a assinatura de ambos os pais. Deve também ter em conta que conceder a guarda da criança a alguém que não seja o progenitor confere ao guardião legitimidade in loco parentis (em lugar do progenitor). Isto significa que o guardião da criança tem legitimidade para requerer a custódia ou para se opor a

contestação da custódia que possa surgir no futuro. Assim, se o guardião não concordar em devolver a criança ao progenitor ou não concordar em celebrar um novo acordo de custódia, um tribunal decidirá quem tem a guarda. É aconselhável consultar um advogado antes de celebrar qualquer acordo de custódia.

Os acordos formais de custódia, conforme explicado acima, podem ser estabelecidos depois de uma pessoa ser detida ou receber ordem de deportação. Depois de ser detido ou deportado, cuidadores, tutores ou outras pessoas com legitimidade podem requerer a custódia legal e/ou física dos seus filhos. Iniciar um processo formal de custódia antes da detenção ou deportação pode fazer com que perca desnecessariamente alguns direitos parentais, mas pode ser a única forma de garantir que um cuidador seja designado antecipadamente e tenha autorização legal para cuidar dos seus filhos e tomar as decisões necessárias. Por conseguinte, deve ponderar cuidadosamente as suas opções e consultar informações específicas do estado antes de tomar qualquer decisão que possa implicar a diminuição dos seus direitos parentais.

## Declaração juramentada de autorização do cuidador

Também pode considerar nomear um cuidador para os seus filhos utilizando uma Declaração juramentada de autorização do cuidador. Uma Declaração juramentada de autorização do cuidador é um formulário que lhe permite nomear um cuidador e conceder-lhe a capacidade de tomar decisões de cuidados de saúde e educação em nome da criança quando não estiver presente. Uma Declaração juramentada de autorização do cuidador não concede ao cuidador a custódia legal da criança e não afeta os seus direitos parentais — os pais mantêm a custódia e o controlo da criança. Uma Declaração juramentada de autorização do cuidador não é executória por um tribunal e não precisa de ser apresentada ao tribunal. No entanto, uma Declaração juramentada de autorização do cuidador deve ser apresentada à escola da criança, aos prestadores de cuidados médicos ou às instituições onde o cuidador está autorizado a tomar decisões. Os procedimentos para estas declarações juramentadas variam consoante o estado, o distrito escolar e o prestador de cuidados médicos.

## Documentos legais importantes e outros documentos

É importante estar organizado e saber onde encontrar todos os documentos legais relevantes para o cuidado da criança e garantir que todos os documentos estão atualizados.

*Sugestão: As famílias devem guardar todos os documentos legais e quaisquer outros documentos importantes num local seguro. Os pais e os tutores devem também informar outras pessoas, incluindo crianças mais velhas, sobre onde encontrar os documentos caso sejam detidos ou não possam cuidar da criança.*

*Sugestão: Os pais e os tutores devem guardar todos os originais de todos os documentos e fornecer apenas cópias aos funcionários dos serviços de imigração.*

Seguem-se exemplos de documentos legais essenciais a preparar ou reunir, com mais informações sobre cada tipo de documento abaixo:

- Certidão de nascimento e cartão de segurança social da criança;
- Passaporte da criança;
- Formulários de contacto de emergência;
- Ordens de custódia atuais, designações de tutores e outros formulários de consentimento/autorização;
- Testamento com disposições relativas ao tutor; e
- Registos escolares e médicos da criança.

***Certidão de nascimento e cartão de segurança social da criança***

Se o seu filho nasceu nos Estados Unidos, deve ter uma certidão de nascimento dos EUA e um cartão de segurança social. As instruções sobre como obter uma certidão de nascimento podem ser consultadas em: https://www.cdc.gov/nchs/w2w/index.htm.

Os pedidos de cartão de segurança social podem ser encontrados em: www.ssa.gov/online/ss-5.pdf

*Sugestão: Deve rever a certidão de nascimento do seu filho para garantir que todas as informações estão corretas e que não falta nada. Em muitos estados, presume-se que a pessoa cujo nome consta na certidão de nascimento tem direitos de custódia. Por conseguinte, se estiver em risco de ser detido e for o único progenitor indicado na certidão de nascimento, deve considerar alterar a certidão de nascimento para acrescentar o nome do outro progenitor, se aplicável. Este processo é mais simples e provavelmente menos dispendioso do que determinar a custódia através de decisões judiciais.*

### *Passaporte da criança*

Se o seu filho não for cidadão dos EUA e não tiver passaporte, pode contactar o consulado do país de que a criança é cidadã para saber como solicitar um passaporte para ela.

Se o seu filho nasceu nos Estados Unidos e não possui um passaporte dos EUA válido, deve considerar obtê-lo o mais rapidamente possível. Se for deportado e optar por que o seu filho permaneça nos Estados Unidos, ele precisará de um passaporte para o visitar no seu país de origem.

**Os pedidos de passaporte para menores estão disponíveis em:** http://travel.state.gov/passport/get/minors/minors_834.html. Tenha em conta que o Gabinete de Passaportes dos EUA tem regras rigorosas sobre quem pode ou não obter passaportes para crianças menores. O pedido de passaporte para um filho menor deve ser apresentado numa estação dos Correios dos EUA por ambos os pais da criança menor. As únicas exceções são:

(i) se apenas um progenitor constar na certidão de nascimento da criança,

(ii) se existir uma decisão judicial que conceda a um dos progenitores a custódia legal e física exclusiva,

(iii) se o progenitor possuir uma carta especial autenticada, chamada "Declaração autenticada de consentimento ou circunstâncias especiais" (DS-3053), do outro progenitor que consente na obtenção de um passaporte para a criança,

(iv) se um dos pais da criança tiver falecido, ou

(v) se existir uma decisão judicial que designe um tutor legal para a criança.

Durante o processo de candidatura, ser-lhe-á pedido que apresente prova de que a criança é cidadã dos EUA, o que pode ser feito apresentando a certidão de nascimento da criança nos EUA. Deve também apresentar prova de que tem a guarda da criança, apresentando a certidão de nascimento da criança nos EUA ou uma decisão judicial de custódia.

Se um dos progenitores tiver falecido, o progenitor sobrevivente pode apresentar a certidão de óbito para demonstrar que é agora o único responsável pela guarda da criança. O progenitor sobrevivente terá também de apresentar o seu próprio documento de identificação válido com fotografia.

*Sugestão: Os pedidos de passaporte para crianças devem ser apresentados pessoalmente. Se tentar obter um passaporte para o seu filho enquanto estiver detido, deve preencher e autenticar o formulário Declaração autenticada de consentimento ou circunstâncias especiais (DS-3053), disponível aqui: http://travel.state.gov/passport/forms/ds3053/ds3053_846.html.*
*Se um progenitor detido não tiver custódia exclusiva e o outro progenitor não detido não estiver disponível, o progenitor não detido deve também preencher o DC-3053. Se um dos pais não detido estiver disponível, ele ou ela pode acompanhar a criança para solicitar um passaporte com o formulário DS-3053 autenticado. O progenitor detido não tem custódia exclusiva da criança quando o progenitor não detido consta na certidão de nascimento da criança ou recebeu custódia legal ou física por decisão judicial.*

Muitos países permitem que crianças nascidas nos Estados Unidos tenham dupla cidadania, o que pode facilitar a deslocação das crianças entre os EUA e o país do progenitor deportado. Pode contactar o consulado do seu país de origem para mais informações.

### *Ordens de custódia atuais e designações de tutores*

Tal como referido acima, poderá assinar um formulário que designa uma pessoa para servir como tutor temporário da criança caso não possa cuidar dela. Se assinar este formulário, deve guardar o original juntamente com os outros documentos importantes. Deve também entregar uma cópia do formulário à pessoa indicada no documento como tutor temporário.

### *Testamento com disposições relativas ao tutor*

Embora este capítulo se concentre nas questões de custódia de crianças que surgem durante um processo de deportação, é também extremamente importante planear os cuidados a prestar ao seu filho após a sua morte. Isto é essencial se o progenitor não detido não estiver vivo ou não tiver direitos de custódia.

Num testamento, uma pessoa indica quem deve receber os seus bens após a sua morte. Um testamento também pode nomear alguém para cuidar de quaisquer filhos menores após a morte do progenitor. Se uma pessoa for casada e partilhar a guarda física com o cônjuge, o tutor nomeado no testamento não cuidará dos filhos a menos que ambos os cônjuges tenham falecido. Em alternativa, se uma pessoa for a única responsável pela guarda, o tutor poderá assumir os cuidados dos filhos assim que essa pessoa falecer.

Após a morte do progenitor, a pessoa nomeada como tutor no testamento poderá ter de apresentar uma petição ao tribunal competente para ser formalmente nomeada como tutor. O testamento pode servir de orientação para o tribunal ao decidir quem deve ser nomeado tutor da criança. No entanto, a decisão final do tribunal basear-se-á normalmente no interesse superior da criança. Os requisitos para um testamento válido variam de estado para estado; por isso, é aconselhável consultar um advogado para garantir que o documento seja preparado corretamente.

### *Tutelas de substituição e procuração*

Quando permitido, os pais podem também optar por conceder a outra pessoa uma procuração ou uma tutela de substituição. Estes acordos permitem que outra pessoa cuide das crianças e tome decisões médicas ou escolares apenas quando um evento específico ocorrer no futuro (por exemplo, detenção ou deportação). Os procedimentos necessários para estabelecer uma procuração ou tutela de substituição variam consoante o estado. Uma vez concedidas, as procurações ou tutelas de substituição podem ser revogadas a qualquer momento pelo progenitor, quando permitido pela legislação estadual.

### *Contactos de emergência*

Deve preparar uma lista de contactos de emergência que inclua várias formas de contactar familiares importantes, escolas, prestadores de cuidados infantis e de saúde, treinadores (etc.) e a rede de apoio da família. Partilhe a lista com os principais contactos e mantenha uma consigo.

### *Registos médicos e escolares*

Mantenha os registos médicos e escolares atuais de cada criança organizados e acessíveis para os seus contactos de emergência. Certifique-se de incluir as informações de contacto de todos os prestadores de cuidados médicos, dentários e de saúde comportamental — incluindo conselheiros e especialistas. Solicite ao seu pediatra um registo de vacinação atualizado e documente claramente quaisquer medicamentos atuais, alergias e planos de tratamento para cada criança. Anote a localização dos medicamentos atuais e certifique-se de que estão claramente identificados com a frequência e a dosagem corretas. Se o seu filho tiver serviços suplementares, planos de educação individualizados (Individualized Education Plans, IEPs) ou planos de adaptação (504s) na escola, reúna as cópias mais recentes num único local.

Em geral:

- Discutir planos de custódia para preparar toda a família; e
- Procurar ajuda jurídica adicional ou outro tipo de apoio quando necessário.

# Proteção dos direitos parentais durante a detenção

Esta secção explica como os pais podem proteger os seus direitos se forem detidos pelo U.S. Immigration and Customs Enforcement ("ICE"), separados dos seus filhos e enfrentarem um período de detenção com a possibilidade de serem deportados.

Os direitos parentais são os direitos que tem como pai ou mãe para tomar decisões sobre o bem-estar dos seus filhos, incluindo quem cuida deles e com quem vivem. Lembre-se: mesmo que o ICE esteja a tentar deportá-lo, continua a ter o direito de tomar estas decisões pelos seus filhos. Não importa se as crianças não são cidadãs dos EUA — os pais continuam a ter direitos parentais.

Mesmo que esteja detido, pode continuar a defender os seus direitos enquanto progenitor dos seus filhos, especialmente se o seu objetivo final for reunir-se com eles ou, pelo menos, manter uma relação com eles.

## Passos que os pais podem tomar se forem detidos

Se for detido, é provável que queira

(1) garantir que os seus filhos sejam cuidados, e

(2) limitar o tempo de detenção.

Esta secção centra-se no que os pais podem fazer pelos seus filhos e não aborda como os pais podem contestar os seus próprios processos de imigração. Para essa questão, deve consultar um recurso específico sobre o tema e procurar aconselhamento de um advogado de imigração.

## Preparar-se para uma possível abordagem pelo ICE

Para se preparar para uma possível abordagem pelo ICE, independentemente de os seus filhos estarem consigo no momento, deve manter cópias ou fotografias de documentos importantes com eles ou no seu telemóvel que demonstrem que tem filhos, especialmente se os filhos forem cidadãos dos EUA. Exemplos desta documentação incluem:

- A certidão de nascimento da criança no telemóvel;
- Prova de que a criança é beneficiária do Ação Diferida para Chegadas na Infância (Deferred Action for Childhood Arrivals, DACA), se aplicável; e
- Registos médicos ou escolares da criança.

Atualmente, é mais provável que o ICE liberte as pessoas que deteve se houver provas de que a pessoa não representa risco de fuga nem perigo para a comunidade. Ter filhos pode demonstrar isso.

Se for abordado pelo ICE, independentemente de os seus filhos estarem consigo nesse momento, é muito importante que informe o ICE de que:

- Tem filhos que precisam dos seus cuidados;
- Peça para não ser detido pelo ICE e informe que cumprirá os pedidos do ICE; e
- Precisa de fazer um telefonema para um cuidador ou outro contacto de emergência para organizar os cuidados dos seus filhos.

***Se os pais tiverem os seus filhos consigo quando são detidos***

Se tiver os seus filhos consigo quando o ICE o detiver, deve dizer aos agentes do ICE que precisa de fazer um telefonema imediatamente para que um cuidador possa vir tomar conta dos seus filhos antes que uma agência de proteção de menores os leve sob custódia.

O ICE deve permitir-lhe fazer essa chamada para o cuidador designado ou contacto de emergência, para que possa informar essa pessoa de que (1) está sob custódia do ICE e (2) alertá-la para seguir quaisquer planos de emergência que tenha preparado previamente ou as instruções que lhe der nesse momento.

Se o ICE se recusar a permitir que faça um telefonema, deve dizer repetidamente o(s) agente(s) que precisa de fazer uma chamada para organizar os cuidados dos seus filhos, para que não sejam levados sob custódia por uma agência de proteção de menores. Mesmo que o ICE continue a detê-lo, deve continuar a comunicar estas informações a todos os agentes do ICE que encontrar durante a sua detenção.

***Se as crianças NÃO estiverem com os pais quando estes são detidos***

Se as crianças não estiverem consigo no momento em que for detido pelo ICE, deve informar imediatamente o(s) agente(s) do ICE de que tem filhos e que precisa de fazer um telefonema para garantir que os seus filhos estão seguros e a ser cuidados.

É provável que passe pelo menos um dia ou talvez alguns dias numa instalação do ICE enquanto este decide o que fazer em relação ao seu caso. Pode ter acesso muito limitado a um telefone, e o ICE pode não lhe dizer nada sobre o que irá acontecer consigo. Se não for libertado, poderá ser levado para um centro de detenção de

imigração. Se isso acontecer, ainda é possível, mas menos provável, que o ICE o liberte. No mínimo, poderá passar desde alguns dias até várias semanas em detenção.

## O que acontece se ninguém for buscar as crianças quando os pais são detidos?

Se não conseguir contactar um cuidador designado ou outro amigo ou familiar de confiança que possa cuidar imediatamente dos seus filhos, na maioria dos estados uma agência estatal ou local de proteção de menores assumirá a custódia dos seus filhos. Cada estado e muitas localidades (por exemplo, cidade ou condado) têm agências de proteção de menores. Estas agências têm nomes como "Serviços de Proteção à Criança" (Child Protective Services) ou "Departamento de Crianças e Famílias (Department of Children and Families)." Pode consultar uma lista telefónica ou fazer uma pesquisa no Google para determinar qual agência pode ter tomado ou estar a tentar tomar a custódia dos seus filhos, caso não seja contactado diretamente por essa agência.

Se estiver a enfrentar uma detenção e já tiver escolhido um cuidador, é importante que essa pessoa contacte imediatamente a agência local para tentar que a agência coloque as crianças sob os seus cuidados. Quanto mais tempo passar após a detenção de um progenitor, mais difícil poderá ser para outra pessoa obter autorização para cuidar das crianças e menos provável será que os cuidados das crianças permaneçam um assunto privado entre o progenitor e o cuidador designado. Por isso, é importante continuar a tentar contactar um cuidador ou outro amigo/familiar até conseguir falar com alguém.

Deve ter em conta que qualquer cuidador, bem como os adultos que vivem no mesmo agregado familiar, podem ser sujeitos a verificação de antecedentes criminais e também a verificação em registos de abuso de menores. Ter cometido um crime no passado pode desqualificar alguém de assumir a custódia das crianças, mesmo que tenha escolhido expressamente essa pessoa como cuidador.

Se nenhum cuidador se apresentar ou for identificado, a agência poderá iniciar um processo de proteção de menores para determinar onde a criança irá viver.

### *Processos de proteção de menores*

Uma vez que uma agência assuma a custódia de uma criança, poderá tentar identificar um familiar ou amigo disposto a cuidar da criança. No entanto, se a agência tiver uma criança sob custódia e não conseguir localizar alguém para cuidar dela, é provável que tente colocá-la em acolhimento familiar. Um pai ou mãe de acolhimento é alguém que recebeu formação e autorização para cuidar de crianças cujos pais não estão disponíveis ou não podem cuidar delas. Por vezes, crianças mais velhas podem ser colocadas numa casa de grupo, onde várias crianças vivem juntas com um ou mais adultos formados que as supervisionam e cuidam delas.

Se uma agência de proteção de menores assumir a custódia de uma criança e não conseguir encontrar imediatamente um cuidador conhecido, normalmente apresentará uma petição pouco depois de assumir essa custódia. Isto inicia o que se chama um "processo de negligência" ou "processo de proteção de menores", embora o nome possa variar dependendo do estado onde a criança se encontra.

- O objetivo de um processo de negligência é determinar onde a criança irá viver, sendo conduzido perante o tribunal (geralmente um tribunal de família ou tribunal de menores), embora o processo varie conforme o estado.
- Como progenitor, pode ter o direito de ter um advogado nomeado pelo tribunal para o representar durante o processo de negligência.
- Também é possível que a criança tenha um advogado ou outro representante legal para defender os seus interesses.
- A agência provavelmente também designará um assistente social, que informará o juiz responsável pelo caso da criança sobre a situação dos pais e da criança. Um assistente social geralmente tem autoridade para fazer recomendações sobre o que deve acontecer à criança, por isso é importante manter uma boa relação com os assistentes sociais e comunicar frequentemente para que saibam quais são os seus desejos para as crianças.

Em circunstâncias normais, o tribunal responsável pelo caso notificaria o progenitor de todas as audiências, permitindo que este participasse no processo judicial. Se um progenitor estiver detido, os tribunais podem emitir um "mandado" para o levar ao tribunal ou, caso existam preocupações de segurança ou segurança pública, permitir que o progenitor participe na audiência à distância. No entanto, se o tribunal não souber que o progenitor foi detido, pode não enviar a notificação da audiência para o endereço

correto. Além disso, pode ser difícil participar na audiência se o progenitor estiver detido num estado diferente daquele onde se encontra o tribunal.[1]

Note que a audiência terá lugar mesmo que um progenitor não receba notificação da audiência ou não possa comparecer. Se um progenitor faltar a uma audiência, mesmo que as razões estejam fora do seu controlo, o tribunal tomará uma decisão sobre a criança sem que o progenitor esteja presente para comunicar ao tribunal os seus desejos. É por isso que é importante que os pais façam tudo o que estiver ao seu alcance para comunicar com o tribunal, com o assistente social e com o seu advogado, bem como com os seus filhos, enquanto decorrem os processos de proteção de menores.

## Ver as crianças enquanto os pais estão detidos

O ICE deve permitir visitas regulares entre um progenitor detido e os seus filhos menores. Não deverá importar se a criança não tem Número de Segurança Social ou não é cidadã dos EUA, embora os adultos possam ter de fornecer a sua data de nascimento e o número de Segurança Social e ser aprovados pelo ICE antes da visita. Se o progenitor estiver detido numa instalação onde não existam disposições para visitas de contacto por filhos menores, o ICE deve organizar uma visita de contacto entre o progenitor detido e o seu filho menor nos primeiros 30 dias da detenção do progenitor, caso este o solicite. Após os primeiros 30 dias de detenção de um progenitor numa instalação sem disposições para visitas de contacto por filhos menores, o ICE deve considerar o pedido do progenitor detido para transferência para uma instalação que permita visitas de contacto com filhos menores. Se a transferência não for aprovada, o ICE deve permitir visitas mensais entre o progenitor detido e os seus filhos menores. Se as visitas presenciais entre o progenitor detido e os seus filhos não forem viáveis, o ICE pode permitir visitas virtuais ou por teleconferência.

No entanto, se houver um processo de proteção de menores em curso, a possibilidade de uma criança visitar um progenitor numa instalação de detenção dependerá provavelmente de um juiz responsável pelo caso. A decisão pode basear-se no que o juiz considerar ser do melhor interesse da criança. Por exemplo, para algumas crianças, ver um progenitor numa instalação de detenção pode ser difícil. Se os pais quiserem que os seus filhos os visitem, devem informar o seu advogado e/ou o assistente social, se tiverem um. Tenha em mente que a visita por telefone é outra opção que um tribunal

[1] De acordo com o U.S. Immigration and Customs Enforcement Fact Sheet for Child Welfare & Guardianship Stakeholders: A Diretiva de Interesses Parentais (Parental Interests Directive, PID) permite que os indivíduos abrangidos compareçam pessoalmente em tribunal de família ou em processos de proteção de menores quando necessário para manter ou recuperar a custódia de filhos menores ou adultos incapacitados (dependentes). Se o transporte apresentar preocupações de segurança e/ou segurança pública ou afetar negativamente as necessidades da missão, o pessoal da instalação identificará meios alternativos de participação, como teleconferência telefónica, vídeo ou teleconferência padrão, quando tecnologicamente viável. Para além da participação em tribunal, o ICE facilitará a participação remota em serviços, programas ou formações exigidos pelo tribunal ou pelas autoridades de proteção de menores.

pode ordenar. Mesmo que os pais não possam receber visitas, podem escrever cartas aos seus filhos para manter contacto.

## Como os pais que foram detidos podem tomar medidas para proteger os seus direitos parentais

Deve desempenhar um papel ativo na proteção dos seus direitos como pai ou mãe, mesmo enquanto estiver detido e possivelmente enfrentar deportação. Eis algumas medidas específicas que pode tomar:

### *Mantenha-se envolvido com os seus filhos*

É muito importante fazer tudo o que estiver ao seu alcance para se manter o mais envolvido possível na vida dos seus filhos, incluindo tomar decisões sobre quaisquer questões médicas ou educativas. Deve ficar claro para todas as pessoas envolvidas no seu caso que está ativamente envolvido no cuidado dos seus filhos, mesmo estando em detenção. Deve telefonar regularmente aos seus filhos, bem como escrever-lhes cartas. A comunicação com os assistentes sociais também é importante, juntamente com o esforço para ver os seus filhos mesmo enquanto estiver detido.

### *Deve informar as pessoas sobre onde se encontra*

Se for detido, deve certificar-se de que o maior número possível de pessoas sabe onde se encontra e como o contactar. Deve fazer todos os esforços para contactar um cuidador designado, familiares e amigos e garantir que essas pessoas fornecem a sua localização a qualquer tribunal ou agência que possa ter um papel na decisão sobre quem ficará com a guarda dos seus filhos. Se um assistente social lhe for atribuído em nome do tribunal, deve garantir que ele compreende a sua situação e que está detido.

As informações úteis que pode comunicar incluem:

- O seu número de estrangeiro (“Número A”) que lhe será atribuído;
- O nome do seu agente de deportação; e
- O nome e a localização da instalação onde está detido, bem como um número de telefone para garantir que recebe avisos sobre audiências judiciais.

O ICE Online Detainee Locator System também pode ser utilizado para localizar uma pessoa atualmente detida sob custódia do ICE ou que tenha sido libertada da custódia do ICE por qualquer motivo nos últimos 60 dias.

### *Contactar a agência estatal ou local de proteção de menores e verificar a localização dos seus filhos*

Se pensa que os seus filhos não estão com um amigo ou familiar e que podem estar sob custódia de uma agência estatal ou local, deve falar com o seu agente de deportação e pedir para contactar imediatamente a agência. Pode ser difícil para as agências localizar um progenitor detido, por isso é muito importante contactar diretamente a agência. Muitas agências têm uma linha direta para a qual os pais podem ligar.

Ao telefonar, deve:

- Indicar o seu nome completo e identificar-se como pai ou mãe;
- Indicar os nomes completos e datas de nascimento de todos os filhos;
- Explicar que se encontra em detenção de imigração e que acredita que os seus filhos podem estar sob custódia da agência;
- Deixar claro que se trata de uma situação de emergência e que precisa de saber se a agência tem um caso aberto para que possam contactar imediatamente os seus filhos;
- Fornecer o nome e as informações de contacto do cuidador designado das crianças, se tiver um, ou, se não tiver, o nome e as informações de contacto de outro amigo ou familiar de confiança que possa estar disposto e ser capaz de cuidar dos seus filhos;
- Indicar o seu número de estrangeiro e o nome e endereço do centro de detenção onde se encontra; e
- Saber se existe um número de processo disponível para o caso do seu filho.

Se não puder telefonar pessoalmente para a agência, o cuidador designado ou um familiar ou amigo deve telefonar em seu nome e fornecer todas as mesmas informações descritas acima.

### *Solicitar um advogado*

Deve considerar ter um advogado para o representar nas audiências durante a sua detenção. Se não puder pagar um advogado, poderá solicitar que lhe seja atribuído um advogado. O tribunal pode solicitar informações sobre os seus rendimentos e quaisquer bens que possua. Deve estar preparado para fornecer essas informações. Para além dos advogados disponibilizados pelo tribunal, poderá também falar com organizações de assistência jurídica sem fins lucrativos que prestam serviços jurídicos gratuitamente.

Depois de ter um advogado, deve manter contacto com ele. Se o seu advogado não atender quando telefonar, deve sempre deixar uma mensagem. Deve sempre anotar a data e a hora em que telefonou ao seu advogado e indicar se deixou uma mensagem.

### *Deve certificar-se de que os funcionários responsáveis pelo seu processo de deportação têm conhecimento das suas preocupações relativas à custódia*

Deve também informar o seu agente de deportação e o juiz de imigração responsável pelo seu caso de que o seu filho está ou pode vir a ser colocado em acolhimento familiar, bem como expressar os seus desejos sobre como o seu filho deve ser cuidado caso seja deportado. Deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que os funcionários responsáveis pelo seu processo de deportação estejam cientes da situação e que esta fique registada no processo do tribunal.

### *Pedir um intérprete*

Se a sua língua materna não for o inglês, pode solicitar que lhe seja disponibilizado um intérprete em quaisquer audiências relacionadas com os seus filhos.

### *Deve contactar o seu consulado*

O seu consulado poderá fornecer-lhe informações ou, eventualmente, defender os seus interesses.

# Opções para pais que enfrentam deportação

Poderá ter de decidir se leva os seus filhos para o seu país de origem ou se os deixa nos Estados Unidos. Esta é uma decisão difícil e o resultado pode depender de vários fatores, incluindo quem tem a custódia das crianças e, se mais do que uma pessoa tiver custódia, se estão de acordo quanto ao local onde a criança deve viver.

## Trazer uma criança consigo após a deportação

Muitos fatores influenciam se um progenitor pode levar uma criança consigo após a deportação. Antes de mais, se um progenitor estiver detido e desejar levar uma criança consigo após a deportação, deve certificar-se de que o agente de deportação e o juiz de imigração têm conhecimento disso. Os passos seguintes dependem de a criança estar em acolhimento familiar ou sob a custódia de outra pessoa e de a criança ter documentação adequada para viajar.

### *Acolhimento familiar*

Se o seu filho estiver em acolhimento familiar, leia a secção acima intitulada “Processos de proteção de menores “Child Welfare Proceedings.” Deve garantir que o juiz do tribunal de família, o assistente social, o assistente social da criança e qualquer outro funcionário ou advogado envolvido no processo de proteção de menores ou em qualquer processo de imigração saibam que pretende levar o seu filho consigo quando for deportado. Deve também pedir para se reunir com o seu filho no aeroporto antes de sair do país.

### *Custódia partilhada ou direitos de visita*

Se partilhar a custódia legal da criança, a sua capacidade de levar a criança para fora dos Estados Unidos pode depender de obter autorização do outro progenitor ou de um tribunal. Se o outro progenitor concordar que a criança pode ir consigo, ambos os progenitores devem considerar escrever esse acordo e autenticar as assinaturas. Deve guardar uma cópia deste documento escrito num local seguro e levar a carta consigo durante a viagem.

Se o outro progenitor não quiser que a criança saia dos Estados Unidos, poderá ter de obter uma ordem judicial que permita que a criança seja levada para fora do país. Uma vez que o resultado provável do caso dependerá de muitos fatores, deve contactar um advogado de direito da família para obter ajuda.

### *Crianças que viajam em companhias aéreas*

Algumas companhias aéreas exigem documentação especial para uma criança menor que viaje apenas com um dos pais com custódia. Deve contactar a companhia aérea para obter informações sobre o que poderá ser necessário para viajar sozinho com a criança. Poderá ter de apresentar um dos seguintes documentos:

(a) uma carta de autorização autenticada do outro progenitor da criança;
(b) uma decisão judicial que comprove que tem a custódia exclusiva; ou
(c) a certidão de nascimento da criança que comprove que tem a custódia exclusiva.

Além disso, se estiver a viajar internacionalmente, terá de apresentar o passaporte da criança. *(Para obter informações sobre como obter o passaporte de uma criança, leia a secção "Passaporte da criança" "Child's Passport" acima.)* Se a criança nasceu nos Estados Unidos, deve certificar-se de que possui documentos importantes, como certidão de nascimento, cartão de segurança social e passaporte, antes de sair do país com a criança. O país de destino pode impor requisitos adicionais. Uma lista de embaixadas e requisitos de entrada pode ser obtida através do sítio Web do Departamento de Estado ou contactando a embaixada em questão. As informações de contacto das Embaixadas dos EUA estão disponíveis aqui: https://www.usembassy.gov/.

> *Nota: Os requisitos de documentação das companhias aéreas para crianças menores também se aplicam quando a criança viaja com um tutor. Para além dos documentos de identificação da criança, o tutor provavelmente terá de apresentar: (a) uma decisão judicial que conceda a essa pessoa a tutela legal; ou (b) uma carta autenticada assinada pelos pais que conceda ao tutor autorização para viajar com a criança, frequentemente chamada de "carta de consentimento parental." A U.S. Customs and Border Protection Agency recomenda que a carta de consentimento parental esteja em inglês e autenticada, tenha menos de um ano e inclua as seguintes informações:*
>
> - *Quem*
> - *O quê*
> - *Onde*
> - *Quando*
> - *Porquê*
> - *Informações de contacto do(s) progenitor(es) ausente(s)*

O facto de uma criança poder viajar sozinha depende da idade da criança e da companhia aérea. Em nenhuma circunstância uma criança com menos de cinco anos pode viajar sozinha. Para crianças com idades entre cinco e dezoito anos, contacte a companhia aérea para obter detalhes sobre as regras da companhia relativas a passageiros menores. A criança poderá viajar sozinha apenas em determinados voos, sob certas circunstâncias, se tiver uma carta autenticada da pessoa que tem a guarda legal da criança.

### *Reunir a criança com o progenitor deportado após a deportação*

Se tiver obtido um tutor temporário para o seu filho antes da deportação, o tutor poderá ajudar a criança a obter a documentação necessária para sair do país e ir ter consigo. Para mais informações sobre tutores temporários e a sua capacidade de atuar como guardião legal, leia a secção "O que é um tutor temporário?" "What is a Temporary Guardian?" acima. No entanto, o tutor temporário pode não ter qualquer obrigação de o fazer se optar por não ajudar a criança a mudar-se.

## Manter a criança nos EUA quando um dos pais é deportado

Crianças menores precisam de um guardião legal para tomar decisões sobre questões como cuidados médicos, educação e decisões de viagem. Por esta razão, um progenitor que enfrenta deportação e que deseja que o seu filho permaneça nos Estados Unidos deve procurar que seja nomeado um tutor ou outro guardião legal para a criança.

### *Alteração da guarda de uma criança após a deportação do progenitor que detinha a custódia*

Se um progenitor quiser alterar uma ordem de custódia após a deportação, poderá ter de recorrer ao sistema judicial dos EUA. Se ambos os progenitores estiverem fora dos Estados Unidos, alguém dentro do país pode apresentar uma petição para ser nomeado tutor, e o(s) progenitor(es) ausente(s) podem dar o seu consentimento. Se apenas um dos progenitores estiver fora dos Estados Unidos, poderá concordar em atribuir a custódia ao outro progenitor que se encontra nos Estados Unidos. Para o efeito, o progenitor nos Estados Unidos pode apresentar uma ação de modificação perante o tribunal, e o progenitor ausente pode então dar o seu consentimento a partir do exterior dos Estados Unidos.

### *Emancipação de um filho mais velho*

Alguns estados também permitem que filhos mais velhos (geralmente com mais de 16 anos) se emancipem. Uma criança emancipada tem o direito de tomar as suas próprias decisões sobre educação, tratamento médico, viagens e assuntos legais — ou seja, as decisões que normalmente seriam tomadas por um pai ou tutor até a criança atingir a idade adulta. Assim, a emancipação pode proporcionar uma forma de uma criança mais velha viver de forma independente, em vez de ficar sob custódia do Estado, após a detenção ou deportação dos pais. Para se tornar emancipada, a criança pode ter de apresentar uma petição no tribunal de família explicando por que razão a emancipação é do seu interesse e demonstrando que é financeiramente independente. Como a emancipação geralmente implica a cessação dos direitos parentais, os pais e a criança devem ponderar cuidadosamente esta opção. Devem também considerar falar com um advogado, uma vez que a lei e o processo de emancipação variam de estado para estado.

# Barreiras que uma família imigrante pode enfrentar no tribunal

As famílias imigrantes que lidam com questões familiares em tribunal podem enfrentar várias dificuldades. Alguns desses potenciais obstáculos são discutidos abaixo.

## Encontrar um intérprete e/ou um tradutor

Em alguns casos, um dos maiores desafios para garantir os cuidados adequados a uma criança é a comunicação eficaz com as autoridades, como assistentes sociais ou um juiz. Se não falar inglês, é importante encontrar alguém que possa interpretar e/ou traduzir documentos.

Alguns estados fornecem serviços de interpretação e tradução para pais que estão a lidar com serviços de proteção de menores ou com o sistema judicial. Por exemplo, alguns tribunais da Califórnia disponibilizam intérpretes para audiências que envolvem Serviços de Apoio à Criança em processos de direito da família. Independentemente de o estado fornecer ou não serviços de interpretação e tradução, deve considerar encontrar o seu próprio intérprete ou tradutor desde já, para que a informação esteja disponível caso surja uma emergência. Se tiver dificuldades em encontrar alguém para interpretar e/ou traduzir, poderá ser possível encontrar um intérprete/tradutor através de uma organização comunitária ou religiosa que apoie imigrantes.

## Encontrar prestadores de serviços jurídicos ou outros defensores de direito da família

Em todos os estados existem organizações que prestam serviços jurídicos gratuitos a pessoas com baixos rendimentos, mas os critérios de elegibilidade variam. Além disso, os imigrantes podem enfrentar obstáculos para obter acesso a assistência jurídica e a outros tipos de apoio em algumas zonas do país. Por exemplo, alguns prestadores de serviços jurídicos afirmam claramente nos seus sítios web e nos seus materiais promocionais que não ajudam imigrantes sem documentos devido a requisitos regulamentares federais. No entanto, em alguns casos existem exceções para imigrantes que são vítimas de violência doméstica. Por conseguinte, ao contactar um prestador de serviços jurídicos, deve perguntar se é necessário apresentar prova de residência legal.

Em algumas cidades existem organizações que se dedicam especificamente a questões jurídicas relacionadas com imigrantes. Se não puder pagar um advogado, poderá ser possível encontrar um advogado ou representante através dessas organizações. Normalmente, não é uma exigência legal que um progenitor tenha um advogado durante

um processo no tribunal de família, mas recomenda-se fortemente trabalhar com um advogado sempre que possível, especialmente ao avaliar opções para proteger os seus filhos caso seja detido ou deportado.

## Políticas desfavoráveis aos imigrantes nas audiências de custódia

O estatuto de imigração pode ser considerado quando um tribunal está a avaliar o interesse superior da criança. É possível que um tribunal considere o estatuto migratório irregular de um potencial tutor como um fator contrário ao interesse da criança e recuse conceder a custódia a essa pessoa. Deve ter este problema em consideração ao decidir quem nomear como tutor da criança ou quem poderá solicitar a custódia da criança.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 2. Bens e benefícios dos filhos menores

Os imigrantes podem deter, na qualidade de "custodian" ou "trustee", bens para uma criança que seja cidadã dos EUA ("citizen child"), na esperança de que a criança cidadã tenha maior capacidade de proteger esses bens ao abrigo da legislação dos EUA. Os imigrantes podem também possuir bens significativos em seu próprio nome que desejam deixar ao seu filho cidadão aquando da deportação. Esta secção destaca algumas questões relacionadas com a proteção de bens em benefício de um filho cidadão (ou filhos) e fornece orientações gerais, incluindo:

O efeito da deportação nos bens do seu filho e considerações gerais para proteger esses bens ➤ Considerações específicas para a proteção de determinados bens comuns ➤ Leis de propriedade não reclamada ➤ Lista de verificação: Bens e benefícios dos filhos menores

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# O efeito da deportação nos bens do seu filho e considerações gerais para proteger esses bens

De modo geral, os filhos menores (aqueles com menos de 18 anos de idade, dependendo das leis do estado) não podem possuir bens porque não têm idade suficiente para celebrar contratos legais. Por conseguinte, os bens na posse de um menor são normalmente propriedade de um dos pais. A deportação de um progenitor pode, assim, perturbar a posse ou utilização desses bens pelo filho, incluindo o acesso a uma conta bancária, veículo, casa e outros bens pessoais. Embora deva considerar conceder uma procuração a uma pessoa de confiança que permaneça nos EUA para tratar de assuntos financeiros em caso de deportação, pode também considerar transferir bens em benefício do filho cidadão. Do mesmo modo, se atualmente detém bens em benefício do seu filho menor, deve considerar transferir a custódia ou a administração fiduciária para uma pessoa que permaneça nos EUA caso seja deportado. Quando os bens já estão detidos em fideicomisso para o filho cidadão e o fiduciário não está sujeito a deportação, pode não ser necessário tomar qualquer medida.

## A Lei Uniforme de Transferências para Menores

Todos os estados adotaram alguma forma da Lei Uniforme de Transferências para Menores (Uniform Transfers to Minors Act, UTMA). A UTMA permite a transferência de uma grande variedade de bens — incluindo bens imóveis ou móveis, tangíveis ou intangíveis — para um custodiante em benefício de um menor.

As transferências ao abrigo da UTMA são irrevogáveis e deixam o doador sem quaisquer direitos legais ou equitativos sobre o bem. O proprietário transfere o “título legal” da propriedade para um adulto (custodiante), enquanto o menor mantém o “título equitativo.” Título equitativo significa que a criança recebe os benefícios da propriedade, mas não pode vender ou hipotecar a propriedade até atingir a maioridade legal.

O custodiante tem amplos poderes relativamente à utilização dos bens em benefício da criança. Por exemplo, o custodiante pode utilizar os fundos para pagar renda, serviços públicos, prestações e reparações de automóvel, atividades e despesas pessoais da criança, além de despesas como educação e cuidados médicos. No entanto, o custodiante tem um dever fiduciário para com a criança de gerir os fundos como “procederia uma pessoa prudente ao lidar com bens de outra pessoa.” Consequentemente, o custodiante pode ser pessoalmente responsável por perdas nos bens da criança se se concluir que agiu de forma imprudente. Em geral, a criança tem direito a prestação de contas, o que exige que o custodiante documente o que aconteceu aos bens da criança. A maioria das leis estaduais determina que uma conta

ao abrigo da UTMA deve ser entregue à criança quando esta completar 21 anos. Em alguns estados, esse prazo pode ser alargado até aos 25 anos.

Os acordos UTMA são populares porque podem ser feitos por escrito de forma simples, podem nomear adultos adicionais como custodiantes substitutos e, geralmente, não requerem um advogado. No entanto, para que a Lei de Transferências para Menores (Transfers to Minors Act, TMA) do estado se aplique a uma transferência, o acordo deve declarar explicitamente que é feito de acordo com a TMA do estado. Os bens podem ser identificados por uma descrição geral, mas bens não incluídos no documento ou identificados de forma inadequada não serão transferidos.

Como regra geral, contas de custódia ao abrigo da TMA não devem ser utilizadas para doações significativas ou para uma série de doações que aumentem ao longo do tempo. As contas UTMA não garantem que os fundos serão utilizados para um propósito específico, e o valor total da conta será transferido para a criança para utilização livre quando atingir a idade de maturidade. Além disso, quando uma quantidade significativa de bens — mais do que alguns milhares de dólares — é transferida num acordo TMA, os tribunais podem intervir para criar um fideicomisso para a gestão desses bens. Os tribunais podem exigir o investimento dos bens para retorno futuro ou criar uma conta "bloqueada" que permita levantamentos apenas mediante ordem judicial.

## Fideicomissos, tutelas e curadorias

A legislação estadual também prevê a criação de acordos mais formais para a gestão de bens, incluindo: fideicomissos; contas ou documentos de propriedade coassinados; tutelas; ou curadorias. Estes acordos são geralmente mais apropriados para bens de valor significativo ou quando se pretendem mecanismos mais complexos para evitar que os bens sejam transferidos para o filho cidadão imediatamente após atingir a idade de maturidade (normalmente 21 anos), ou para criar restrições especiais que determinem que os bens sejam utilizados para um fim específico (por exemplo, educação).

## Quando o progenitor que parte é o custodiante ou fiduciário

Se estiver a enfrentar deportação e for o custodiante ou fiduciário dos bens do seu filho, e o seu filho permanecer nos EUA, deve nomear um custodiante alternativo para controlar e proteger os bens. Se um custodiante alternativo tiver sido nomeado no documento original, poderá simplesmente assumir o papel de custodiante. Na Califórnia, se a criança tiver atingido 14 anos de idade, pode nomear um novo custodiante que seja membro da família do menor. Outros estados podem ter regras semelhantes ou adicionais. Noutras situações, o tribunal pode ter de aprovar o novo custodiante ou fiduciário, dependendo dos bens e da natureza do fideicomisso ou da propriedade em custódia.

Se o seu filho sair dos EUA consigo e for o fiduciário dos seus bens, deve consultar um advogado com experiência nesta área antes de levantar os bens e levá-los para fora do país. Como fiduciário ou custodiante, tem a obrigação de proteger os bens do seu filho, e os requisitos específicos de proteção variam conforme os termos do acordo original. As regras específicas de cada estado podem variar.

## Restrições à transferência

Outras leis, como as que regulam a transferência de títulos ou investimentos, podem exigir ações adicionais para que a transferência seja válida e executável. Num esforço para proteger a maior quantidade possível de bens, deve procurar incluir todos os bens potenciais numa transferência, sabendo que algumas transferências podem ser afetadas por outras leis.

## Impostos

De modo geral, regras fiscais especiais aplicam-se aos bens detidos por menores. Em algumas circunstâncias, um menor será tributado à taxa de imposto dos pais ou do tutor e, noutras circunstâncias, podem aplicar-se exclusões e taxas de imposto especiais. Se os bens do menor produzirem rendimento ou uma mais-valia acima de determinado montante, devem ser pagos impostos. Além disso, as taxas de imposto mudam regularmente.

## Responsabilidade pessoal

A transferência de alguns bens (por exemplo, bens imóveis e veículos automóveis) pode gerar responsabilidade pessoal. Por exemplo, pedidos de indemnização por danos pessoais podem ser apresentados contra o proprietário de um veículo ou de um imóvel, mesmo quando o proprietário é menor.

## Emancipação

A emancipação é o processo legal através do qual um menor, normalmente com idade não inferior a 16 anos, pode apresentar uma petição ao tribunal para ser legalmente reconhecido como adulto. Um menor emancipado pode possuir plenamente bens e celebrar contratos juridicamente vinculativos. Devido à importância desta decisão, o menor deve demonstrar que possui maturidade suficiente para gerir os seus próprios assuntos financeiros e de saúde. Se o seu filho cidadão for apoiado por familiares e amigos que permanecerão nos Estados Unidos, a emancipação poderá não ser necessária. No entanto, em alguns casos, a emancipação evita a necessidade de recorrer a um custodiante para transferir bens ou criar um fideicomisso.

# Considerações específicas para a proteção de determinados bens comuns

Seguem-se considerações específicas para a proteção de determinados bens comuns. Esta lista não é exaustiva e deve elaborar um inventário de todos os bens possíveis, não apenas dos listados abaixo, e tentar determinar como cada bem será tratado caso seja deportado. Se possível, deve consultar um advogado para obter orientação sobre as leis de propriedade específicas do estado.

## Bens pessoais

O seu filho pode adquirir outros bens pessoais valiosos, como joias, computadores, aparelhos eletrónicos e outros produtos de consumo. Legalmente, este tipo de bens é normalmente propriedade sua enquanto pai ou tutor da criança. Embora os bens pessoais possam ser propriedade de um menor em algumas circunstâncias, um menor geralmente não tem idade suficiente para celebrar contratos legais relativos aos bens ou exercer todos os direitos associados à propriedade desses bens. A UTMA permite a transferência da maioria dos bens pessoais para um custodiante em benefício da criança. Ao considerar quais os bens a incluir numa transferência ao abrigo da UTMA ou na criação de um fideicomisso, deve pensar de forma abrangente em todos os bens e propriedades pessoais, incluindo telemóveis, presentes, salários ou outros cartões pré-pagos. Bens que não estejam descritos não serão transferidos.

## Contas bancárias

Bancos e outras instituições financeiras (como cooperativas de crédito) podem ser constituídos ao abrigo da legislação estadual ou federal. Consequentemente, as leis relativas à titularidade de contas variam entre instituições financeiras. De modo geral, no entanto, se for titular conjunto de uma conta com o seu filho cidadão e estiver a enfrentar deportação, deve considerar modificar a conta ou transferir os fundos para uma conta que permita a outro adulto de confiança atuar como custodiante. A instituição provavelmente terá um formulário específico para ajustar a titularidade da conta.

Em muitos casos, as contas bancárias para menores refletem o regime da UTMA. As contas são mantidas por "(o adulto) como custodiante de (o menor) ao abrigo da Lei Uniforme de Transferências para Menores (estado aplicável)." Uma vez aberta, a conta torna-se imediatamente propriedade do menor e não pode ser revertida. A conta é automaticamente transferida para o menor quando este atinge a idade adulta, e o custodiante pode utilizar os fundos apenas em benefício do menor.

## Cartões de crédito

De modo geral, as empresas de cartões de crédito dos EUA não emitem cartões de crédito a menores como titulares principais da conta. No entanto, as empresas de cartões de crédito podem emitir cartões a menores como utilizadores autorizados na conta de um adulto, quando o adulto é responsável pelo pagamento de todas as dívidas contraídas na conta. A transferência da conta provavelmente é proibida pelo contrato do titular adulto do cartão. Se for deportado, o uso contínuo do seu cartão de crédito pelo seu filho pode ter consequências negativas caso as dívidas contraídas não sejam pagas. Se desejar que o seu filho tenha acesso a crédito, ele deve tornar-se utilizador autorizado na sua conta (caso mantenha a conta de cartão de crédito ativa) ou na conta de outro adulto. Consulte Capítulo 5 sobre cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito para mais informações sobre o que fazer com a sua conta de cartão de crédito caso seja deportado.

## Veículos automóveis

As leis estaduais variam quanto à idade em que uma pessoa pode possuir legalmente um veículo automóvel. Em geral, um menor não pode ser o único proprietário. Alguns estados permitem que menores registrem um automóvel aos 16 anos, enquanto outros exigem que um pai ou tutor assine (por exemplo, o registo ou o empréstimo do automóvel) em nome do menor. As companhias de seguros também podem restringir quando um menor pode qualificar-se para cobertura de seguro. Se estiver a enfrentar deportação e for atualmente o co-signatário do registo automóvel, do empréstimo automóvel ou da apólice de seguro do seu filho, deve designar outro adulto para atuar como co-signatário.

## Bens imóveis (terreno, casa ou condomínio)

A propriedade de terrenos, casas ou condomínios é regulada pela legislação estadual. Em muitos estados, um menor pode ser proprietário desse bem, mas não pode comprar, vender ou celebrar contratos diretamente relacionados com o bem — isso deve ser feito indiretamente através de um fideicomisso, tutela ou curadoria. Se estiver a enfrentar a deportação e for o fiduciário, tutor ou curador dos bens do seu filho, deve considerar transferir o título para outro adulto em benefício do menor.

## Indemnizações judiciais, investimentos e heranças

Se um menor for destinatário de bens ou dinheiro resultantes de uma decisão judicial, normalmente é nomeado um tutor ou curador para receber e gerir esses bens em nome do menor. Do mesmo modo, os menores geralmente não podem possuir ou gerir ações, obrigações, fundos mútuos, anuidades, apólices de seguro de vida, patentes ou royalties. Se um menor receber bens ou dinheiro por herança, os bens serão colocados num fideicomisso (em benefício do menor) ou um tribunal poderá supervisionar a

administração desses bens. Se estiver a enfrentar deportação e for o tutor ou curador de algum destes bens em nome do seu filho, deve nomear um novo tutor ou curador para assumir essa função.

## Pensão de alimentos e decisões de custódia de crianças

Os tribunais de família — que tratam de questões como divórcio, custódia e pensão de alimentos — funcionam separadamente dos tribunais de imigração. Na maioria dos casos, não existe comunicação entre os tribunais de família e os tribunais de imigração. Por conseguinte, uma decisão de um tribunal de família não será automaticamente alterada após a deportação de um dos pais. Se uma decisão do tribunal de família for afetada pela deportação — incluindo custódia ou pensão de alimentos — deve apresentar um pedido ao tribunal que emitiu a decisão para a sua alteração. A custódia de crianças e questões relacionadas são discutidas com mais detalhe no Capítulo 1 deste guia.

A manutenção dos pagamentos de pensão de alimentos pode ser uma questão complexa, dependendo de se o beneficiário (pessoa que recebe o dinheiro) ou o devedor (pessoa que deve o dinheiro) é deportado, se o filho cidadão acompanha o progenitor deportado e se o país de destino reconhece uma decisão estrangeira de pensão de alimentos.

Se estiver a receber pensão de alimentos e enfrentar deportação, e o seu filho cidadão permanecer nos Estados Unidos, deve solicitar imediatamente ao tribunal de família a alteração da decisão para garantir que o seu filho continue a receber apoio através de um novo tutor. Se tiver custódia total do seu filho cidadão e quiser que ele o acompanhe para fora dos Estados Unidos, normalmente terá de obter autorização do tribunal.

Numerosos países têm acordos recíprocos de pensão de alimentos com os Estados Unidos, incluindo: Austrália, Brasil, Canadá, República Checa, Equador, El Salvador, Finlândia, Honduras, Hungria, Irlanda, Israel, Países Baixos, Nicarágua, Noruega, Filipinas, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Suíça e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Se um progenitor que deve pensão de alimentos for deportado para um destes países, uma decisão de pensão de alimentos dos EUA pode ser executada no tribunal estrangeiro. Além disso, se a criança residir num destes países, o tribunal estrangeiro pode emitir uma decisão executória contra um progenitor que deve pensão de alimentos e que permanece nos EUA.

## Planos de poupança para educação

Um plano de poupança para educação é diferente de uma conta bancária normal criada para poupar para a escola. Dependendo do tipo de plano, podem aplicar-se regras especiais de transferência.

### *Contas de Poupança para Educação (Education Savings Accounts, ESAs)*

Uma Conta de Poupança para Educação, também chamada Conta de Poupança para Educação Coverdell, é considerada um bem do pai ou tutor do menor. Para um menor que saia do país com o progenitor deportado, a conta pode geralmente ser "liquidada" — ou seja, convertida em dinheiro — se isso não for especificamente proibido pelas condições de criação da conta, embora possam ser devidas penalizações ou impostos. Os fundos podem ser utilizados para fins não educativos, mas pode haver uma penalização associada. No caso de um menor que permaneça no país, deve assegurar-se que o pai ou tutor que permanece tem conhecimento da conta. Um consultor financeiro da instituição que gere a conta deverá conseguir assegurar uma transição tranquila do controlo da conta.

### *Planos de poupança 529*

Ao contrário da Coverdell ESA, um plano 529 permanece sob controlo da pessoa que cria a conta. Por este motivo, os fundos podem não ser considerados um bem do menor nem do tutor do menor e podem tornar-se inesperadamente indisponíveis para o menor se a pessoa que controla o plano decidir retirar os fundos ou alterar o beneficiário do plano 529. Se existir um plano 529 que designe o menor, um progenitor que enfrente deportação ou outro progenitor ou tutor pode querer discutir os futuros planos educativos do menor com a pessoa que criou o plano de poupança 529. Se foi o progenitor que está a ser deportado quem criou o plano 529, esse progenitor poderá querer nomear um proprietário sucessor do plano, reconhecendo que o proprietário sucessor tem a capacidade de redirecionar os fundos para longe do menor. Isto pode permitir que o menor saiba se poderá contar com esses fundos no futuro, apesar de eventuais mudanças nas circunstâncias.

### *Benefícios governamentais*

Um filho cidadão pode estar a receber benefícios, subsídios ou apoio financeiro de programas governamentais federais, estaduais, distritais e/ou locais. A elegibilidade para esses programas pode ser negativamente afetada pela deportação de um dos pais ou tutor. Os pais imigrantes devem investigar se a elegibilidade para esses programas é condicional e se é necessário tomar medidas para manter a elegibilidade após a deportação do progenitor. Os pais devem também verificar se o seu filho cidadão pode qualificar-se para assistência através de outros programas, incluindo aqueles que concedem benefícios a jovens ou menores "não acompanhados". Sempre que possível, deve ser fornecida ao filho cidadão e/ou ao tutor ou custodiante uma descrição de como obter ou manter esses benefícios. Um tutor poderá ter de apresentar um pedido para se tornar representante do beneficiário de um menor.

# Leis sobre bens não reclamados

As leis sobre bens não reclamados, também conhecidas como leis de “escheat”, exigem que as instituições financeiras comuniquem quando uma propriedade pessoal (por exemplo, dinheiro) foi abandonada ou não reclamada após um determinado período de tempo ao abrigo da legislação estadual — frequentemente cinco anos. Antes de os bens poderem ser considerados abandonados, a instituição deve fazer um esforço diligente para tentar localizar o proprietário. Após o abandono do bem, o estado mantém um registo do bem e o proprietário pode apresentar um pedido para recuperar o bem. A National Association of Unclaimed Property Administrators mantém bases de dados para procurar bens não reclamados e a legislação estadual pode conter restrições especiais. Acordos cuidadosamente redigidos e registos atualizados (bem como garantir que contas bancárias e outros tipos de contas financeiras não sejam encerradas por inatividade) podem evitar a perda desses bens, embora os filhos cidadãos, custodiantes e pessoas com procuração devam estar cientes de que os bens transferidos para o estado podem ser recuperados se forem posteriormente identificados.

# Lista de verificação: Bens e benefícios dos filhos menores

*Os bens detidos por um menor são geralmente regidos pela legislação estatal. Sempre que possível, consulte um advogado para obter aconselhamento sobre as leis de propriedade específicas do estado e sobre a melhor forma de agir no seu caso.*

Se atualmente detém bens como custodiante em nome do seu filho menor que é cidadão dos EUA, considere transferir a custódia para uma pessoa de confiança que permaneça nos EUA caso seja deportado.

Elabore uma lista de todos os bens disponíveis que atualmente não estejam protegidos e que possam ser transferidos ou protegidos de outra forma em benefício do seu filho menor (incluindo bens imóveis e pessoais, tangíveis e intangíveis). Sempre que possível, considere consolidar os bens para facilitar a gestão e a transferência.

Redija um acordo para a transferência dos bens identificados para um custodiante do menor ao abrigo da Lei Uniforme de Transferências para Menores (UTMA), a ser executado imediatamente ou, pelo menos, antes da deportação (incluindo durante a detenção, se necessário).

Se possuir bens significativos ou únicos (incluindo bens imóveis), consulte um advogado para considerar a criação de um fideicomisso, tutela ou curadoria em benefício do seu filho menor com um fiduciário que permanecerá nos EUA.

Investigue se quaisquer benefícios governamentais que o seu filho menor recebe podem ser afetados pela sua deportação, se o seu filho poderá qualificar-se para benefícios adicionais após a sua deportação e deixe instruções para o seu filho menor e/ou para o tutor do seu filho sobre como manter e/ou obter esses benefícios.

Se possível, assegure-se de que todas as contas bancárias sejam detidas conjuntamente pelo seu filho menor e por um custodiante em quem confia e que permanecerá nos EUA, para garantir que o seu filho cidadão tenha acesso contínuo.

Considere conceder uma procuração a alguém que permanecerá nos EUA para tratar da gestão de quaisquer outros bens na sua ausência.

Se o seu filho menor sair do país consigo durante a deportação, deve consultar um profissional especializado para determinar se e como os bens do seu filho podem ser vendidos e levados para fora do país com ele.

Você e o seu filho podem solicitar uma prestação de contas a qualquer custodiante ou fiduciário que esteja a gerir os bens do seu filho, para garantir que os bens estão seguros e a ser geridos de forma adequada.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 3. Gerir os aspetos psicológicos da deportação e da custódia dos filhos

A família é o alicerce de uma sociedade saudável e o ambiente onde as crianças desenvolvem o seu sentido de segurança e pertença. Muitos imigrantes, talvez como você, vêm para os EUA para proporcionar aos seus filhos uma vida e um futuro melhores do que aqueles possíveis no seu país de origem. A deportação pode destruir a sensação de segurança e estabilidade que a sua família construiu com tanto esforço nos Estados Unidos. Este é provavelmente um momento extremamente difícil para si, como indivíduo e como pai ou mãe, bem como para o seu filho, pois perturba qualquer sensação de segurança que tenha conseguido construir.

Quando a segurança e a proteção se perdem, podem gerar-se níveis significativos de stress, que podem ser particularmente prejudiciais para as crianças e para os seus cérebros e corpos em desenvolvimento. Isto é especialmente significativo e prejudicial quando envolve a separação dos principais cuidadores (ou seja, os pais). As crianças precisam de um ambiente seguro e protegido para prosperar física, emocional, social e academicamente. O stress, especialmente quando é crónico e ocorre nos primeiros anos de vida, tem um impacto negativo no desenvolvimento saudável da criança, e as suas consequências podem durar toda a vida. Conversar para abordar as preocupações do seu filho, no caso de deportação, pode ajudar a aliviar o stress e potencialmente reduzir o seu impacto negativo.

Porque falar sobre a deportação é tão stressante ➤ Porque é importante falar sobre a deportação ➤ Formas de monitorizar o stress para permitir conversas ➤ Crianças de diferentes idades terão diferentes reações e preocupações ➤ Estratégias para conversar com as crianças sobre a deportação ➤ Como lidar com a deportação ajudando os seus filhos a sentirem-se seguros ➤ Recursos de saúde mental

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Porque falar sobre a deportação é tão stressante

Os acontecimentos stressantes interferem com a nossa capacidade de pensar. Como seres humanos, temos uma resposta automática aos momentos em que nos sentimos assustados ou ameaçados. Quando estamos muito stressados, a nossa tendência natural é fugir, lutar, congelar ou desmaiar. Em muitas situações, quando existe uma ameaça imediata, isto é muito útil para a sobrevivência. Noutras situações, como a ameaça de deportação, em que o stress não é momentâneo mas pode durar longos períodos, é importante encontrar formas de reduzir o stress. Uma vez que o tema da deportação é muito stressante e provoca medo intenso, será necessário um esforço ativo de reflexão e planeamento para reduzir parte do seu impacto negativo.

No passado, muitos imigrantes geriram o medo e o stress de uma possível deportação evitando completamente falar sobre o assunto. Algumas pessoas podem ter optado por não falar sobre o seu estatuto migratório para se sentirem mais seguras e protegidas de serem visadas. Outras evitaram falar sobre deportação porque isso lhes traz recordações demasiado dolorosas. Falar sobre o próprio estatuto migratório pode ser emocionalmente difícil, mas pode ser benéfico se for feito com amigos ou colegas de confiança. No entanto, pode despertar o medo da deportação e o receio de perder a ligação com os entes queridos caso seja forçado a partir. Também pode trazer à memória a difícil jornada para chegar aos EUA, tudo o que foi sacrificado, bem como a vida e as pessoas deixadas para trás ou que poderão agora ser deixadas para trás. As conversas sobre estatuto migratório ou deportação podem também ser particularmente difíceis se a razão inicial para migrar foi fugir de violência física (ou emocional). É difícil lidar de perto com sentimentos dolorosos.

# Porque é importante falar sobre a deportação

Apesar da nossa tendência natural para fazer o contrário, conversar sobre os nossos medos de forma emocionalmente sensível pode realmente reduzir o stress. Quando estamos stressados, o apoio e o amor das pessoas à nossa volta podem ajudar-nos a sentir melhor. Ao conversar uns com os outros sentimos ligação, e isso pode ajudar a reduzir o stress. As crianças são muito sensíveis ao que acontece à sua volta. Pense nelas como esponjas emocionais que absorvem tensões. Mesmo que temas emocionalmente intensos, como o medo da deportação, não sejam discutidos, muitas crianças são suficientemente perceptivas para captar a tensão e o medo e serão afetadas. Pode ser benéfico ajudar as crianças a encontrar formas de falar sobre os seus sentimentos para que se sintam menos sobrecarregadas. Se as famílias puderem falar sobre a deportação em conjunto, as crianças e os pais podem sentir-se menos sozinhos se tiverem de enfrentar esse processo.

# Formas de monitorizar o stress para permitir conversas

O nosso cérebro e o nosso corpo indicam-nos quando estamos stressados. Eis algumas formas de perceber que pode estar stressado:

- Dificuldade em pensar
- Dificuldade em planear
- Dificuldade em recordar
- Batimento cardíaco acelerado
- Falta de ar
- Palmas das mãos suadas
- Boca seca
- Tensão muscular
- Sensação de "borboletas no estômago" ou dores de estômago

É importante ouvir o próprio corpo para conseguir gerir o stress antes de iniciar conversas difíceis. Pode ser útil tentar reconhecer os seus próprios sentimentos antes e durante as conversas com os seus filhos. Ouvir a resposta do nosso corpo pode ser uma forma de compreender sentimentos difíceis ou, pelo menos, oferecer algumas pistas sobre sentimentos menos acessíveis. Quando está stressado, pode ser útil praticar respiração profunda, dar um passeio calmo, ouvir música reconfortante ou partilhar os seus sentimentos com outro adulto de confiança, como forma de regressar a um estado mais tranquilo. É importante que, enquanto pai ou mãe, parte da sua atenção esteja focada no seu próprio bem-estar emocional, para que possa cuidar dos seus filhos e permanecer atento às suas necessidades. Uma criança precisa do conforto dos pais ou dos seus cuidadores principais, mas os seus sentimentos e o seu bem-estar emocional também são importantes. Se alguma vez esteve num avião, talvez se lembre de que, em caso de emergência, os adultos devem colocar primeiro a máscara de oxigénio em si próprios para poderem cuidar das crianças. Quando os pais conseguem gerir o seu próprio stress com sucesso, tornam-se mais capazes de ouvir e estar abertos às preocupações dos seus filhos.

# Crianças de diferentes idades terão reações e preocupações diferentes

As crianças pequenas podem não conseguir expressar as suas perguntas ou sentimentos por palavras. No entanto, o silêncio e o comportamento também são formas de comunicação. Um princípio básico que pode ser útil ter em mente ao pensar e falar sobre este assunto nas famílias é que não existe algo como não comunicar. Estamos sempre a comunicar, seja por palavras, comportamentos ou silêncio. Já alguma vez ouviu a frase: "o silêncio é uma afirmação poderosa?" Mesmo não dizer algo verbalmente pode transmitir uma mensagem forte. Da mesma forma, bebés, crianças e adultos estão sempre a comunicar. Precisamos apenas de aprender a ser sensíveis à mensagem. Mas a mensagem importante aqui é que pode realmente existir uma mensagem que merece atenção.

## Alguns comportamentos a observar em crianças pequenas

- **Aumento da inquietação na hora de dormir ou da sesta:** A hora de dormir pode ser um momento em que muitos medos surgem nos pensamentos das crianças. Esses medos também podem surgir sob a forma de pesadelos. Para as crianças pequenas, pesadelos com monstros, perdas ou separações podem ser uma forma de expressar aquilo com que ainda não conseguem lidar ou aquilo de que têm medo. As crianças muito pequenas, por exemplo, podem ficar muito perturbadas com um sonho mau e precisar do conforto de um dos pais ou de um cuidador de confiança para voltar a adormecer, porque a diferença entre sonhos e realidade ainda não é totalmente clara. Lembra-se de como é acordar a meio de um pesadelo? Provavelmente percebeu rapidamente onde estava e que tinha sido apenas um sonho e depois, com sorte, voltou a adormecer. As crianças têm mais dificuldade em lidar com isso, porque ainda precisam dos pais para se sentirem seguras e para distinguir a realidade.
- **Agitação ou birras:** As crianças muito pequenas podem tornar-se mais agitadas e ter mais birras. Esta pode ser a forma de comunicar o seu sofrimento, mostrando que também estão nervosas e que precisam de ajuda para se acalmar.
- **Temas de tristeza e perda** em desenhos e brincadeiras de faz-de-conta.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

## Alguns comportamentos a observar em crianças mais velhas em casa e na escola

***As crianças podem apresentar-se:***

- Reservadas;
- Distraídas;
- Zangadas; ou
- Tristes.

***Poderá descobrir que eles estão a:***

- Demonstrar fraco desempenho escolar ou parecer menos motivados em geral;
- Ser menos sociáveis e ter mais conflitos com os colegas;
- Recusar ir à escola, resultando em absentismo;
- Apresentar queixas físicas: dores de estômago, dores de cabeça, etc.; ou
- Ter problemas de sono e pesadelos.

Todos estes comportamentos são exemplos de formas pelas quais as crianças comunicam que estão stressadas e possivelmente sobrecarregadas. Quando os pais conseguem lidar com o stress dos seus filhos, isso pode ajudá-los a acalmar-se e o seu comportamento pode melhorar.

## O que observar nos adolescentes

Os adolescentes podem sentir o peso de responsabilidades crescentes. Podem sentir que ainda não estão preparados ou capazes de assumir papéis e responsabilidades parentais. Por vezes, quando as pessoas se sentem com medo ou sobrecarregadas, isso manifesta-se sob a forma de raiva. Pode ser demasiado difícil para eles sentirem tristeza ou medo. A raiva pode ajudar as pessoas a sentirem-se fortes e com poder. É importante reconhecer que, quando os adolescentes estão zangados, a raiz desse sentimento é frequentemente o medo ou a tristeza.

Os pais também devem estar atentos a mudanças no comportamento dos seus adolescentes. Houve grandes mudanças na forma como o adolescente se comporta em casa ou no seu desempenho escolar? Essas mudanças podem ser um sinal de que o adolescente está stressado e que algo precisa de ser abordado.

# Estratégias para conversar com as crianças sobre a deportação

O stress relacionado com a deportação afeta toda a gente. Mesmo que a sua família não esteja a enfrentar a ameaça de deportação, pode viver numa comunidade onde outras pessoas estão. Os seus filhos podem ser afetados pelo que está a acontecer a outras crianças à sua volta, muitas das quais podem ser seus amigos. As crianças podem sentir tristeza pelos amigos que partiram, medo de perder mais amigos e receio de que o que está a acontecer aos seus amigos também lhes possa acontecer. É importante que, enquanto pai ou mãe, escute e esteja aberto ao que o seu filho está a sentir. É natural sentir tristeza e medo em alguns momentos. Ter espaço para expressar sentimentos pode ajudar os seus filhos a lidar melhor com a situação. Ignorar ou reprimir sentimentos pode parecer útil a curto prazo, mas a longo prazo guardar sentimentos pode levar a explosões emocionais ou a comportamentos mais negativos. É importante tentar resistir à tendência de reprimir os sentimentos e, em vez disso, procurar uma forma segura de os expressar, como colocá-los em palavras.

Eis algumas sugestões para ajudar a tornar estas conversas menos stressantes:

- **Ouça com atenção.** Um princípio orientador para todas as conversas é ouvir com sensibilidade e atenção as perguntas e preocupações do seu filho. Não desvalorize as suas preocupações; escute-as.
- **Procure um ambiente adequado.** Ao ter uma conversa, é importante encontrar um espaço calmo, sem interrupções e com tempo suficiente, para não se sentir pressionado ou apressado. Dependendo da idade dos seus filhos, pode ser útil que todos os membros da família estejam presentes.
- **Esteja preparado.** Antes de iniciar a conversa, tenha um plano em mente sobre o que aconteceria se a sua família enfrentasse a deportação. Para as crianças, é reconfortante sentir que os pais estão no controlo da situação e têm um plano para cuidar delas.
- **Mantenha a simplicidade.** Se os seus filhos tiverem perguntas, o melhor é responder de forma simples. Forneça informação suficiente para responder às suas preocupações, mas não demasiada para que não se sintam sobrecarregados. Isto pode exigir um grande esforço da sua parte, especialmente se se sentir muito sobrecarregado, o que também é compreensível. Este também pode ser um momento difícil para si.

- **Crie um medidor de stress.** Como forma de avaliar o nível de stress da sua família, pode ser útil que cada membro faça um medidor de stress em que o verde representa calma, o amarelo representa ligeiro stress e o vermelho representa muito stress. As crianças mais velhas podem preferir uma escala de 1 a 10. Pense nisso como um velocímetro de um carro que vai de cores suaves a cores mais fortes ou de 1 a 10. O medidor pode ser colocado na porta do quarto da criança ou acima da cama. Pode dizer ao seu filho que o irá confortar quando perceber sinais de que ele está stressado. Isto pode ajudá-lo(a) como pai(s) ao criar uma ponte simples que o(a) mantém ligado(a) à experiência do seu filho. Pode igualmente ajudá-los a dar-lhe sinais quando precisam da sua presença para se sentirem melhor.

## Como lidar com a deportação ajudando os seus filhos a sentirem-se seguros

Independentemente de o seu plano ser que os seus filhos permaneçam nos EUA ou que o acompanhem ao seu país de origem, o objetivo é manter as relações vivas. Como podemos colmatar as lacunas que a separação física cria? Ao longo da vida, os seres humanos precisam da continuidade das relações para se sentirem seguros. A deportação pode destruir a proximidade física de uma família.

Eis algumas estratégias que podem aproximá-lo e ajudar a sua família a manter-se ligada caso seja deportado e os seus filhos permaneçam nos EUA:

- As crianças mais velhas devem saber qual será o plano para o cuidado da família se for deportado e elas permanecerem nos EUA. É importante explicar-lhes o essencial. Onde irão viver? Irão continuar na mesma escola? Como irão contactar os pais? Quem irá cuidar deles? É importante manter um sentido de previsibilidade em momentos de grande medo e stress. Ter um plano faz com que os seus filhos se sintam protegidos. Quando sabemos o que pode acontecer e temos um plano, o stress diminui e a situação torna-se menos avassaladora.

- As mensagens de áudio podem ser uma forma de a criança sentir que não está sozinha, ouvindo a voz de um dos pais sempre que precisar. A mensagem deve ser encorajadora e tranquilizadora. Pense numa mensagem destinada a confortar quando o seu filho ou adolescente estiver angustiado. Por exemplo, os pais podem cantar uma canção de embalar para uma criança mais nova, ler uma história, contar uma anedota ou transmitir uma mensagem inspiradora a um adolescente.

- Telefone e videoconferência. Se possível, é importante estabelecer horários regulares e frequentes para conversar.
- Crie um álbum de fotografias ou um livro de recordações de momentos partilhados.
- Incentive a criança a escrever cartas, fazer desenhos ou enviar fotografias ao progenitor, que pode mostrá-las à criança numa chamada de vídeo em direto para demonstrar que as recebeu. Esta pode ser uma forma muito concreta de a criança sentir que consegue chegar aos pais do outro lado da fronteira.
- Se as condições financeiras o permitirem, as crianças podem visitar os pais durante as férias ou no verão.

Se o seu filho o acompanhar ao seu país de origem, precisará de estratégias para ajudar tanto a si como ao seu filho a lidar com a grande transição e com a perda da vida nos EUA.

É possível que não saiba exatamente onde irá viver. No entanto, é importante transmitir ao seu filho o máximo de informação possível sobre o seu país. Também pode ser útil partilhar informações gerais sobre o seu país de origem e a sua cultura. Tornar o máximo possível das coisas conhecidas e previsíveis ajudará as crianças a sentirem-se calmas, seguras e protegidas.

Se os seus filhos o acompanharem, deixarão para trás a sua casa, a sua escola, os seus amigos e o seu país. Poderão ter de aprender uma nova língua. Haverá grandes mudanças pela frente. O seu objetivo é ajudá-los a lidar com essa mudança e com as perdas que estão a viver. Estes serão momentos difíceis e é importante escutar com os olhos e com os ouvidos. Pode ajudá-los com estratégias para manter contacto com os seus amigos nos EUA. As famílias que são deportadas muitas vezes sentem-se estigmatizadas.
As famílias e as crianças podem ter dificuldades em ser aceites no novo local por outras crianças e pelos residentes locais. Se toda a sua família deixar os EUA, as estratégias mencionadas acima — ouvir e conversar — ajudarão a manter as ligações e a enfrentar os desafios em conjunto.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Recursos de saúde mental

*Ajuda imediata*

**Linhas nacionais de apoio e assistência em situações de crise**

- National Suicide Prevention Lifeline: Ligue ou envie uma mensagem de texto para 988. Também disponível em espanhol.
- National Alliance on Mental Health: Ligue para 1-800-950-6264 ou envie uma mensagem de texto com NAMI para 741741
- Crisis Text Line: Envie uma mensagem de texto com HOME para 741741
- LGBT National Hotline: 1-888-843-4564
- The Trevor Lifeline: 1-800-565-8860. Também disponível em espanhol.
- Trans Lifeline: 1-888-843-4564
- BIPOC Blackline: Ligue ou envie uma mensagem de texto para 1-800-604-5841
- National DV Hotline: Ligue para 1-800-799-7233 ou envie uma mensagem de texto com LOVEIS para 22522
- National Sexual Assault Hotline: 1-800-656-4673
- National Child Abuse Hotline: Ligue ou envie uma mensagem de texto para 1-800-422-4453
- The Eldercare Locator: 1-800-677-1116

**Outros recursos de saúde mental**

- Immigrants Rising Kit de Ferramentas de Saúde Mental para Imigrantes Indocumentados
- United We Dream Kit de Ferramentas UndocuHealth
- Lidar com o Stress Relacionado com DACA e a Imigração
- American Academy of Pediatrics Kit de Ferramentas de Saúde da Criança Imigrante
- Together for Wellness Kit de Ferramentas Digital
- Our House Recursos de Apoio ao Luto para Todas as Pessoas em Luto
- Linha Nacional de Apoio à Violência Doméstica: Abuso em Comunidades de Imigrantes

Mais recursos, incluindo diretórios de terapeutas de saúde mental e grupos nacionais gratuitos de apoio, estão disponíveis em:
Recursos de Saúde Mental para Pessoas Indocumentadas

# Lista de verificação: Gerir os aspetos psicológicos da deportação e da custódia dos filhos

- ☐ Aprender a reconhecer sinais de stress
- ☐ Praticar estratégias para gerir o stress
- ☐ Estar atento às necessidades de crianças de diferentes faixas etárias
- ☐ Reconhecer sinais de stress nos seus filhos
- ☐ Conhecer estratégias para ajudar as crianças a reduzir o stress
- ☐ Ouvir com sensibilidade e atenção as perguntas e preocupações do seu filho
- ☐ Criar um espaço seguro para que as conversas aconteçam
- ☐ Ter um meio seguro para expressar sentimentos
- ☐ Responder às perguntas de forma simples
- ☐ Conhecer o seu plano caso a deportação afete a sua família
- ☐ Partilhar o seu plano com os seus filhos
- ☐ Aprender estratégias para manter a ligação com os seus filhos após a deportação
- ☐ Ouvir e conversar ajudará o seu filho a lidar com a perda e com a mudança se ele deixar os EUA consigo

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 4. Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária

Existem muitas formas de conservar o dinheiro que ganhou com esforço caso seja deportado. Não é necessário levantar todo o dinheiro da sua conta e guardá-lo em casa ou transportá-lo consigo. Desta forma, pode perder o seu dinheiro ou ele pode ser roubado. Esta secção apresenta sugestões para abordar as seguintes questões:

Manter a sua conta aberta ➤ Gerir a sua conta por si próprio ➤ Criar uma conta bancária conjunta ➤ Conceder uma procuração financeira ou limitada ➤ Encerrar a sua conta bancária ➤ Cofres de segurança ➤ Lista de verificação: Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária

Não tem de perder o seu dinheiro por estar a ser deportado. Contacte o seu banco e certifique-se de que conhece todas as suas opções antes de tomar decisões sobre a sua conta bancária. Certifique-se de que atualiza o seu banco com todas as suas informações, incluindo novos endereços ou dados de contacto.

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Manter a sua conta aberta

Pode querer manter a sua conta aberta se tiver obrigações financeiras contínuas nos EUA, como uma hipoteca, filhos ou familiares a cargo, ou uma pensão. Se pretende transferir dinheiro para as suas contas internacionais, tenha atenção às comissões que poderão ser cobradas. Por exemplo, ao transferir dinheiro entre a sua conta nos EUA e uma conta internacional, podem ser cobradas comissões tanto pelo envio como pela receção dos fundos, o que pode tornar-se dispendioso.

Se quiser manter a sua conta aberta, tem algumas opções para gerir a conta a partir do seu país de origem. Pode:

- Gerir a conta por si próprio;
- Criar uma conta bancária conjunta; ou
- Conceder uma procuração financeira ou limitada para que a pessoa designada possa gerir a conta em seu nome.

  *Nota: Uma procuração financeira ou limitada especifica as ações que outra pessoa pode realizar em seu nome. É diferente de uma procuração de custódia, que permite a outra pessoa cuidar do seu filho; ou de uma procuração geral que permite a outra pessoa tratar de todos os seus assuntos pessoais.*

# Gerir a sua conta por si próprio

Quando gere a sua conta, esta permanece totalmente sob o seu controlo. Para tornar isso possível, os bancos muitas vezes têm agências locais ou caixas automáticos no estrangeiro. Também poderá gerir a sua conta por telefone, através da banca online ou por aplicações de smartphone de terceiros (por exemplo, carteiras digitais). As aplicações de carteira digital podem permitir-lhe transferir o seu dinheiro entre os EUA e outros países com maior facilidade. Certifique-se de perguntar ao seu banco qual é a melhor forma de gerir a sua conta no estrangeiro.

Além disso, enquanto mantiver a sua conta, nunca partilhe as suas informações pessoais, como números de identificação ou números de conta, com pessoas ou empresas em quem não confie. Também deve alterar frequentemente as palavras-passe das suas contas bancárias online e certificar-se de que são fortes. Se detetar atividade fraudulenta, informe o seu banco o mais rapidamente possível.

Tenha cuidado com:

- Situações em que teria de se deslocar pessoalmente a um banco;
- Processos de verificação em dois passos que exigem acesso a dispositivos nos EUA que já não possui;
- Não conseguir aceder ao seu dinheiro através da banca online se não tiver acesso à internet;
- Utilizar determinados bancos que podem ter limitações para aceder à sua conta a nível internacional;
- A conta tornar-se inativa;
- Taxas que podem acumular-se quando ocorrem transferências ou câmbios internacionais. As taxas de transações internacionais podem reduzir significativamente o saldo da conta;
- Transações fraudulentas que não foram feitas nem autorizadas por si;
- Fraudes e outros esquemas criminosos que podem ser utilizados para obter acesso à sua conta;
- Os bancos podem sinalizar a sua conta por suspeita de fraude ou branqueamento de capitais;
- Aceder a serviços bancários online através de redes Wi-Fi públicas não seguras; e
- Fraudes que alegam oferecer serviços que parecem demasiado bons para ser verdade. Verifique sempre essas ofertas junto de fontes oficiais.

Certifique-se de discutir todas estas questões com o seu banco para evitar possíveis problemas e reduzir a probabilidade de atividade fraudulenta.

# Criar uma conta bancária conjunta

Adicionar alguém à sua conta dará a essa pessoa o poder de gerir a conta na totalidade. Essa pessoa também passará a ser legalmente proprietária de tudo o que estiver na conta. Por essa razão, deve escolher uma pessoa que lhe seja muito próxima e em quem confie. Pode adicionar alguém à conta que já tem aberta ou abrir uma nova conta conjunta. Isto pode ser feito presencialmente ou, em alguns casos, online. A pessoa que optar por adicionar à sua conta poderá ter de fornecer os seus dados pessoais ao banco por via eletrónica ou presencialmente.

O seu banco pode também oferecer a opção de adicionar uma pessoa de confiança à sua conta, não como coproprietário total, mas com direitos mais limitados. Nesse caso, a pessoa adicionada pode ter menos poder sobre a sua conta e o seu dinheiro do que um coproprietário e só poderá realizar ações limitadas. Contacte o seu banco para obter mais informações sobre a criação de uma conta conjunta ou a inclusão de uma pessoa numa conta com capacidade mais limitada, para garantir que compreende as suas opções e os direitos de acesso que estará a conceder.

Tenha em atenção que:

- A outra pessoa tem acesso total ao seu dinheiro e pode utilizá-lo ou levantá-lo;
- A conta pode ser usada para pagar dívidas da outra pessoa junto dos seus credores; e
- Se morrer, a outra pessoa pode ficar com todo o dinheiro.

# Conceder uma procuração financeira ou limitada

Pode escolher uma pessoa da sua confiança e conceder-lhe uma procuração financeira ou limitada. Isto permitirá que a pessoa designada gere a conta em seu nome. Pode obter mais informações na secção Procuração (Capítulo 10).

Alguns bancos não permitem a utilização de procurações. Consulte o seu banco.

# Encerrar a sua conta bancária

Pode querer encerrar a sua conta se não tiver quaisquer obrigações financeiras nos EUA e precisar de acesso fácil ao dinheiro no seu país de origem. Mesmo que levante todo o dinheiro da sua conta antes de sair dos EUA, poderá ainda querer encerrar formalmente a conta para evitar a cobrança de taxas por mantê-la aberta.

Para encerrar a sua conta, informe-se sobre os procedimentos do seu banco. Muitos bancos permitem encerrar a conta presencialmente numa agência, por telefone ou por correio. Alguns bancos permitem até encerrar a conta online. Poderão existir procedimentos especiais se tiver uma conta conjunta. Se estiver a encerrar a sua conta a partir do estrangeiro, terá de escrever uma carta com informações específicas para a sua agência local. Certifique-se de que todos os seus cheques e pagamentos automáticos foram processados antes de encerrar a conta. Pode ser impedido de encerrar a sua conta corrente se tiver um saldo negativo.

Para receber o seu dinheiro terá de escolher entre um cheque ou uma transferência ou, se o banco permitir, colocar o dinheiro num cartão pré-pago que pode transportar e que pode ser mais seguro do que dinheiro. Certifique-se de que pode depositar um cheque estrangeiro numa conta bancária no seu país de origem e tenha atenção a quaisquer taxas ou requisitos para processar cheques internacionais. Por exemplo, consulte as recomendações da Condusef para depositar cheques internacionais no México e outras sugestões para enviar dinheiro para o México. Se escolher um cheque, terá de o transportar para o seu país de origem. Quando estiver lá, poderá depositá-lo na sua conta no país de origem, mas poderá demorar entre 40 e 60 dias a ser compensado. Para um saque bancário ou transferência eletrónica, já terá de ter uma conta no país de origem. Consulte o Capítulo 14 sobre levar dinheiro através da fronteira para mais sugestões.

> *Sugestão: Tenha muito cuidado com questões de segurança, como fraude ou roubo, quando viajar com dinheiro ou com um cheque, mesmo que esteja em seu nome.*

# Cofres de segurança

Se quiser manter o seu cofre de segurança aberto, terá de adicionar outra pessoa à conta como coproprietário ou escolher um representante que possa aceder ao cofre. Alguns bancos não permitem utilizar uma procuração geral para dar acesso a outra pessoa ao seu cofre de segurança. Se quiser encerrar o seu cofre, certifique-se de o fazer antes de partir para o seu país de origem.

# Lista de verificação: Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária

Decida se deve encerrar a(s) sua(s) conta(s) bancária(s) ou mantê-la(s) aberta(s).

**Se quiser manter a sua conta bancária aberta**, decida se é melhor geri-la a partir do estrangeiro ou, se for mais fácil, abrir uma conta conjunta com alguém em quem confie. Também pode considerar conceder a alguém da sua confiança uma procuração financeira ou limitada para gerir a sua conta em seu nome.

- *Se quiser gerir a sua conta bancária por si próprio, informe-se se pode aceder à sua conta no estrangeiro através de agências locais, caixas multibanco, telefone ou internet. Certifique-se também de perguntar quais as taxas que poderão ser cobradas, como evitar que a sua conta seja assinalada por fraude e como evitar que a conta fique inativa.*
- *Se for abrir uma conta conjunta, escolha alguém em quem confie, vá com essa pessoa ao banco e adicione-a à sua conta.*
- *Se for conceder uma procuração financeira ou limitada, pergunte ao banco se existem requisitos especiais para aceitar uma procuração.*

**Se pretender encerrar a sua conta bancária**, contacte o banco para saber quais são os procedimentos para o encerramento de uma conta. Se estiver a encerrar a sua conta a partir do estrangeiro, provavelmente terá de enviar uma carta assinada com informações específicas.

- Antes de encerrar a sua conta, é aconselhável abrir uma nova conta, se possível.
- Certifique-se de que todos os cheques e pagamentos automáticos foram processados na conta.
- Transfira quaisquer pagamentos recorrentes para a sua nova conta, se tiver uma.

- Decida como pretende que o saldo restante da sua conta bancária lhe seja transferido. A maioria dos bancos permite cheque, cheque bancário ou transferência eletrónica para o seu país de origem. Pode nomear uma procuração financeira ou limitada para ajudar neste processo.
- Tenha especial cuidado com fraudes ou roubos se viajar com dinheiro físico ou com um cheque.

**Se aluga um cofre de segurança num banco e pretende mantê-lo aberto**, considere uma destas opções:

- Adicionar outra pessoa à conta como locatário conjunto; ou
- Nomear um representante que possa aceder ao cofre de segurança. Alguns bancos podem não reconhecer uma procuração devido à natureza confidencial dos cofres de segurança. Uma procuração deve conceder especificamente o direito de acesso a um cofre de segurança *(ver Capítulo 9 sobre procurações).*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 5. Cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito

Perante a possibilidade de deportação, pode tomar medidas para gerir cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito. Esta secção aborda os seguintes temas:

Primeiros passos: Recolher informações importantes ➤ Cartões de crédito ➤ Cartões pré-pagos ➤ Cartões de débito ➤ Lista de verificação: Cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Primeiros passos: Recolher informações importantes

Antes de começar, dedique alguns momentos a reunir documentos importantes e a registar informações essenciais sobre os seus cartões. Guarde estas informações consigo ou num ficheiro eletrónico seguro, mas não partilhe estes dados — incluindo palavras-passe, números PIN ou outras informações de acesso — com outras pessoas. Anote:

- Nome da marca no cartão;
- Rede do cartão (por exemplo, Visa, Mastercard, etc.)
- Nome do banco que trabalha com a empresa do cartão;
- Número da conta;
- Código de segurança;
- Data de validade; e
- Informações de contacto do banco e da empresa do cartão

# Cartões de crédito

## O que é um cartão de crédito?

Um cartão de crédito dá ao titular acesso a uma linha de crédito rotativa. Comprar algo com um cartão de crédito ou utilizá-lo para levantar dinheiro significa pedir dinheiro emprestado contra essa linha de crédito. O titular do cartão pode pedir emprestado um montante até ao limite do cartão de crédito. Para manter a linha de crédito aberta, o titular deve efetuar pelo menos os pagamentos mensais mínimos relativos a qualquer dívida acumulada. No entanto, se fizer apenas o pagamento mínimo mensal, a empresa do cartão de crédito provavelmente aplicará juros relativamente elevados sobre os saldos em dívida. Alguns cartões de crédito também exigem o pagamento de outras taxas e encargos de serviço, incluindo taxas por atraso no pagamento mínimo mensal.

## O que acontecerá ao seu cartão de crédito depois de sair do país?

Provavelmente precisará de um endereço nos EUA para manter o seu cartão de crédito dos EUA; no entanto, algumas empresas podem permitir abrir uma conta no novo país ligada à conta anterior nos EUA. Deve informar a empresa do cartão de crédito sobre qualquer alteração de morada e verificar com a empresa quais são as opções disponíveis. Se o cartão tiver recompensas, deve contactar a empresa do cartão de crédito para saber qual a melhor forma de utilizar as recompensas que já acumulou. Também poderá querer cancelar quaisquer pagamentos recorrentes cobrados no cartão de crédito se já não forem necessários.

## O que acontecerá se tentar utilizar o seu cartão de crédito fora dos EUA?

Poderá conseguir utilizar o seu cartão de crédito fora dos EUA. Para determinados tipos de cartões, a empresa do cartão pode cobrar uma taxa de transação no estrangeiro. Estas taxas podem acumular-se. Deve também ter em atenção a taxa de câmbio utilizada pela empresa do cartão ao processar a transação. Deve consultar a empresa do seu cartão de crédito para obter mais informações.

## O que é a dívida de cartão de crédito?

A dívida de cartão de crédito é o montante total emprestado contra a linha de crédito, acrescido de quaisquer juros acumulados e outras taxas, incluindo taxas por pagamentos em atraso. Em alguns casos, os juros e taxas acumulados podem exceder a linha de crédito. Pode reduzir juros e outras taxas pagando o máximo possível do seu saldo todos os meses e dentro do prazo.

## O que acontece às dívidas de cartão de crédito depois de deixar o país?

A dívida de cartão de crédito existe independentemente do local onde vive. A obrigação de pagar a dívida não desaparece quando uma pessoa deixa o país. Se falhar um pagamento do cartão de crédito, provavelmente incorrerá em taxas e penalizações sobre a sua dívida. Quando a dívida atinge um determinado nível sem pagamento, a empresa do cartão pode cancelar o cartão e vender a dívida a um cobrador de dívidas. Os cobradores de dívidas têm um período limitado durante o qual podem processar devedores por falta de pagamento de faturas de cartões de crédito. Estes prazos diferem consoante o estado e são definidos pelo estatuto de limitações de cada estado. A empresa do cartão pode também comunicar pagamentos em atraso ou não efetuados às agências de crédito, como Experian e TransUnion, o que pode afetar negativamente a sua classificação de crédito nos EUA.

*Sugestão: Mesmo que não utilize o cartão de crédito, deve monitorizar periodicamente a atividade do cartão para detetar fraudes. Deve contactar imediatamente a empresa do cartão de crédito se observar qualquer débito que não tenha sido feito ou autorizado por si.*

## O que deve fazer para pagar a sua dívida de cartão de crédito?

***Para imigrantes sob supervisão***

Se tiver algum tempo antes de ter de sair dos Estados Unidos, deve (1) contactar cada uma das empresas de cartões de crédito, (2) informar cada empresa sobre a sua situação e (3) fornecer um endereço de reencaminhamento no seu país de origem numa carta enviada com aviso de receção. Além disso, sempre que possível, deve descarregar a aplicação de smartphone associada ao cartão de crédito e aderir às opções de entrega e pagamento eletrónicos. Isto reduz a probabilidade de falhar um pagamento do cartão de crédito.

***Para imigrantes detidos***

Se for um imigrante detido, pode não ter tempo suficiente durante a transferência de um local para outro para informar as empresas de cartões de crédito de que vai sair. Isto aumenta o risco de falhar pagamentos, o que provavelmente resultará em taxas e penalizações sobre a sua dívida. Se estiver sujeito a remoção imediata dos Estados Unidos, deve aderir às opções de entrega e pagamento eletrónicos e descarregar a aplicação da empresa do seu cartão para contactar a empresa e efetuar pagamentos. Ao chegar ao seu país de origem, deve contactar a empresa do cartão de crédito e, se necessário, enviar quaisquer pagamentos em dívida ou discutir outras opções de pagamento ou alívio da dívida que possam ser oferecidas.

## O que acontece se não pagar a sua dívida de cartão de crédito?

Se não pagar a dívida, poderá incorrer em taxas de atraso e acumular juros adicionais todos os meses, o que pode aumentar significativamente o valor da sua dívida. Além disso, a empresa do cartão pode penalizá-lo de outras formas, incluindo aumentar a taxa de juro do cartão de crédito. A empresa do cartão também pode vender a dívida a um cobrador de dívidas. O não pagamento da dívida do cartão de crédito também pode prejudicar a sua classificação de crédito nos Estados Unidos. A sua classificação de crédito provavelmente não o afetará no seu país de origem, mas pode complicar as suas finanças se regressar aos Estados Unidos. Por exemplo, uma classificação de crédito mais baixa ou informações negativas num relatório de crédito podem afetar a sua capacidade de obter outro cartão de crédito, receber um empréstimo, comprar um carro ou obter habitação.

Note que, se tiver obtido um cartão de crédito garantido através de um depósito em dinheiro, também pode perder esse dinheiro.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

### O que acontece se a sua dívida de cartão de crédito for vendida a um cobrador de dívidas?

O cobrador de dívidas pode contactá-lo para combinar o pagamento da dívida. No entanto, as leis federais dos EUA impedem os cobradores de dívidas de utilizarem determinadas práticas ao tentar cobrar dívidas, como assédio ou contacto em horários ou locais inadequados. Deve conhecer os seus direitos e as práticas aceitáveis de cobrança de dívidas.

Ver, por exemplo, https://www.consumerfinance.gov/consumer-tools/debt-collection/ para mais informações.

A cobrança internacional de dívidas pode ser impraticável para muitas dívidas, mas a dívida não desaparece por ter mudado para outro país. O cobrador de dívidas também pode processá-lo num tribunal estadual para exigir o pagamento da dívida, o que não deve ser ignorado. Embora uma pessoa não possa ir para a prisão apenas por não pagar uma dívida de cartão de crédito, não comparecer em tribunal ou não cumprir uma ordem judicial pode resultar em pena de prisão.

## Cartões pré-pagos

### O que é um cartão pré-pago?

Um cartão pré-pago é semelhante a um cartão de crédito que o titular paga antecipadamente. Tradicionalmente, o titular carrega dinheiro no cartão pré-pago e depois utiliza esse dinheiro para fazer compras ou levantar dinheiro. Estes cartões normalmente requerem um número PIN. Em alguns casos, o dinheiro pode ser carregado nos cartões pré-pagos diretamente a partir do salário ou de uma conta bancária. Normalmente, o dinheiro pode ser recuperado se o cartão pré-pago for perdido ou roubado. Ao contrário dos cartões de crédito, não existem pagamentos de juros, mas podem existir taxas associadas à criação, carregamento, utilização e manutenção dos cartões pré-pagos. Estas taxas podem acumular-se.

### Pode utilizar o seu cartão pré-pago fora dos EUA?

Alguns cartões pré-pagos podem ser utilizados fora dos EUA. De facto, alguns cartões pré-pagos destinam-se a ser utilizados fora dos EUA (por exemplo, por turistas americanos). Deve verificar junto da empresa do seu cartão pré-pago se o cartão pode ou não ser utilizado fora dos EUA e, em caso afirmativo, quais as taxas e limitações aplicáveis.

### O que deve fazer com o seu cartão pré-pago antes de sair do país?

Deve verificar se o seu cartão pré-pago pode ou não ser utilizado no país de destino. Caso contrário, deve considerar alternativas, incluindo gastar ou levantar o dinheiro do cartão pré-pago antes de sair dos EUA ou antes de o cartão expirar. Também poderá querer suspender quaisquer transferências recorrentes de ou para o cartão pré-pago que já não sejam aplicáveis. Deve também confirmar se existem funcionalidades de descoberto ativadas para o cartão pré-pago e desativá-las para evitar possíveis taxas de descoberto. Se necessário, pode contactar a empresa do cartão pré-pago para verificar o montante restante no cartão ou obter extratos do cartão.

De um modo geral, deve monitorizar periodicamente a sua conta pré-paga e as transações do cartão para garantir que o cartão não está a ser utilizado para cobranças fraudulentas. Deve contactar imediatamente a empresa do cartão pré-pago se identificar quaisquer débitos no cartão que não tenha efetuado ou autorizado.

### O que deve fazer se o seu cartão pré-pago for roubado ou confiscado?

Se o cartão pré-pago for roubado ou confiscado, deve contactar imediatamente a empresa do cartão pré-pago para recuperar os fundos existentes no cartão.

## Cartões de débito

### O que é um cartão de débito?

Um cartão de débito é um cartão de pagamento ligado a uma conta bancária. O titular deposita dinheiro na conta bancária e depois utiliza esse dinheiro para fazer compras ou levantar dinheiro. Em alguns casos, o titular pode tentar levantar mais do que o montante existente na conta bancária. Estes levantamentos em excesso ou tentativas de levantamento de fundos em excesso podem estar sujeitos a taxas de descoberto ou de insuficiência de fundos. Estas taxas podem acumular-se. Os cartões de débito normalmente exigem que os titulares criem e utilizem números PIN para utilizar o cartão ou levantar fundos da conta bancária.

### Pode utilizar o seu cartão de débito fora dos EUA?

Alguns cartões de débito podem ser utilizados fora dos EUA. Deve consultar o seu banco para saber se o cartão pode ou não ser utilizado fora dos EUA e, em caso afirmativo, quais as taxas e limitações aplicáveis (por exemplo, taxas de transação internacional e de conversão de moeda). Podem existir taxas adicionais para levantar dinheiro utilizando o cartão de débito, incluindo taxas de multibanco e de câmbio.

## O que deve fazer com o seu cartão de débito antes de sair do país?

Uma vez que o cartão de débito está ligado a uma conta bancária nos EUA, deve decidir se pretende ou não encerrar a conta bancária associada ao cartão antes de sair do país. Se encerrar a conta bancária, o cartão de débito deixará de funcionar e deverá ser descartado. Se não tiver transferido o saldo restante para outra conta bancária antes de a encerrar, o banco normalmente enviar-lhe-á um cheque físico com o montante do saldo para o endereço registado no banco. Antes de sair do país, deve certificar-se de que pode receber correspondência no endereço registado ou contactar o banco para que o cheque seja enviado para outro local. Se mantiver a conta bancária, deve verificar junto do seu banco se o cartão de débito pode ou não ser utilizado fora dos EUA e, em caso afirmativo, quais as taxas e limitações aplicáveis.

Se disponível, deve também descarregar quaisquer aplicações para smartphone associadas ao cartão de débito e ativar as opções de notificação eletrónica. De um modo geral, deve monitorizar periodicamente a sua conta bancária e as transações do cartão de débito para garantir que o cartão não está a ser utilizado para cobranças fraudulentas. Deve contactar imediatamente o banco se identificar quaisquer débitos no cartão que não tenha efetuado ou autorizado.

Se o cartão de débito tiver recompensas, deve contactar o banco para saber qual a melhor forma de utilizar as recompensas que já acumulou. Também poderá querer suspender quaisquer pagamentos recorrentes cobrados no cartão de débito se já não forem aplicáveis.

## O que deve fazer se o seu cartão de débito for roubado ou confiscado?

Se o seu cartão de débito for roubado ou confiscado, deve comunicar o roubo ou a perda ao seu banco o mais rapidamente possível.

# Lista de verificação: Cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito

Prepare uma lista dos seus cartões de crédito, cartões pré-pagos e cartões de débito. Para cada um, inclua o número de telefone, o endereço e outras informações de contacto do banco ou da empresa emissora. **Não partilhe estas informações com outras pessoas.**

Contacte cada entidade emissora do cartão e informe-a da sua partida.

| **Apelido do cartão** (por exemplo, Visa, Mastercard, cartão bancário) | **Últimos quatro dígitos da conta** | **Tipo** (crédito, pré-pago, débito) | **Número de telefone do serviço de apoio ao cliente** | **Notas** |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 6. Gestão de contratos de serviços de curto prazo pendentes e facturas relacionadas

Este capítulo ajudá-lo-á a: (a) organizar os seus contratos de serviços de curto prazo e as facturas relacionadas, e (b) decidir se e como rescindir esses contratos.

Exemplos de contratos de serviços de curto prazo ➤ Acções iniciais ➤ Rescisão de um contrato ➤ Lista de verificação: Contratos de serviços de curto prazo e facturas relacionadas

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Exemplos de contratos de serviços de curto prazo

Exemplos comuns dos diferentes tipos de contratos de serviços de curto prazo estão listados abaixo para o ajudar a identificar contratos que possa ter.

- Planos de telefone e internet
- Subscrições digitais como streaming, música, notícias e jogos
- Serviços públicos como gás, eletricidade, água, lixo e reciclagem
- Outros, como entrega de alimentos e inscrições em ginásios

# Acções iniciais

Primeiro, reúna as informações num único local. Ao reunir contratos e facturas, lembre-se de que, se não compreender algo, deve pedir ajuda a alguém ou contactar o prestador de serviços para esclarecer dúvidas (e/ou verificar se podem fornecer o contrato na sua língua preferida). Ao contactar o prestador de serviços, recomenda-se começar pelo seu sítio Web, depois utilizar email/chat e, se necessário ou disponível, telefonar ou deslocar-se à loja. Certifique-se de guardar os emails e as notas. Considere partilhar estas informações com uma pessoa de confiança nos EUA que possa ajudá-lo depois da sua partida.

## Compilar os seus contratos e documentos relacionados

- Faça uma lista que inclua detalhes como: o serviço, o nome do prestador e as informações de contacto, o nome do titular da conta e o número da conta, o montante em dívida, a(s) data(s) de vencimento (ou frequência de pagamento), se o pagamento automático está configurado, a data de rescisão e espaço para notas. Mantenha a lista atualizada.
- Coloque a lista e uma cópia de cada contrato num ficheiro (físico e/ou eletrónico).
- Inclua uma cópia da última fatura e do recibo do último pagamento efetuado para cada contrato.

## O prestador de serviços oferece serviços no país para onde vai?

Se "sim", coordene com o prestador de serviços para garantir que a cobertura é transferida ao abrigo do contrato.

> *Nota: isto provavelmente aplica-se apenas a alguns serviços, como planos de telefone e internet.*

## Pode colocar outra pessoa na conta que possa tomar medidas?

Se "sim":

1. Fale com a pessoa que pretende adicionar;
2. Certifique-se de que compreende e consente;
3. Forneça-lhe os documentos e informações relevantes mencionados acima em "Compilar os seus contratos"; e
4. Forneça-lhe instruções específicas (e, idealmente, por escrito) sobre como/quando aceder à conta e prestar assistência na sua ausência. Siga as instruções do contrato para adicionar outra pessoa.

Se "não" ou não for claro, contacte o prestador de serviços.

> *Nota: não se esqueça de avaliar a possível responsabilidade de adicionar outra pessoa.*

## O contrato tem uma secção de rescisão?

Se "sim", verifique se existe uma taxa de rescisão antecipada e informações específicas sobre como rescindir. Adicione essas informações à sua lista.

Se "não" ou não for claro, contacte o prestador de serviços. Consulte abaixo para obter informações adicionais.

# Rescisão de um contrato

A maioria dos contratos de serviços inclui informações sobre a rescisão. Esta informação encontra-se frequentemente numa secção intitulada "Condições de Serviço", "Rescisão" ou "Cancelamento." Se não conseguir encontrar a secção de rescisão ou se a linguagem não for clara, contacte o prestador de serviços.

Cada contrato é diferente. Muitas vezes pode rescindir através da sua conta online, mas por vezes terá de comparecer pessoalmente ou contactar o serviço de apoio ao cliente. Por vezes existe uma taxa de rescisão, um reembolso do depósito ou outras condições a considerar. Verifique cada contrato para determinar o procedimento e as condições aplicáveis.

Quando o tempo for limitado, contacte os prestadores de serviços para saber se pode adicionar outra pessoa que possa ajudar a gerir a sua conta. Se "sim", tente fazê-lo imediatamente.

Se não for possível adicionar outra pessoa para gerir a conta e não houver tempo suficiente, deve contactar o prestador de serviços e fornecer as suas novas informações de contacto.

## Exemplo de cláusulas de rescisão e transferência

***Exemplo de contrato de cliente da Verizon Mobile.***

Um exemplo de contrato de cliente da Verizon Mobile permite aos utilizadores terminar ou cancelar o serviço através da sua conta online. O exemplo abaixo também explica os possíveis resultados da rescisão, com base em fatores como o momento em que o utilizador rescinde após aceitar o contrato, se devolve determinado equipamento dentro do prazo e o tipo de plano de pagamento. A cláusula de rescisão de um exemplo de contrato da Verizon:

> *"Pode cancelar uma linha de Serviço no prazo de 30 dias após aceitar este Contrato, desde que devolva, dentro do período de devolução aplicável, qualquer equipamento adquirido a nós ou a um dos nossos revendedores autorizados no âmbito da aceitação deste Contrato, mas terá ainda de pagar o Serviço até essa data. Se tiver financiado o seu dispositivo com a Verizon e cancelar o(s) seu(s) Serviço(s) após 30 dias, o saldo pendente poderá tornar-se imediatamente exigível. O cancelamento do serviço também pode afetar promoções associadas a essa(s) linha(s). Pode gerir o seu Serviço em qualquer momento em Verizon.com. Se tiver subscrito o serviço pré-pago, não serão concedidos reembolsos após 30 dias ou se a sua conta tiver sido ativada. Consulte verizon.com/support/return-policy/ para obter detalhes completos e informações sobre a devolução do equipamento."*

O exemplo de contrato da Verizon também inclui uma secção separada sobre a transferência do contrato ou do serviço para outra pessoa:

> *"Posso pedir a outra pessoa que faça a gestão total ou parcial da minha conta [. . .]?*
> *Não há problema – basta informar-nos por telefone, pessoalmente ou por escrito . . ."*

## O que acontece se não pagar as faturas ou rescindir o contrato?

Cada contrato tem as suas próprias condições, mas geralmente continuará a ser responsável pelo contrato e pelos montantes em dívida. Podem também existir taxas e encargos adicionais por faturas não pagas. Dependendo do estado e do prestador, por vezes o serviço pode ser suspenso (mas poderá continuar responsável pelo pagamento). Muitos destes contratos renovam-se automaticamente, salvo se forem rescindidos. Alguns passam a funcionar em regime mensal. Certifique-se de que analisa cada contrato.

# Lista de verificação: Contratos de serviços de curto prazo e facturas relacionadas

- Compilar o seguinte:
  - Lista de contratos
    - *Incluir detalhes como: o serviço, o nome do prestador e as informações de contacto, o nome do titular da conta e o número da conta, o montante em dívida, a(s) data(s) de vencimento (ou frequência de pagamento), se o pagamento automático está ativado, a data de rescisão e espaço para notas. Mantenha a lista atualizada.*
  - Cópia de cada contrato.
  - Cópia da última fatura e do recibo do último pagamento efetuado para cada contrato.
  - Considere partilhar a pasta compilada com uma pessoa de confiança nos EUA que o possa ajudar depois da sua partida.
- Reveja cada contrato e/ou coordene com o prestador de serviços para obter respostas às seguintes questões:
  - O prestador de serviços oferece serviços no país para onde vai?
  - Pode colocar outra pessoa na conta que possa tomar medidas? Se “sim”, adicionou alguém? Quem?
  - No caso de um plano de telefone/telemóvel, é possível transferir o seu número de telefone atual? Se “sim”, tomou as medidas necessárias para garantir que a transferência pode ocorrer? Se “não”, tem um novo número de telefone que funcione quando estiver fora dos EUA? Partilhou esta informação com os prestadores de serviços?
  - Quais são os passos necessários para rescindir cada contrato? Existem taxas ou outras condições associadas à rescisão?
  - Enviou as informações a uma pessoa de confiança nos EUA?

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 7. Empréstimos “payday” e outros empréstimos de curto prazo

As dívidas de empréstimos “payday” e outras dívidas de curto prazo, como empréstimos com garantia do título de um automóvel, não desaparecem. No entanto, pode gerir a dívida dando prioridade ao pagamento de determinadas dívidas, interrompendo reembolsos automáticos e, eventualmente, estabelecendo um acordo de pagamento com o credor que seja possível cumprir. Esta secção abordará os seguintes temas:

O que acontece à sua dívida de empréstimo depois de deixar o país? ➤ Como dar prioridade ao reembolso da dívida ➤ Trabalhar com o credor para prolongar os pagamentos do empréstimo e/ou negociar o montante do reembolso ➤ Proteção de contas contra levantamentos automáticos ou penhoras ➤ Adívida pode não ser legalmente cobrável ➤ Lista de verificação: Empréstimos “payday” e outros empréstimos de curto prazo

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# O que acontece à sua dívida de empréstimo depois de deixar o país?

A dívida de um empréstimo "payday" (por vezes também chamado empréstimo de adiantamento em dinheiro) e de outros empréstimos de curto prazo existe independentemente do local onde vive. A obrigação de pagar a dívida não desaparece quando uma pessoa deixa o país. Se falhar o pagamento de um empréstimo, é provável que incorra em taxas e penalizações sobre a sua dívida. Um credor pode ou não tentar cobrar esta dívida, dependendo da existência de garantias ou co-signatários e da localização do devedor.

## Os empréstimos continuarão a acumular juros e taxas

A taxa anual efetiva (Annual Percentage Rate, APR) em empréstimos "payday" e outros empréstimos de curto prazo é muito mais elevada do que a maioria das outras formas de dívida, como a dívida de cartão de crédito. Os empréstimos "payday" têm frequentemente uma TAEG efetiva de 400% a 600% ou mais. Em comparação, as TAEG dos cartões de crédito podem variar entre cerca de 12% e 30%. Alguns estados têm regras relativas ao montante de juros que um prestamista "payday" pode cobrar; no entanto, outros estados, como o Texas, permitem que os prestamistas cobrem juros e taxas ilimitados por falta de pagamento.

## O credor pode procurar recuperar a dívida não paga

Os cobradores de dívidas têm um período limitado durante o qual podem processar devedores por falta de pagamento (ver abaixo em "A dívida pode já não ser legal"). Se um credor o processar num tribunal dos Estados Unidos e obtiver uma sentença favorável contra si (o que pode acontecer mesmo sem a sua presença, caso em que se designa por "sentença à revelia"), apenas poderá executar essa sentença num país fora dos Estados Unidos se esse país tiver um acordo com os Estados Unidos que reconheça a execução de sentenças dos EUA nesse país.

# Como dar prioridade ao reembolso da dívida

O National Consumer Law Center aconselha os devedores a dar prioridade às suas dívidas e a decidir quais as contas que devem pagar primeiro, geralmente despesas domésticas (casa, apartamento, alimentação e medicamentos), telemóvel e outros serviços essenciais, carro e eletrodomésticos como frigorífico ou máquina de lavar roupa.

Estes são alguns dos principais passos recomendados:

- Pagar sempre as necessidades da família e as despesas relacionadas com a habitação;
- Pagar o mínimo necessário para manter os serviços essenciais;
- Pagar empréstimos automóveis se o carro for essencial para o trabalho e para a família;[2]
- Pagar dívidas de pensão de alimentos e impostos sobre o rendimento;
- Não aumentar a prioridade de uma dívida apenas porque o credor ameaça processá-lo ou liga repetidamente para sua casa; e
- Algumas dívidas podem não ser juridicamente vinculativas. Ver abaixo em "A cobrança da dívida pode não ser legal."

# Trabalhar com o credor para prolongar os pagamentos do empréstimo e/ou negociar o montante do reembolso

Poderá ser possível estabelecer diretamente com o credor um acordo de pagamento alternativo, como um prazo de pagamento mais longo ou uma alteração do montante do reembolso. Quaisquer novas condições acordadas com o credor devem ser registadas por escrito, e você e o seu representante devem manter um registo de todas as comunicações com o credor, incluindo notas sobre interações presenciais ou telefónicas. Deve também guardar todos os emails ou cartas recebidos do credor e as respetivas informações de contacto. Também poderá conseguir mais tempo para reembolsar um empréstimo "payday" sem taxas

[2] No caso de um empréstimo garantido pelo título de um automóvel que não consiga pagar, pode encontrar alguém disposto a comprar o carro e utilizar esse dinheiro para pagar o empréstimo, ou simplesmente entregar o carro ao credor, especialmente se a dívida for superior ao valor do veículo.

adicionais através de um Plano de Pagamento Alargado (Extended Payment Plan, EPP), se permitido pela legislação estadual.[3]

# Proteção de contas contra levantamentos automáticos ou penhoras

## Empréstimos "payday" associados a contas bancárias

Pode retirar a sua autorização para que o credor retire dinheiro da sua conta bancária. Alguns empréstimos "payday" e outros empréstimos de curto prazo exigem uma autorização escrita da Automated Clearing House (ACH), que concede ao credor permissão para retirar eletronicamente dinheiro da conta corrente ou de poupança do cliente quando o pagamento é devido. O cancelamento ou a revogação de uma autorização ACH impedirá que esses levantamentos sejam efetuados da sua conta ou permitirá sustar o pagamento de cheques. No entanto, isso não impedirá o credor de aplicar taxas e penalizações sobre pagamentos em atraso ou de intentar ações cíveis. Por exemplo, se tiver dado ao credor um cheque pré-datado e não houver dinheiro suficiente na conta para pagar o cheque quando o credor o apresentar ao banco, o credor cobrar-lhe-á taxas e penalizações e o banco poderá cobrar uma comissão por descoberto.

## Penhora e sentenças à revelia

A penhora é uma ordem judicial que permite aos credores retirar o pagamento diretamente do salário ou da conta bancária do devedor. A penhora varia significativamente de estado para estado, pelo que os riscos são maiores para alguém com bens que se encontre num estado com regras de penhora mais permissivas. A probabilidade de um tribunal ordenar uma penhora contra si é maior se existir uma sentença à revelia. Se a dívida for levada a tribunal para cobrança e tiver concedido a alguém uma procuração, essa pessoa pode contratar um advogado em seu nome e tomar decisões legais por si para evitar uma sentença à revelia (no entanto, a menos que essa pessoa seja advogado, não pode representá-lo em tribunal).

[3] Os EPP são oferecidos por prestamistas "payday" que são membros da Consumer Financial Services Association of America (CFSA). Ao abrigo de um EPP, o cliente pode pagar o saldo da transação em quatro pagamentos iguais que coincidem com as datas de pagamento periódicas. Pode verificar se um prestamista "payday" é membro da CFSA através deste site: http://cfsaa.com/about-cfsa/2017-cfsa-corporate-members.aspx. Não há qualquer custo para aderir a um EPP.

# A cobrança da dívida pode não ser legal

Os cobradores de dívidas dispõem de um período limitado durante o qual podem processar os devedores por falta de pagamento. Estes prazos diferem consoante o estado e são definidos pelo estatuto de limitações de cada estado. Por exemplo, no Texas, após quatro anos a dívida prescreve e já não pode ser objeto de ação judicial para cobrança. Em alguns estados onde existe um limite máximo de 36% ou inferior para as taxas e o empréstimo é feito online, o empréstimo pode ser ilegal e, portanto, não ter de ser reembolsado, uma vez que legalmente não é cobrável. Outros estados têm limites para renovações ("rollovers") ou outras proteções que podem aplicar-se e permitir-lhe suspender o pagamento. Um advogado local poderá fornecer mais informações.

O Military Lending Act (MLA) é uma lei federal que oferece proteções especiais aos militares em serviço ativo, como a limitação das taxas de juro e das comissões de muitos produtos de crédito. O MLA impede que seja cobrada a um militar uma taxa de juro superior a 36% da Military APR, que inclui determinadas taxas, na maioria dos tipos de empréstimos ao consumo. O MLA aplica-se aos militares em serviço ativo, incluindo os que se encontram na Guarda ou na Reserva em serviço ativo, bem como aos dependentes abrangidos. Os empréstimos "payday" estão abrangidos pelo MLA.

# Lista de verificação: Empréstimos "payday" e outros empréstimos de curto prazo

***A sua dívida não é anulada depois de deixar o país.*** *As dívidas "payday" e outras dívidas de curto prazo não desaparecem. No entanto, pode gerir a dívida interrompendo os pagamentos automáticos e estabelecendo um plano de pagamento que possa suportar. É importante definir prioridades quanto à forma como pretende utilizar o seu dinheiro.*

- Se tiver tempo antes de deixar o país, deve contactar os seus credores, informá-los da situação e fornecer um endereço de reencaminhamento no seu país de origem. Certifique-se de que os contacta por telefone e por correio, e envie a sua notificação por correio registado com aviso de receção.
- Se estiver sujeito a deportação imediata, deve manter acessível um registo das informações de contacto de cada um dos seus credores e, se possível, enviar um pagamento ao credor quando chegar ao seu país de origem. Deve também tentar contactar o credor depois de ser deportado para fornecer um endereço postal atualizado.
- Se tiver concedido a um credor uma autorização ACH para levantar automaticamente dinheiro da sua conta bancária, poderá querer cancelar essa autorização.
- Poderá ser elegível para um Plano de Pagamento Alargado (Extended Payment Plan, EPP) para o seu empréstimo, caso este cumpra determinados requisitos descritos acima. Também poderá negociar com o credor a extensão do calendário de pagamentos ou a renegociação do montante das prestações. Qualquer alteração ao seu empréstimo deve ser feita por escrito
- Não pode ser detido apenas por não pagar um empréstimo "payday". No entanto, se for processado ou se tiver sido proferida uma decisão judicial contra si e ignorar uma ordem do tribunal para comparecer, um juiz poderá emitir um mandado de captura.
- Cuidado com burlas. Não partilhe informações sensíveis, incluindo dados de contas ou números de cartões de crédito, com pessoas que não conhece. Os burlões podem fazer-se passar por escritórios de advogados ou cobradores de dívidas para tentar cobrar a dívida.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 8. Seguros

Este capítulo descreve como abordar questões relacionadas com as suas apólices de seguro em caso de detenção ou deportação, incluindo as opções para tratar das apólices atuais, os fatores a considerar ao escolher um caminho e como planear com antecedência.

**Que tipos de apólices de seguro possui? ➤ Que informações deve recolher sobre cada apólice de seguro? ➤ O que acontece às suas apólices de seguro se for detido ou deportado? ➤ Que outros fatores deve considerar ao decidir o destino da sua apólice de seguro?**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Que tipos de apólices de seguro possui?

Se tiver uma apólice de seguro de qualquer tipo, é importante decidir como essa apólice será tratada caso seja detido ou deportado. O primeiro passo neste processo é determinar quais os tipos de apólices de seguro que você e a sua família têm em vigor.

***Tipos comuns de apólices de seguro:***

- Seguro de saúde, que pode ser fornecido pela sua entidade patronal ou adquirido individualmente;
- Seguro automóvel, se possuir, alugar ou utilizar um carro;
- Seguro de habitação, se for proprietário de uma residência;
- Seguro de arrendamento, se arrendar a sua residência;
- Seguro empresarial, se for proprietário de um negócio;
- Seguro de vida, que pode ser fornecido por um empregador ou adquirido individualmente; ou
- Outras formas de seguro de responsabilidade civil.

Deve familiarizar-se com os benefícios recebidos ao abrigo das suas apólices de seguro e com aquilo de que abdicaria em caso de alteração do estatuto ou cancelamento da apólice.

Tenha em conta que cada tipo de seguro e cada seguradora são diferentes. Os fatores a considerar e a estratégia para gerir cada apólice podem depender das regras e procedimentos da companhia de seguros.

## Se tiver seguro de saúde através do Affordable Care Act ("ACA")

Os imigrantes legalmente presentes são elegíveis para utilizar o Health Insurance Marketplace, mas os imigrantes indocumentados não são. Se uma alteração no estatuto de imigração significar que já não está legalmente presente nos EUA, também deixará de ser elegível para cobertura ao abrigo da ACA ou para quaisquer créditos fiscais ou poupanças nos prémios dos planos do Marketplace. O Marketplace recomenda que comunique qualquer alteração na cidadania ou no estatuto de imigração ao seu fornecedor de seguros o mais rapidamente possível; no entanto, cada seguradora terá requisitos de comunicação, políticas de períodos de carência e consequências

diferentes em caso de não comunicação. Para mais informações, contacte o Marketplace através do número 1-800-318-2596.

# Que informações deve recolher sobre cada apólice de seguro?

A melhor forma de gerir as apólices de seguro é simplesmente planear com antecedência.

## Criar uma lista principal

Deve identificar as suas seguradoras e corretores e elaborar uma lista com as informações de contacto (número de telefone, endereço, endereço eletrónico) de cada um. Por exemplo, se tiver seguro automóvel através da Geico, deve incluir o número do serviço de apoio ao cliente da Geico, bem como as informações de contacto do agente específico, se aplicável.

Deve distribuir esta lista aos membros da sua família ou do agregado familiar e manter uma cópia num local acessível e outra consigo (por exemplo, telemóvel, carteira ou numa conta de correio eletrónico segura). Isto ajuda a garantir o acesso a essas informações se tiver de sair dos EUA com pouca antecedência.

## Recolher informações e analisar os planos de seguro

Deve localizar e analisar todos os documentos do plano de seguro, quer em papel quer online, e também contactar a sua companhia de seguros para recolher quaisquer informações em falta ou esclarecer quaisquer dúvidas pendentes.

Deve obter, no mínimo, as seguintes informações

- Método e requisitos para a rescisão ou transferência da apólice de seguro;
- Política de reembolso da cobertura não utilizada;
- Consequências da rescisão antecipada ou da rescisão em geral;
- Consequências do não pagamento dos prémios;
- Necessidade de comunicar uma alteração no estatuto de imigração;
- Possibilidade de reativar o plano após regressar aos EUA;
- Consequências da transferência ou cancelamento para outras pessoas abrangidas pela apólice; e

- Se os prémios são debitados automaticamente de uma conta bancária.

As respostas às perguntas acima permitir-lhe-ão tomar uma decisão informada sobre cancelar, continuar ou transferir o plano em caso de detenção ou deportação.

## O que acontece às suas apólices de seguro se for detido ou deportado?

Depois de reunir as informações necessárias, pode elaborar um plano para lidar com um cenário de detenção ou deportação. Em geral, tem três opções: (1) cancelar a apólice, (2) continuar a apólice ou (3) transferir a apólice para outra pessoa. Tenha em conta que, dependendo das regras da seguradora, uma ou mais destas opções podem não estar disponíveis para uma determinada apólice de seguro.

### Cancelamento

Se decidir rescindir a apólice, pode fazê-lo seguindo o procedimento de cancelamento da seguradora. Algumas seguradoras exigem aviso prévio antes da rescisão e podem ter um período de espera antes de esta entrar em vigor. As seguradoras também podem especificar o formato para apresentar esse aviso (por correio eletrónico, por escrito ou por telefone). Se o prestador não especificar o formato, é aconselhável notificar através dos três meios.

Algumas apólices de seguro podem cessar automaticamente em caso de falta de pagamento do prémio. Outras podem permanecer em vigor, mas acumular saldos elevados devido a pagamentos em atraso e taxas adicionais. É fundamental ter estes fatores em conta ao decidir o caminho a seguir. Em certos casos, a rescisão automática pode ser a opção mais simples; noutros, o incumprimento do pagamento pode gerar responsabilidades inesperadas.

### Transferência

Se for uma opção, pode decidir transferir o plano para outro membro da família ou beneficiário. Mais uma vez, consulte o procedimento da seguradora para obter orientações e conhecer os custos associados.

### Continuação

Se desejar manter a apólice de seguro em caso de detenção ou deportação, e se tal continuação não for proibida pela seguradora, pode fazê-lo de várias formas.

Se já tiver sido deportado, poderá continuar a utilizar o plano à distância. Ter uma cópia de todos os documentos da apólice e as informações de contacto completas é fundamental. Em alternativa, pode nomear outra pessoa ou conceder-lhe uma procuração para gerir o plano em seu nome. Deve preparar e fornecer antecipadamente à pessoa designada instruções explícitas sobre como a apólice de seguro deve ser gerida.

Se esta funcionalidade estiver disponível e optar pela continuação, poderá ter a possibilidade de configurar o pagamento automático dos montantes devidos pela apólice ou pagar antecipadamente os valores em dívida. Considere cuidadosamente estas decisões, pois algumas podem ser irreversíveis.

Mais importante ainda, deve verificar se continua elegível para receber os benefícios da sua apólice de seguro durante a detenção ou após a deportação. Muito provavelmente, os benefícios não estarão disponíveis se já não estiver a viver nos EUA e poderão não estar disponíveis mesmo após o seu regresso.

## Que outros fatores deve considerar ao decidir o destino de uma apólice de seguro?

Decidir como gerir as apólices de seguro em caso de detenção ou deportação é uma decisão que exige uma análise cuidadosa das suas circunstâncias pessoais. A consideração de fatores pessoais é tão importante quanto as disposições de uma apólice de seguro. Seguem-se alguns aspetos que todos devem considerar.

### Praticidade

Se estiver a considerar a continuação de uma apólice de seguro, deve avaliar se é prático mantê-la à distância. Se o seu país de origem não tiver acesso fiável à Internet ou ao serviço de telemóvel e não prever acesso regular a esses recursos, poderá ser mais adequado cancelar ou nomear outra pessoa nos EUA para exercer o controlo.

### Responsabilidade

Deve comparar o custo do cancelamento da apólice com a potencial responsabilidade associada à sua continuação. O custo do cancelamento deverá ser relativamente claro após reunir e analisar os detalhes da apólice. Por outro lado, a responsabilidade associada à continuação de uma apólice de seguro pode ser mais incerta. Por exemplo, se mantiver o título de propriedade de um veículo e o respetivo seguro apesar da detenção ou deportação e ocorrer um acidente envolvendo o seu veículo, poderá ser responsabilizado.

## Impacto sobre terceiros

Deve considerar o impacto sobre outras pessoas cobertas pela apólice de seguro, além de si próprio, ao decidir se deve continuar, transferir ou cancelar a apólice. Por exemplo, se um familiar ou dependente abrangido pela apólice não puder obter esse seguro (devido ao estatuto de imigração ou por outros motivos), manter a apólice apesar do risco ou custo adicional pode valer a pena.

Da mesma forma, deve considerar se o não pagamento dos prémios de seguro ou a continuação indevida de uma apólice pode criar responsabilidades ou causar prejuízos aos membros da família que permanecem nos EUA. A análise cuidadosa dos documentos da apólice e as conversas com o seu corretor de seguros devem esclarecer essas consequências.

## Impacto no estatuto de imigração

Se estiver pendente ou previsto um processo de expulsão, deve considerar de que forma a gestão das apólices de seguro poderá afetar esse processo. Da mesma forma, se pretende regressar aos EUA, isso favorece o cumprimento rigoroso de todos os regulamentos e procedimentos estabelecidos pela sua seguradora. Também pode constituir um incentivo para manter uma apólice de seguro, se tal for permitido.

# Lista de verificação: Seguros

*Decidir como gerir as suas apólices de seguro é um processo importante e complexo. As regras e os procedimentos específicos das suas seguradoras indicarão os passos necessários para cancelar, continuar ou transferir corretamente uma apólice. Consulte as suas seguradoras com antecedência para conhecer todas as suas opções e elabore um plano detalhado que possa ser aplicado se for detido ou deportado.*

- Identifique os tipos de apólices de seguro que possui e faça uma lista com as informações de contacto de todos os fornecedores de seguros.
  - *Inclua números de telefone, endereços de correio eletrónico e endereços postais. Considere manter estas informações consigo ou num local acessível. Entregue essas informações a um familiar ou amigo próximo.*
  - *Considere conceder procurações em caso de deportação.*
  - *Os tipos mais comuns de apólices incluem: seguro de saúde, seguro automóvel, seguro de habitação, seguro de arrendamento, seguro empresarial, seguro de vida e seguro de responsabilidade civil.*
- Reúna e reveja os documentos da sua apólice de seguro. Se não tiver todas as informações necessárias, contacte a sua seguradora e coloque as suas questões.
  - *Certifique-se de que conhece: o método e os requisitos para cancelar ou transferir a sua apólice; as consequências do cancelamento; as consequências do não pagamento dentro do prazo ou do não pagamento; se pode ser reembolsado por benefícios não utilizados; se é necessário comunicar uma alteração no seu estatuto de imigração; e as consequências para outras pessoas cobertas pela apólice.*

- Considere como a sua escolha (cancelar, continuar ou transferir a apólice de seguro) poderá afetar a si e às pessoas de quem cuida.
  - ➔ *Fatores a considerar: responsabilidade associada à continuação ou rescisão antecipada da apólice; capacidade de manter a apólice à distância; impacto sobre outros beneficiários da apólice; possível impacto negativo no seu processo de expulsão; impacto sobre os membros da família que permanecem nos EUA; e se pretende regressar aos EUA caso seja deportado.*
  - ➔ *Fale com os seus familiares e, se possível, com o seu advogado sobre estas questões.*
- Decida como pretende gerir as suas apólices de seguro caso seja detido ou deportado. Em geral, as suas opções serão cancelar, continuar ou transferir a apólice.
  - ➔ *As vantagens e desvantagens de cada opção dependerão das políticas e procedimentos da sua seguradora, bem como das suas prioridades e circunstâncias pessoais.*
  - ➔ *Familiarize-se com o processo básico de cada opção e com as possíveis consequências.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 9. Procurações

Uma "procuração" (POA) é um instrumento poderoso que pode ajudá-lo a gerir os seus bens em caso de deportação. Uma vez que uma POA pode ser um primeiro passo importante para proteger os bens, apresentamos uma explicação detalhada desta ferramenta. Esta secção responde às seguintes perguntas:

**O que é uma "procuração" (Power of Attorney, POA)? ➤ Qual é o aspeto de uma POA? ➤ Porque alguém que enfrenta a deportação concederia uma POA? ➤ Como escolher o tipo de POA a conceder? ➤ Como escolher um agente? ➤ Quanto tempo dura uma POA e pode ser alterada? ➤ Como redigir uma POA?**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# O que é uma procuração (Power of Attorney, POA)?

Uma procuração (POA) é um documento escrito que permite a uma pessoa (designada como "mandante" na POA) escolher outra pessoa (designada como "mandatário" na POA) para atuar em seu nome relativamente a finanças, negócios ou cuidados com uma criança. Uma POA é especialmente útil para pessoas que enfrentam deportação ou detenção e que podem não ter tempo suficiente para tratar de tudo antes de sair do país ou serem detidas. Por exemplo, uma POA pode dar a um mandatário o poder de assinar cheques da sua conta bancária, tomar decisões sobre a educação e os cuidados de saúde do seu filho ou utilizar o seu dinheiro para comprar ou vender bens importantes, como um carro.

Embora o termo "power of attorney" possa parecer relacionado com um advogado, como um advogado de imigração, não é o caso. Trata-se simplesmente de um termo jurídico utilizado para designar o documento que concede a uma pessoa o direito legal de atuar em nome de outra. Nenhuma das pessoas precisa de ser advogado. No entanto, consultar um advogado, quando possível, pode ajudá-lo a garantir que a POA é eficaz e que os poderes concedidos correspondem aos seus desejos.

# Qual é o aspeto de uma POA?

Geralmente, uma POA começa com um parágrafo que identifica o estado e o condado onde se encontra no momento de assinar o formulário, indicando os nomes do mandante e do mandatário. O parágrafo seguinte costuma ser uma lista de possíveis poderes que o mandante pode conceder ao mandatário. Deve assinalar todos os poderes que deseja conceder ao mandatário. Esses poderes podem variar desde autoridade sobre a sua conta bancária até autoridade para tomar decisões relativas à saúde ou educação do seu filho. O último parágrafo normalmente explica se a POA entra em vigor imediatamente ou apenas após a ocorrência de um determinado evento no futuro. Por fim, existem linhas para a assinatura do mandante e do mandatário, bem como um espaço para a assinatura de um notário ou de testemunhas.

Esta é uma descrição muito geral do aspeto de uma POA. Os requisitos variam em cada estado, por isso, antes de tentar redigir uma, procure na Internet um modelo de POA do seu estado ou consulte um advogado local. Alguns exemplos de formulários estaduais de POA, atualizados na altura em que este manual foi escrito, são apresentados no final deste capítulo. Existem vários sítios Web que preparam o formulário adequado do estado mediante pagamento, por exemplo: www.totallegal.com ($20) ou www.legalzoom.com (a partir de $39), ou https://bluenotary.us (entre $20 e $100). Como referido abaixo, o seu banco pode ter o seu próprio formulário de POA para transações

bancárias ou acesso a um cofre de segurança. Além disso, como referido na secção seguinte, muitos estados têm os seus próprios formulários "estatutários" de POA que podem ser utilizados. Por fim, organizações como Legal Aid, ordens de advogados locais ou organizações de serviços jurídicos voluntários podem ter exemplos de POA que podem servir de modelo ou podem redigir uma POA sem custo.

## Porque alguém que enfrenta a deportação concederia uma POA?

Uma POA pode ser um instrumento útil para alguém que deseja resolver os seus assuntos antes ou depois de ser deportado. A primeira coisa que pode desejar fazer ao enfrentar a deportação é conceder uma POA a um familiar de confiança ou a outra pessoa que permanecerá nos Estados Unidos. Se estiver detido e a aguardar deportação, pode ser muito difícil vender uma casa, terminar um contrato de arrendamento ou aceder a um cofre de segurança. Com uma POA, um amigo ou familiar de confiança pode atuar em seu nome nestes assuntos com plena autoridade legal.

As POA podem ser utilizadas para realizar muitas tarefas. Por exemplo, pode ser criada uma procuração para cuidados de saúde nomeando um agente para agir em seu nome se estiver ferido ou demasiado doente para tomar decisões por si próprio. As POA também podem ser utilizadas para assegurar o cuidado e a educação dos filhos ou para tratar de quase qualquer questão financeira ou empresarial, como operações bancárias, acesso a cofres de segurança, celebração de contratos, apresentação de declarações fiscais ou resolução de processos legais.

## Como deve escolher o tipo de POA a conceder?

Deve tomar várias decisões sobre o tipo de POA a utilizar. Primeiro, deve decidir se a POA deve conceder ao agente autoridade "geral" ou autoridade "especial"/"limitada". Depois, deve decidir quando a procuração entrará em vigor: imediatamente ou apenas se ocorrer um determinado evento desencadeador, também chamado de "evento condicional". Como explicado mais adiante, também é necessário decidir por quanto tempo a POA terá validade. Existem vantagens e desvantagens nas diferentes opções.

### A POA "geral"

Uma POA "geral" concede ao agente uma ampla gama de poderes, permitindo-lhe essencialmente fazer quase tudo em nome do mandante. No entanto, mesmo com poderes tão amplos, existem algumas coisas que um agente com uma POA geral não pode fazer. Por exemplo, um agente que atue ao abrigo de uma POA geral não pode

prestar juramentos, participar em cerimónias de casamento, assinar testamentos ou, em certas circunstâncias, aceder a um cofre de segurança em seu nome.

Uma POA geral não é necessária, nem sequer recomendada, para a maioria das pessoas que enfrentam a deportação. No entanto, pode ser útil se não tiver muito tempo antes de ser deportado e precisar de vender um negócio ou de ter acesso a dinheiro quando chegar ao seu país de origem.

## A POA "especial" ou "limitada"

Uma POA "especial" ou "limitada" permite que um agente realize apenas os atos específicos indicados no documento da POA. Pode ser utilizada para uma ampla variedade de atividades. Por exemplo, uma POA especial pode dar a um agente autoridade para aceder a uma conta bancária, vender uma casa ou um carro, enviar bens pessoais para outro país ou cuidar de filhos menores.

Embora este tipo de POA seja chamado de "limitado", em muitos casos pode ser mais útil e eficaz do que uma POA geral. Bancos, médicos ou funcionários escolares podem aceitar mais facilmente POAs limitadas porque os atos que o agente pode realizar estão claramente especificados, dando uma ideia mais clara da sua intenção. Este tipo de documento é, portanto, considerado mais fiável.

## A regra geral: POA com efeito imediato

Em geral, uma POA entra em vigor assim que é assinada.

## A POA com efeito condicionado: POA com efeito no futuro

Em muitos estados, uma POA geral, especial ou limitada pode ser redigida como uma POA "condicionada", que só entra em vigor após a ocorrência de um determinado evento. Estes tipos de POA são por vezes utilizados por pessoas doentes que pretendem que a POA só produza efeitos se ficarem demasiado doentes para tomar decisões. No contexto da imigração, uma POA condicionada pode ser utilizada para que a POA entre em vigor apenas se for detido ou deportado.

Uma procuração com efeito condicionado pode ser uma boa opção se quiser garantir que um possível agente não possa agir em seu nome a menos que ocorra uma condição específica. Tem a vantagem de garantir que um agente não possa utilizar uma POA para o influenciar ou pressionar antes de ocorrer a condição desencadeadora.

No entanto, existem desvantagens na utilização de uma POA condicionada:

1. No caso de uma POA normal, não condicionada, o agente é obrigado a cumprir a sua vontade, pelo que um agente de confiança não deve agir

utilizando uma POA geral em circunstâncias que não correspondam aos seus desejos. Se considerar que não pode confiar num possível agente para agir de acordo com a sua vontade ao abrigo de uma POA geral, deve considerar nomear um agente diferente.

2. Em segundo lugar, muitas instituições podem não aceitar uma POA condicionada por razões de política interna, porque não estão habituadas a este tipo de documento ou porque consideram que não conseguem verificar adequadamente se o evento desencadeador ocorreu.

3. Em terceiro lugar, no contexto da imigração, pode ser difícil utilizar uma POA condicionada em situações em que a sua incapacidade não seja permanente, como quando está detido mas ainda não foi deportado.

Se desejar utilizar uma procuração com efeito condicionado, a POA deve indicar claramente qual é o evento desencadeador e como o agente deverá provar que ele ocorreu.

- Alguns formulários de POA estaduais podem ter uma secção de "instruções especiais" ou "certificação do agente" que pode ser utilizada para explicar o evento desencadeador e como o agente deve comprová-lo.

- Uma opção pode ser declarar que a POA entra em vigor se o mandante (você) for deportado dos Estados Unidos, e que isso deve ser comprovado por uma pessoa específica perante um notário público. Por exemplo, a pessoa designada escreveria: "Eu, [name], declaro que [yours name] foi deportado." Depois, se for deportado, essa pessoa assinará e datará o documento e anexá-lo-á à procuração. A POA entraria em vigor a partir dessa data.

- Alguns estados também podem exigir linguagem específica para tornar válida a declaração de que ocorreu um evento desencadeador. Por exemplo, a Califórnia exige a seguinte declaração: "Certifico (ou declaro), sob pena de perjúrio, que o que precede é verdadeiro e correto."[4]

Lembre-se, no entanto, de que muitas instituições podem hesitar em aceitar uma POA condicionada, pelo que tornar mais oficial a prova do evento desencadeador pode ajudar a tornar a POA mais eficaz. Considere consultar um advogado para identificar tipos de prova formal que possam demonstrar que ocorreu deportação ou outro evento desencadeador e, em seguida, indicar na POA que essa prova deve ser anexada para que a POA seja válida.

[4] Cal. Prob. Código § 4129(b) (West, Westlaw até Ch. 4 da Sessão Reg. de 2017).

# Como deve escolher um agente?

É muito importante escolher o agente adequado. As POAs podem ser utilizadas de forma abusiva, especialmente se estiver detido ou tiver sido deportado e não puder acompanhar as ações do agente.

O agente deve ser maior de idade (18, 19 ou 21 anos), dependendo do estado), mas fora isso existe uma grande variedade de opções ao escolher agentes para uma POA. Não é necessário que o agente fale inglês ou tenha qualquer qualificação académica. Também não é necessário incluir as informações de contacto do agente ou prova de identidade ao redigir a POA (embora, na prática, possa ser útil incluir o endereço do agente no documento).

Ao escolher um agente, deve considerar:

- Uma pessoa que resida no mesmo estado onde a POA será utilizada, uma vez que diferentes estados podem ter requisitos diferentes para redigir uma POA válida;
- Uma pessoa em quem possa confiar para agir com prudência e de acordo com a sua vontade;
- Uma pessoa disposta a dedicar o tempo e o esforço necessários para gerir os seus bens financeiros;
- Uma pessoa que se sinta confortável a lidar com bancos e outras instituições financeiras e que tenha uma compreensão básica de assuntos financeiros; e
- Uma pessoa que possua a documentação necessária para permanecer legalmente nos Estados Unidos ou que não esteja sujeita a detenção ou deportação num futuro próximo, se possível.

  *Nota: Deve ter cautela ao escolher um cônjuge ou parceiro íntimo como seu agente. Especialmente em relações abusivas, os interesses das partes podem rapidamente tornar-se opostos em caso de divórcio ou separação. Muitos prestadores de serviços já observaram o estatuto de imigração ser utilizado como meio de controlo e coerção por parceiros abusivos.*

É possível redigir várias POAs diferentes e escolher agentes distintos para tarefas específicas. Por exemplo, pode redigir uma POA nomeando o seu sócio comercial como agente e conceder-lhe poder para vender a sua participação na empresa ou gerir o negócio em seu nome. Também pode redigir uma segunda POA nomeando, por exemplo, a sua irmã e o seu cunhado como agentes para cuidar dos seus filhos menores.

Em alguns estados, também é possível redigir uma POA que nomeie mais de um agente. A menos que a POA especifique que os agentes estão autorizados a realizar tarefas diferentes ou que não precisam agir em conjunto, isso significa que ambos os agentes devem autorizar qualquer ação ao abrigo da POA. Isso pode garantir que nenhum agente individual utilize ou abuse da POA, mas também pode dificultar a sua utilização ao exigir a presença de duas pessoas para qualquer ação.

Se tiver contas bancárias ou outros bens em vários estados, pode ser necessário redigir uma POA para diferentes agentes que residam em cada um desses estados.[5]

### *UMA NOTA PARA OS AGENTES*

É possível que um terceiro (como um banco ou uma escola) se recuse a reconhecer uma POA, independentemente da sua legalidade ou especificidade. Se um agente enfrentar esse tipo de problema, deve contactar um advogado para obter aconselhamento. O agente poderá intentar uma ação judicial contra o terceiro para fazer cumprir a POA. Embora as regras relativas a esse tipo de processo variem de estado para estado, o caso provavelmente concentrar-se-á em saber se o terceiro está a agir de forma razoável ou irrazoável. Para evitar estes problemas, as entidades com as quais faz negócios podem ter formulários aprovados para utilização.

Além disso, para proteger os bens pessoais do agente, pode indicar na POA que, se o agente tiver de intentar uma ação judicial para fazer cumprir a POA, os honorários do advogado serão pagos com o seu dinheiro.

- O agente terá de utilizar a POA original e deve guardar uma cópia para os seus registos.
- O agente é legalmente obrigado a agir no melhor interesse do mandante. Entre outros deveres:
    - O agente deve manter o seu dinheiro separado do dinheiro do mandante;
    - O agente não deve obter lucro de qualquer transação na qual atue como agente do mandante;
    - O agente não deve transferir dinheiro ou bens do mandante para si próprio, a menos que a POA autorize expressamente essa ação; e
    - O agente deve manter registos claros das suas atividades ao abrigo da POA.

[5] Consulte também a secção “Como redigir uma POA?” abaixo para obter informações sobre como redigir uma POA que conceda autoridade a um agente e que seja válida na maioria, se não em todos, os estados onde possa ser utilizada.

# Quanto tempo dura uma POA e pode ser alterada?

Poderá encontrar uma POA referida como uma procuração "duradoura". A maioria das POAs são "duradouras", o que significa que continuam válidas mesmo depois de o mandante ficar incapacitado — incapaz de agir em seu próprio nome. Por esta razão, uma POA duradoura pode ser especialmente importante para quem enfrenta a possibilidade de deportação. Na maioria dos estados, a POA deve indicar explicitamente que é duradoura para produzir esse efeito; no entanto, em alguns estados, se a POA não mencionar esse aspeto, será considerada duradoura. Por exemplo, Califórnia, Nova Iorque, Arizona e Florida fazem parte da maioria dos estados que exigem que a durabilidade seja expressamente declarada, enquanto Nevada, Colorado, Pensilvânia e Novo México fazem parte da minoria.

Em geral, uma POA permanece válida até ser revogada por escrito ou até à morte do mandante (ou, no caso de uma POA não duradoura, até o mandante ficar incapacitado). Em algumas circunstâncias, a POA pode terminar mais cedo. Por exemplo, em alguns estados, uma POA que nomeie o cônjuge do mandante como agente pode terminar se o casal se divorciar.

O mandante também pode especificar na POA que ela termina numa determinada data ou após a ocorrência de um determinado evento. Uma POA com uma data de término definida pode ser considerada mais fiável do que uma sem data de término. No entanto, se decidir estabelecer um limite de tempo para a sua POA, deve garantir que o agente terá tempo suficiente para concluir tudo o que precisa ser feito.

Por outro lado, uma desvantagem de uma POA sem data de término é que pode ser difícil cancelá-la. Pode cancelar uma POA assinando um documento separado declarando que a POA foi cancelada, enviando uma cópia ao agente e a qualquer pessoa (como um banco) que tenha tido relações com o agente, e recuperando fisicamente o original da POA e todas as cópias que tenham sido distribuídas. Apesar dos seus melhores esforços, pode ser difícil informar todas as pessoas de que a POA foi cancelada, o que pode gerar resultados indesejados. Por exemplo, se a sua propriedade for vendida depois de a POA ter sido cancelada, mas nem o comprador nem o credor do comprador tiverem conhecimento do cancelamento, será difícil recuperar a propriedade.

Pode alterar uma POA (por exemplo, para atribuir uma nova tarefa ao agente ou retirar uma das suas responsabilidades) cancelando a POA original e redigindo uma nova. Isto pode ser feito com um único documento, desde que a nova POA indique que todas as POAs anteriores são canceladas. Muitos formulários estatutários de POA já contêm esta formulação. Os formulários estatutários de POA são analisados com mais detalhe na secção seguinte. No entanto, pelas mesmas razões pelas quais é difícil cancelar uma POA, também é difícil alterar POAs. É difícil saber se alguém ainda depende da POA original, por isso é importante que todos os destinatários da POA original recebam notificação do cancelamento ou da nova POA. Além disso, como referido na secção seguinte, alterar ou cancelar uma POA durante a detenção pode ser especialmente difícil; por isso, ao elaborar uma POA é importante considerar a sua situação e vontades atuais, bem como a forma como estas podem mudar no futuro.

Se pretender alterar a POA a partir do seu país de origem, deve consultar a secção abaixo sobre a elaboração de POAs após a deportação. Para além de seguir estas regras, depois de criada a nova POA, deve pedir ao seu agente nos Estados Unidos que recolha e destrua todas as cópias da POA original para evitar qualquer confusão.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Como redigir uma POA?

## Para imigrantes não detidos

Diferentes estados têm regras diferentes sobre como executar corretamente uma POA. Em geral, uma POA deve sempre ser feita por escrito e pode ter de ser testemunhada por uma ou mais pessoas, reconhecida por notário ou registada no tribunal do condado, dependendo de onde e para que finalidade a POA está a ser utilizada.

Alguns estados, como Nova Iorque, têm um "formulário estatutário", que é um modelo de formulário de POA previsto numa lei criada pela legislatura estadual.[6] Estes formulários contêm frequentemente instruções sobre exatamente quais ações são necessárias para tornar a POA válida. Os formulários estatutários de POA são frequentemente amplamente reconhecidos e aceites por bancos e outras instituições dentro do estado.

Se tiver contas bancárias específicas (ou outras contas) às quais pretende que o agente tenha acesso, deve procurar na Internet ou contactar a instituição para determinar se esta possui um formulário específico de POA para uso dos clientes. Embora bancos e outras instituições devam aceitar outros formulários de POA válidos, a forma mais fácil de garantir que uma instituição aceitará uma POA pode ser utilizar quaisquer formulários específicos que ela recomende.

Como referido acima, se tiver bens em vários estados, pode ser útil ter POAs separadas executadas de acordo com as regras de cada estado relevante. No entanto, se estiver a enfrentar deportação, pode não ter tempo ou recursos para elaborar POAs válidas para vários estados. Nessas circunstâncias, pode querer executar uma única POA que cumpra os requisitos mais rigorosos aplicáveis às POAs nos Estados Unidos. Isto exigirá a sua assinatura e a data, as assinaturas de duas testemunhas, a assinatura de um notário público e o reconhecimento do(s) agente(s).

Para POAs especiais, o documento deve ser o mais detalhado possível. Por exemplo, a POA deve indicar todos os números de contas bancárias relevantes sobre os quais o agente poderá ter controlo, bem como o nome do(s) banco(s) e os endereços da sua agência local nos Estados Unidos. Se a POA conceder ao agente autoridade para vender uma casa ou um automóvel, o bem à venda deve ser descrito em detalhe, incluindo quaisquer marcas ou números de identificação, como números de série e

[6] Os formulários estatutários de POA para vários estados podem ser encontrados no final deste capítulo. Estes formulários são válidos a partir de março de 2025. Para anos posteriores, tente pesquisar na Internet por "statutory form power of attorney" e o estado relevante.

números de registo. Outros termos importantes para si, como um preço mínimo de venda, também devem ser incluídos.

> *Nota: As pessoas que pretendem utilizar uma POA para realizar transações imobiliárias quase sempre precisam "registar" ou "arquivar" a POA junto do escrivão local ou do serviço de registo predial, devendo verificar os requisitos locais.*

## Para imigrantes detidos

É possível preparar POAs durante a detenção, embora possa ser difícil conseguir que os documentos sejam devidamente testemunhados e reconhecidos por notário. Se estiver detido, recomenda-se contactar um advogado para ajudar neste processo, de preferência um que esteja familiarizado com os regulamentos do centro de detenção onde está a ser mantido (por exemplo, horários de visita, regras relativas à realização de chamadas telefónicas e envio de correspondência e outros detalhes sobre a organização e funcionamento do centro). Se a ajuda de um advogado não estiver disponível, uma opção é contratar um notário que aceite deslocar-se ao centro de detenção. Esses notários podem normalmente ser encontrados na Internet pesquisando "notary" e "prison" ou "detention." Durante as horas de visita, um notário, os agentes e quaisquer testemunhas podem trabalhar consigo para executar os formulários de POA.

## Para imigrantes deportados: O processo de "apostila"

Também é possível preparar ou alterar uma POA válida após a deportação. A forma mais simples de o fazer é você ou um notário público (ou uma autoridade semelhante no seu país de origem) redigir a POA, pedir ao notário que reconheça a POA, e depois obter a "apostila" para a POA.

Uma "apostila" é uma forma de autenticar ou legalizar documentos para que sejam reconhecidos noutro país. Este processo é reconhecido por todos os países, incluindo os Estados Unidos, que assinaram a Convenção da Haia de 1961 que aboliu a exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros (a "Convenção"). Assim, um documento como uma POA que tenha sido devidamente apostilado no México será reconhecido nos Estados Unidos. Para obter uma apostila, deve levar o documento a uma das pessoas designadas no seu país de origem para assinatura. A ligação abaixo fornece informações sobre onde encontrar essas autoridades em vários países: https://www.hcch.net/en/instruments/conventions/authorities1/?cid=41

Modelos de formulários de apostila em várias línguas estão disponíveis online aqui: https://www.hcch.net/en/publications-and-studies/details4/?pid=3198&dtid=28

Se a POA e quaisquer documentos associados, incluindo a apostila, não estiverem em inglês, recomenda-se anexar uma tradução em inglês. Se possível, a tradução deve ser certificada como verdadeira e correta. Geralmente, isso pode ser feito pedindo ao tradutor que assine uma declaração afirmando que acredita que a tradução é exata e completa e depois fazer com que essa declaração seja reconhecida por um notário público. Esta declaração assinada e reconhecida por notário, por vezes chamada "Certificate of Accuracy", deve ser anexada à POA e à tradução.

Se for deportado para um país que não seja signatário da Convenção, como a China,[7] Jamaica, Canadá, Vietname ou a maior parte do Médio Oriente, deve procurar aconselhamento de advogados locais ou da embaixada ou consulado dos Estados Unidos sobre como autenticar corretamente POAs reconhecidas localmente para que sejam válidas nos Estados Unidos.

[7] Embora a China não seja signatária da Convenção, a Convenção aplica-se nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau.

# Lista de verificação: Procurações

- Considere se pretende que a POA seja **"geral"** ou **"especial"/"limitada."** Pode conceder uma procuração geral a um agente que possa tratar de todos os seus assuntos, mas pode preferir conceder procurações separadas a diferentes pessoas para diferentes finalidades. Por exemplo, pode conceder uma procuração à sua tia para tomar decisões relativas aos seus filhos e outra ao seu irmão para tratar de assuntos financeiros, como gerir a sua conta bancária ou vender o seu automóvel.

- Considere se pretende que a POA entre em vigor imediatamente ou apenas no futuro (uma POA "condicionada").

- Tenha cuidado ao escolher um agente, especialmente se essa pessoa tiver acesso à sua conta bancária. Deve considerar os seguintes critérios:

  - Uma pessoa que resida no mesmo estado onde a POA será utilizada, uma vez que diferentes estados podem ter requisitos diferentes para redigir uma POA válida;

  - Uma pessoa em quem possa confiar para agir com prudência e de acordo com a sua vontade;

  - Uma pessoa disposta a dedicar o tempo e o esforço necessários para gerir os seus bens financeiros;

  - Uma pessoa que se sinta confortável a lidar com bancos e outras instituições financeiras e que tenha uma compreensão básica de assuntos financeiros; e

  - Uma pessoa que possua a documentação necessária para permanecer legalmente nos Estados Unidos ou que não esteja sujeita a detenção ou deportação num futuro próximo, se possível.

- Faça uma lista de todos os assuntos financeiros para os quais precisará de ajuda de um agente.

- Redija o documento que autoriza a procuração. Considere o seguinte ao redigi-lo:

- Determine por quanto tempo a procuração deverá durar. Diferentes estados têm regras diferentes sobre a duração das POAs quando isso não está explicitamente indicado no documento, por isso deve deixar clara a sua intenção;
- Tente fornecer o máximo possível de detalhes sobre os bens. Por exemplo, indique os nomes dos bancos, os números das contas, os números de registo dos automóveis e a localização dos bens; e
- Informe-se sobre os requisitos legais para uma procuração no seu estado. Se já tiver saído dos Estados Unidos, uma procuração pode ser redigida a partir do estrangeiro; no entanto, isso pode exigir um processo de autenticação dependendo do país onde for redigida.

- Entregue o original da procuração ao agente que escolheu (eventualmente várias cópias assinadas). Guarde uma cópia para os seus registos.
- Distribua a POA a todos os terceiros que considere que precisarão de confiar nela. Isto serve para informar as pessoas que poderão ser afetadas pela POA. Mantenha uma lista das entidades às quais a POA foi enviada, pois qualquer alteração ou cancelamento da POA deverá ser comunicado a essas entidades.
- Peça ao agente que mantenha registos claros de todas as ações realizadas em seu nome ao abrigo da procuração. Se outra pessoa se recusar a aceitar a procuração do seu agente, contacte um advogado.
- Ao fazer quaisquer alterações ou cancelar uma POA, certifique-se de utilizar correio registado ou outro método que forneça comprovativo de receção.

# Procurações por estado

| Estado | Documento |
|---|---|
| Alabama | Procuração duradoura |
| Alaska | Procuração duradoura |
| Arizona | Procuração |
| Califórnia | Procuração estatutária uniforme |
| Colorado | Procuração |
| Connecticut | Procuração |
| Connecticut | Procuração estatutária em formato curto |
| Delaware | Procuração pessoal duradoura |
| District of Columbia | Procuração estatutária |
| Florida | Procuração duradoura |
| Georgia | Procuração financeira |
| Idaho | Procuração |
| Illinois | Procuração estatutária em formato curto para bens |
| Iowa | Procuração estatutária |
| Kansas | Procuração geral duradoura |
| Louisiana | Procuração duradoura |
| Maryland | Formulário estatutário de procuração financeira pessoal |
| Maryland | Formulário estatutário de procuração limitada |

| | |
|---|---|
| Michigan | Procuração duradoura para finanças |
| Minnesota | Procuração geral estatutária em formato curto |
| Montana | Formulário estatutário de procuração |
| Nebraska | Procuração |
| Nevada | Formulário estatutário de procuração |
| New Mexico | Procuração estatutária |
| Nova Iorque | Procuração estatutária em formato curto |
| Carolina do Norte | Procuração em formato curto estatutário |
| Dakota do Norte | Procuração geral duradoura |
| Ohio | Formulário estatutário de procuração |
| Oklahoma | Formulário estatutário de procuração |
| Rhode Island | Procuração estatutária em formato curto |
| Texas | Procuração duradoura estatutária |
| Utah | Formulário estatutário de procuração |
| Vermont | Procuração geral para assuntos financeiros |
| Washington | Procuração duradoura |
| Virgínia Ocidental | Formulário estatutário de procuração |
| Virgínia Ocidental | Procuração duradoura |
| Wisconsin | Procuração estatutária para finanças e bens |

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 10. Bens imóveis próprios

Em caso de deportação, se for proprietário de bens imóveis, deve tomar decisões sobre o que fazer com esses bens e como gerir quaisquer empréstimos que possam estar associados a esses bens. Esta secção abordará algumas das opções e decisões mais importantes a tomar. As transferências de bens imóveis são complexas.

**É proprietário de bens imóveis? ➤ Deve manter, vender ou doar os seus bens imóveis? ➤ E se existir um coproprietário? ➤ Tem um empréstimo e uma hipoteca (ou escritura fiduciária) sobre o imóvel? ➤ Como pode obter ajuda profissional para tratar do imóvel? ➤ O que pode fazer para proteger o seu imóvel contra invasores? ➤ Lista de verificação: Bens imóveis próprios**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# É proprietário de bens imóveis?

Pode tratar-se de uma casa, um apartamento, um local de negócio ou qualquer outro terreno ou edifício de sua propriedade.

# Deve manter, vender ou doar os seus bens imóveis?

Terá de decidir o que fazer com os seus bens imóveis se for deportado. Deve considerar cuidadosamente:

(i) o que a lei e quaisquer documentos de empréstimo ou hipoteca (se aplicável) exigem,

(ii) se existem impostos ou outras questões financeiras relacionadas com o imóvel, e

(iii) qual seria a melhor decisão para si e para a sua família.

## Manter a sua propriedade

Pode manter a propriedade dos seus bens imóveis mesmo que seja deportado. No entanto, se for deportado, deve tomar providências para que a propriedade seja gerida e deve garantir que todos os empréstimos, impostos e outras despesas relacionadas com o imóvel sejam pagos. Se possível, pode ser uma boa ideia designar uma pessoa da sua confiança para viver na propriedade e efectuar quaisquer pagamentos necessários relacionados com o imóvel. Em algumas áreas, um agente imobiliário pode coordenar a gestão (ou o arrendamento) da propriedade. Esta também é uma boa forma de proteger o seu imóvel contra invasores.

Se houver um coproprietário, deve falar com ele antes de tomar qualquer decisão relativa ao imóvel. Se o coproprietário não estiver em risco de deportação, pode considerar que este faça a gestão da propriedade e seja responsável por efectuar quaisquer pagamentos relacionados com o imóvel na sua ausência.

## Vender ou doar a sua propriedade

Se não puder ou não quiser manter a propriedade, pode vender ou doar o imóvel a um coproprietário ou a outra pessoa.

Relativamente a estas opções, se pediu dinheiro emprestado através de um empréstimo para comprar o imóvel e existir uma hipoteca (ou escritura fiduciária) sobre o imóvel, o credor deve ser consultado relativamente a todas as acções e transferências. Em quase todas as circunstâncias, o credor deve dar o seu consentimento a qualquer transferência. Consulte a secção abaixo sobre empréstimos e hipotecas.

A venda ou doação do imóvel, ou da sua participação no imóvel, pode resultar em impostos que devem ser pagos pelos vendedores e pelos doadores e beneficiários da doação. Deve consultar previamente um consultor fiscal profissional para saber qual o método de transferência mais vantajoso para si e para o beneficiário da doação.

### Procuração limitada

Em qualquer dos casos, se o tempo for um factor (ou mesmo que não seja), pode ser necessário ou desejável preparar uma procuração limitada que conceda a uma pessoa de confiança (como um coproprietário, advogado, agente imobiliário ou outra pessoa) autoridade para vender o imóvel ou trabalhar com os credores e gerir a propriedade. Um advogado ou agente imobiliário deve ser consultado ao preparar uma procuração, para garantir que cumpre os requisitos do estado e que se limita apenas à autoridade necessária para transferir o imóvel, trabalhar com os credores e/ou gerir a propriedade. Consulte Capítulo 9 sobre procurações para mais detalhes.

## E se houver um coproprietário?

Se houver um coproprietário, é aconselhável incluí-lo em qualquer decisão relativa ao imóvel e à transferência da sua participação. Dependendo da forma como o imóvel é propriedade conjunta, diferentes leis aplicar-se-ão à forma como a sua participação pode ser transferida. Deve consultar um advogado ou profissional do sector imobiliário para garantir que qualquer transferência seja feita correctamente.

Se o coproprietário não estiver em risco de deportação, pode considerar transferir toda a sua participação no imóvel para esse coproprietário ou conceder-lhe o direito (através de uma procuração limitada) de agir em seu nome relativamente ao imóvel e a quaisquer empréstimos relacionados.

# Tem um empréstimo e uma hipoteca (ou escritura fiduciária) sobre o seu imóvel?

Se pediu dinheiro emprestado através de um empréstimo para comprar o seu imóvel e existe uma hipoteca (ou escritura fiduciária) sobre o imóvel, deve consultar o credor antes de transferir a sua participação de propriedade no imóvel. Em quase todas as situações, o credor deve dar o seu consentimento ou, pelo menos, ser notificado antes de qualquer transferência da participação de propriedade. Consulte a secção abaixo sobre empréstimos e hipotecas.

Em todas as circunstâncias, é responsável por pagar ao credor o montante total do empréstimo.

- Se continuar a ser proprietário do imóvel, deve continuar a efectuar todos os pagamentos regulares ao credor.
- Se vender ou transferir o imóvel, terá de pagar ao credor o montante total do empréstimo e quaisquer outros encargos devidos nos termos dos documentos do empréstimo.

## Consequências do não pagamento

Se não efectuar estes pagamentos ao credor, o empréstimo entrará em incumprimento e o credor poderá tomar medidas para tomar posse e vender o imóvel. Esta situação é conhecida como execução hipotecária pelo credor. Podem existir algumas protecções ao abrigo de determinadas leis estaduais. Um advogado imobiliário ou outro profissional do sector imobiliário na sua área deve conhecer as leis aplicáveis. Se pensa que existe a possibilidade de não conseguir pagar o seu empréstimo, deve procurar ajuda no seu estado para compreender todos os riscos.

## Entrega de um imóvel com empréstimo

Se o valor do seu imóvel for inferior ao montante do empréstimo e não conseguir efectuar os pagamentos, pode considerar entregar o imóvel ao credor. Ainda assim, poderá continuar a dever ao credor o montante restante do empréstimo, salvo se o credor concordar com o contrário.

## Venda de um imóvel com empréstimo

Se o valor do imóvel for superior ao valor do empréstimo, poderá vender o imóvel. Nesse caso, pagará ao credor a partir do valor da venda e ficará com os fundos remanescentes.

### Outras considerações ao lidar com imóveis com empréstimos

- Os impostos prediais em atraso devem ser pagos;
- Se houver um coproprietário, este provavelmente terá de dar o seu consentimento a quaisquer acções que afectem o empréstimo e a hipoteca;
- Pode ser concedida uma procuração limitada a alguém para trabalhar com o credor e tomar medidas para evitar uma execução hipotecária; e
- Se possível, fale com o seu credor para tentar estabelecer um plano de pagamento viável. Documente e guarde cópias de todas as comunicações entre si e o credor.
- Actualize o credor sobre quaisquer alterações às suas informações de contacto.
- Conheça os seus direitos. Fale com um advogado sobre os direitos que tem ao abrigo do contrato de empréstimo ou dos documentos da hipoteca.

## Como pode obter ajuda profissional para tratar do imóvel?

As transferências de bens imóveis são complexas. Podem ser efectuadas por uma pessoa de confiança a quem tenha concedido uma procuração limitada. Precisará da assistência de um advogado e/ou de um agente imobiliário. Não tente vender um imóvel sozinho, a menos que seja um profissional. As referências pessoais são sempre uma boa forma de encontrar um profissional. Se você, a sua família ou os seus amigos não conhecerem ninguém, seguem abaixo alguns exemplos de ligações e recursos.

- Visite o diretório de membros da National Association of Realtors (https://directories.apps.realtor/?type=member)
- Uma forma fácil de encontrar um advogado especializado em direito imobiliário é aceder a um sítio Web do sector, como https://www.lawyers.com/, que lista advogados imobiliários. Além disso, pode contactar a ordem dos advogados local, seguradoras de títulos, credores hipotecários ou agentes de escrow para obter referências.
- Em muitas áreas, várias organizações oferecem serviços jurídicos gratuitos a indivíduos e famílias que cumpram determinados requisitos. Na cidade de Nova Iorque, Housing Conservation Coordinators (https://www.hcc-nyc.org/); no Texas https://txtenants.org/; na Califórnia (https://www.lawhelpca.org/issues/housing/homeownership) oferecem estes serviços. Deve contactar estas ou organizações semelhantes e perguntar se

pode beneficiar de serviços jurídicos gratuitos relacionados com habitação e se as organizações atendem imigrantes. Muitos programas de assistência estão disponíveis apenas para cidadãos dos Estados Unidos, mas independentemente do seu estatuto legal, deve verificar se reúne os requisitos para qualquer destes programas.

# O que pode fazer para proteger o seu imóvel contra invasores?

Se ninguém ocupar o seu imóvel, deve tomar medidas para impedir que invasores ou pessoas indesejadas entrem na propriedade.

- Se o imóvel permanecer desocupado, os invasores podem alegar que abandonou a propriedade e, como resultado, podem reivindicar o direito de viver nela.

## Prevenção de invasores

Deve garantir que o seu imóvel permanece trancado. É aconselhável colocar fechaduras em todas as portas e colocar sinais de “Proibida a entrada” na propriedade. Pode também considerar instalar um sistema de segurança que o alerte caso alguém entre no imóvel enquanto não estiver presente. Se possível, pode ser uma boa ideia designar uma pessoa da sua confiança para gerir ou viver na propriedade. Considere também informar os vizinhos para que possam vigiar o imóvel.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Lista de verificação: Bens imóveis próprios

*Os bens imóveis são geralmente regulados por leis municipais, distritais e estaduais. Sempre que possível, consulte um advogado para obter aconselhamento sobre as leis imobiliárias que afectam o seu imóvel e qual seria a melhor decisão para o seu caso específico.*

- Se for coproprietário de um imóvel, considere transferir a sua participação para o outro coproprietário ou conceder-lhe uma procuração limitada para agir em seu nome.
- Se existir uma hipoteca ou escritura fiduciária sobre o imóvel, consulte o seu credor antes de transferir qualquer participação no imóvel.
- Notifique o seu credor se pretende vender ou transferir qualquer participação no imóvel.
- Coordene com o coproprietário do imóvel a manutenção da propriedade e o pagamento de qualquer empréstimo, hipoteca ou impostos prediais na sua ausência.
- Considere pedir a alguém de confiança para cuidar do imóvel se não houver coproprietário ou se o coproprietário não estiver disponível.
- Considere conceder uma procuração limitada a alguém que permanecerá nos EUA para efectuar os pagamentos de qualquer empréstimo, hipoteca ou impostos prediais na sua ausência.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 11. Automóveis, empréstimos automóveis e leasing automóvel

Se for deportado, pode vender o seu automóvel, entregá-lo ou levá-lo consigo. Depende de ser proprietário do seu automóvel, de ter um contrato de leasing ou de ser proprietário do automóvel com um empréstimo automóvel. Esta secção apresenta sugestões para abordar as seguintes questões:

O que pode fazer com o seu automóvel se for deportado? ➤ O que pode fazer se for proprietário do seu automóvel? ➤ O que pode fazer se tiver um empréstimo automóvel? ➤ O que pode fazer se tiver um contrato de leasing automóvel? ➤ Vender o seu automóvel ➤ Entregar o seu automóvel ao credor ➤ Seguro e registo ➤ Exportar o seu automóvel ➤ Lista de verificação: Automóveis, empréstimos automóveis e leasing automóvel

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

## O que pode fazer com o seu automóvel se for deportado?

Depende de ser proprietário do seu automóvel ou de ter um contrato de leasing. Se for proprietário do seu automóvel, também depende de ter ou não um empréstimo automóvel.

## O que pode fazer se for proprietário do seu automóvel?

Se for proprietário do seu automóvel, pode vendê-lo ou exportá-lo. A exportação de um automóvel pode ser complicada, pelo que pode ser mais simples vender o automóvel nos EUA e comprar um novo automóvel no país de destino. Consulte abaixo mais informações sobre como vender ou exportar o seu automóvel.

## O que pode fazer se tiver um empréstimo automóvel?

Se tiver um empréstimo automóvel, deve começar por rever os documentos do empréstimo. Dependendo do que indicarem, poderá:

- Pagar o empréstimo e exportar o automóvel;
- Vender o automóvel e pagar o empréstimo com o valor da venda;
- Vender o automóvel a alguém disposto a assumir o empréstimo (o credor terá de aprovar); ou
- Entregar o automóvel ao credor.

Consulte abaixo mais informações sobre vender ou exportar o automóvel.

# O que pode fazer se tiver um contrato de leasing automóvel?

Se tiver um contrato de leasing automóvel, deve começar por rever o contrato. Dependendo do que este indicar, poderá:

- Rescindir o contrato de leasing e pagar o montante em dívida (e entregar o veículo à empresa financeira de leasing);
- Transferir ou vender o contrato de leasing a outra pessoa (por exemplo, utilizando serviços online ou outros);
- Vender o automóvel e liquidar o contrato de leasing (se o automóvel valer mais do que o valor total de compra e os pagamentos restantes do leasing, poderá vender o automóvel e liquidar o leasing ao mesmo tempo); ou
- Comprar o automóvel e liquidar o contrato de leasing.

Consulte abaixo mais informações sobre estas opções.

***Rescindir e liquidar o contrato de leasing (e entregar o veículo à empresa financeira de leasing)***

- Contacte a empresa financeira de leasing indicada no seu extrato mensal e peça o montante total necessário para liquidar e rescindir o contrato. Deve também pedir o montante total caso pretenda vender o automóvel e rescindir o contrato de leasing (ver a secção “Vender o seu automóvel” abaixo).
- Se decidir pagar o montante de rescisão (sem vender o automóvel), peça instruções sobre onde entregar o veículo.
- Se não tiver dinheiro suficiente para pagar o montante de rescisão (e nenhuma das outras opções estiver disponível), terá de estabelecer um plano de pagamento com a empresa financeira de leasing. Certifique-se de que tem este acordo por escrito.
- Poderá conseguir negociar eventuais penalizações se explicar a sua situação à empresa de leasing.

*Transferência / venda de um contrato de leasing*

- Não pode transferir um contrato de leasing sem autorização da empresa financeira de leasing. Se encontrar alguém que queira assumir o seu contrato de leasing, deve obter aprovação e trabalhar diretamente com a empresa financeira de leasing.
- Existem sítios online onde as pessoas podem publicar anúncios. Esses sítios não são regulamentados, pelo que deve ter cuidado ao utilizá-los.

*Vender o automóvel e liquidar o leasing*

- Consulte a secção "Vender o seu automóvel" abaixo.

*Comprar o automóvel e liquidar o leasing*

- Se pretender comprar e manter o automóvel, contacte a empresa financeira indicada no seu extrato mensal e peça o montante total para comprar o automóvel e rescindir o contrato de leasing. Coordene o pagamento e a transferência do título de propriedade com a empresa financeira.
- Se o fizer, terá de concluir a transferência do título de propriedade e do registo para o seu nome e cumprir também quaisquer requisitos de exportação mencionados neste capítulo.

Se outra pessoa estiver também obrigada no contrato de leasing, deve informá-la da sua situação. Essa pessoa terá de participar em qualquer decisão que tome.

Consulte sítios online ou outros recursos para obter mais informações sobre terminar um contrato de leasing antecipadamente. Embora não recomendemos empresas específicas, consideramos importante indicar exemplos de serviços a imigrantes que possam não ter realizado transações semelhantes. Alguns exemplos são:

- http://www.jdpower.com/cars/articles/tips-advice/how-end-your-lease-early
- https://www.moneyunder30.com/get-out-of-a-car-lease-early

# Vender o seu automóvel

Antes de vender o automóvel, verifique quanto vale utilizando o Kelley Blue Book (http://www.kbb.com) ou outro recurso. Se o automóvel estiver em leasing, deve contactar a empresa financeira indicada no extrato mensal e pedir o montante total para comprar o automóvel e rescindir o contrato de leasing. Decida qual o preço mínimo que aceitaria pelo automóvel.

Se ainda dever dinheiro pelo automóvel, compare o valor do automóvel com o montante restante do empréstimo. Se o automóvel valer mais do que o valor do empréstimo e tiver dinheiro suficiente para o liquidar, pode pagar o empréstimo e depois vender o automóvel. Se não tiver dinheiro suficiente para liquidar o empréstimo antes de encontrar um comprador, pode utilizar o pagamento do comprador para liquidar o empréstimo e ficar com a diferença como lucro. Terá de obter autorização do(s) credor(es) para efectuar a venda, de modo a transferir um título de propriedade livre de encargos para o comprador. Se o valor do automóvel for inferior ao do empréstimo, considere entregá-lo ao credor em vez de o vender. Nesse caso, continuará a dever ao credor qualquer montante remanescente do empréstimo, salvo se chegar a um acordo com o credor. Certifique-se de que recebe um documento comprovativo de todas as transações e de qualquer novo acordo feito com o credor.

Pode vender o automóvel a outra pessoa através de anúncios classificados online ou em papel, por recomendação pessoal ou através de outros serviços disponíveis. Também pode vender o automóvel ao concessionário original ou a outro concessionário autorizado que venda ou alugue o tipo de automóvel que possui. Pode também vender o veículo a um concessionário de automóveis usados. Em alguns casos, trabalhar com um concessionário experiente pode ser mais fácil.

Se tiver um automóvel em leasing, poderá ser mais simples vendê-lo ao concessionário original ou a outro concessionário autorizado que alugue a mesma marca de automóvel. Especificamente, deverá:

- Contactar a empresa financeira de leasing indicada no extrato mensal e pedir o montante total para comprar o automóvel e rescindir o contrato de leasing (o “Montante de compra/rescisão”).
- Dirigir-se pessoalmente com o automóvel ao concessionário original onde fez o leasing ou a outro concessionário autorizado da mesma marca. Informar que pretende terminar o contrato de leasing e perguntar se estariam dispostos a comprar o automóvel por um valor igual ou superior ao montante de compra/rescisão.

- Se aceitarem, poderão trabalhar diretamente com a empresa financeira de leasing para comprar o automóvel e liquidar o contrato.
- Normalmente, este processo pode ser concluído em 2 a 3 dias úteis.
- Se o preço de compra for superior ao montante de compra/rescisão, o comprador pagar-lhe-á a diferença.

Antes de permitir que um potencial comprador faça um test drive, certifique-se de que a sua apólice de seguro cobre esse tipo de utilização.

Coloque os termos da venda por escrito e receba o pagamento do comprador em dinheiro ou cheque certificado antes de entregar as chaves ou transferir o título de propriedade, para reduzir o risco de fraude.

Apresente os formulários necessários para a transferência do título de propriedade e para efeitos de imposto sobre vendas.

Se não tiver tempo para vender o seu carro antes de partir, pode conceder uma Power of Attorney (POA) limitada a um amigo de confiança e pedir-lhe que venda o carro por si. Terá de entregar ao seu amigo o título de propriedade do veículo assinado para que o possa entregar ao comprador.

Consulte estes sítios para mais informações sobre a venda do automóvel:

- https://www.kbb.com/car-advice/how-to-sell-a-car-10-steps-for-success
- https://www.carfax.com/guides/selling/private-party-sale
- https://www.edmunds.com/sell-car/10-steps-to-selling-your-car.html

## Entregar o automóvel ao credor

Se tiver um empréstimo automóvel, pode entregar o automóvel ao credor (continuará responsável por qualquer saldo em falta, salvo se chegar a um acordo com o credor). Consulte os documentos do empréstimo para mais detalhes. Poderá conseguir negociar quaisquer taxas de incumprimento se explicar a sua situação ao credor.

## Seguro e registo

Se vender ou entregar o automóvel, terá de cancelar o seguro e o registo do veículo e entregar as matrículas no Departamento de Veículos Motorizados. Poderá também ter de retirar o autocolante de registo e o autocolante de inspeção do veículo.

# Exportar o seu automóvel

Para exportar o seu automóvel, terá de cumprir os requisitos de exportação nos Estados Unidos e os requisitos de importação no seu país de destino.

## Requisitos de exportação dos EUA

Se quiser exportar o seu automóvel, terá de contratar um agente nos EUA (por exemplo, a Freight Forwarder, Broker, etc.) para apresentar as informações de exportação à Alfândega dos EUA em seu nome. Estas informações incluem o certificado de propriedade original do automóvel ou uma cópia autenticada do certificado de propriedade, bem como duas cópias completas do certificado de propriedade original ou da cópia autenticada. O seu agente terá de apresentar estas informações pelo menos três dias antes da data prevista para exportar o seu automóvel.

Se o título de propriedade do seu automóvel indicar que existe um penhor ou garantia sobre o automóvel, terá de demonstrar que essa garantia foi removida ou apresentar um documento assinado e datado pelo titular da garantia (em papel timbrado) que declare:

(i) que o automóvel pode ser exportado,

(ii) as informações de contacto do titular da garantia, e

(iii) o número de identificação do veículo (Vehicle Identification Number, VIN). Um penhor é um direito legal que permite ao credor retomar a posse do automóvel se não forem efectuados os pagamentos.

Consulte sítios Web ou outros recursos online para obter mais informações sobre a exportação do seu automóvel. Embora não recomendemos empresas ou serviços específicos, consideramos importante indicar fontes de informação a imigrantes que possam não ter realizado transacções semelhantes. Alguns exemplos são:

- Exportação de um veículo | CBP

*Clique aqui para voltar ao Índice*

## Requisitos de importação do México

A importação de um automóvel para o México é relativamente complexa. Os requisitos dependem da idade do automóvel e do número de identificação do veículo (VIN). Considere contratar uma agência de despachantes aduaneiros no México para tratar da importação do seu automóvel.

Consulte sítios Web ou outros recursos online para obter mais informações sobre a importação do seu automóvel para o México. Embora não recomendemos empresas ou serviços específicos, consideramos importante indicar fontes de informação a pessoas que possam não ter realizado transacções semelhantes. Alguns exemplos são:

- Como trazer um carro com matrícula estrangeira para o México

# Lista de verificação: Automóveis, empréstimos automóveis e leasing automóvel

- Verifique se é proprietário do seu automóvel, se tem um contrato de leasing ou se possui o automóvel com um empréstimo automóvel.
- Se for proprietário do seu automóvel, pode vendê-lo ou exportá-lo. A exportação pode ser complicada, pelo que poderá ser mais fácil vender o automóvel e comprar um novo no país de destino.
- Se tiver um contrato de leasing automóvel, pode rescindir e liquidar o contrato, entregar o automóvel à empresa de leasing, transferir o contrato para outra pessoa ou vender o automóvel e liquidar o leasing.
- Se for proprietário do automóvel mas tiver um empréstimo automóvel, pode liquidar o empréstimo e exportar o automóvel para o país de destino, entregar o automóvel ao credor, vender o automóvel e pagar o empréstimo com o valor da venda ou vendê-lo a alguém que esteja disposto a assumir o empréstimo (mas o credor terá de aprovar).
- Se vender ou entregar o seu automóvel, cancele o seguro e o registo do automóvel e entregue as matrículas ao Departamento de Veículos Motorizados.
- Quer seja proprietário ou tenha um contrato de leasing do automóvel, considere contactar o concessionário original ou outro concessionário autorizado para verificar o que podem fazer.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 12. Rescisão de um contrato de arrendamento residencial

A deportação pode causar muitas preocupações relativamente à habitação e às situações de arrendamento. Esta secção apresenta os aspectos básicos a considerar relativamente ao seu contrato de arrendamento residencial caso enfrente deportação.

Os aspectos mais importantes a ter em conta são compreender o seu contrato de arrendamento residencial e falar com o seu senhorio.

Compreender um contrato de arrendamento residencial ➤ Rescindir um contrato de arrendamento residencial ➤ Direito de entrada ➤ Continuação de um contrato de arrendamento ➤ Lista de verificação: Arrendamentos residenciais

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Compreender um contrato de arrendamento residencial

O passo mais importante ao sair ou fazer a transição de um contrato de arrendamento residencial é compreender os termos e condições do contrato. Como precaução, é aconselhável conhecer os termos e condições do seu contrato de arrendamento antes de ser detido ou deportado.

Se o contrato de arrendamento for escrito, os seus termos regulam a rescisão e a recuperação de bens pessoais no local arrendado.

Se o contrato de arrendamento não estiver por escrito, a relação entre senhorio e inquilino será regida pela legislação do estado, do condado e da cidade.

Se o seu contrato de arrendamento não estiver por escrito, poderá considerar consultar um advogado. Existem muitas organizações que prestam aconselhamento jurídico a senhorios e inquilinos. Por exemplo, pode:

- Contactar faculdades de direito locais e perguntar se têm clínicas gratuitas de habitação; ou
- Contactar organizações como o Housing Rights Center ou a Legal Aid Society e perguntar onde pode obter aconselhamento jurídico gratuito.

Lembre-se de que, mesmo que estas organizações não o possam ajudar diretamente, poderão encaminhá-lo na direcção certa. Não precisa de tentar compreender tudo sozinho!

# Rescindir um contrato de arrendamento residencial

Se vive sozinho, ou se todos os membros do seu agregado familiar vão sair da habitação, é provável que queira terminar o contrato de arrendamento. O contrato de arrendamento escrito ou a legislação local determinará a forma correcta de terminar o contrato. A maioria dos contratos de arrendamento exige que informe o senhorio com um pré-aviso mínimo de 30 dias de que pretende rescindir o contrato. Esta notificação provavelmente terá de ser feita por escrito. Dependendo do acordo, poderá ter de avisar o senhorio com mais ou menos antecedência.

Se o prazo do contrato de arrendamento ainda não tiver terminado, poderá ser responsável por encontrar um novo inquilino ou pagar o restante valor devido até ao fim do prazo do contrato.

Certifique-se de que discute a sua situação com o senhorio o mais cedo possível.

Tenha em atenção que, se o inquilino não fornecer aviso adequado ao senhorio sobre a rescisão do contrato de arrendamento e/ou se se recusar a pagar a renda quando esta for devida, o senhorio poderá tomar as seguintes medidas:

1. Exigir pagamento a qualquer inquilino signatário, co-signatários ou fiadores do contrato de arrendamento;
2. Iniciar o processo de despejo através da apresentação de um pedido de pagamento e despejo no tribunal competente, o que incluirá a notificação dos inquilinos para uma audiência e os respectivos procedimentos judiciais;
3. Despejo do inquilino; e
4. Obtenção de uma sentença contra o inquilino (e qualquer fiador que não efectue os pagamentos devidos) relativamente a rendas e obrigações em atraso, o que pode afectar negativamente o historial de crédito do inquilino, dos co-signatários e dos fiadores.

Se for possível que não esteja pessoalmente disponível para tomar medidas para rescindir ou alterar o contrato de arrendamento com o seu senhorio, nomeie um representante legal de confiança para tratar destas questões em seu nome.

## Direito de entrada

As circunstâncias e o processo através dos quais termina o contrato de arrendamento podem determinar o seu direito de entrar posteriormente na propriedade para recuperar os seus pertences ou recolher correspondência. Se estiver a apresentar aviso para rescindir o contrato, deve planear retirar todos os seus bens até ao último dia coberto pelo pagamento da renda. Se estiver a enfrentar despejo por falta de pagamento da renda, tenha em atenção que notificações escritas do senhorio ou dos tribunais podem estabelecer prazos específicos, pelo que deve rever cuidadosamente esses documentos e procurar assistência jurídica, se necessário.

Se não retirar os seus bens pessoais dentro de um prazo razoável, poderá ter de pagar ao senhorio despesas associadas ao armazenamento ou eliminação desses bens. Não assuma que terá autorização para entrar na propriedade após a rescisão do contrato de arrendamento.

Sempre que possível, procure obter todos os acordos com o seu senhorio por escrito.

Para evitar complicações futuras, deve tomar providências para a guarda segura dos seus bens pessoais. Por exemplo, pode pedir a uma pessoa de confiança que tenha as chaves para que alguém possa retirar os seus bens pessoais dentro de um prazo razoável caso seja detido ou deportado. Apresente um pedido de alteração de endereço nos correios o mais cedo possível para que a sua correspondência seja reencaminhada — não espere que o senhorio guarde ou reencaminhe o seu correio por si.

## Continuação de um arrendamento

Poderá querer manter o contrato de arrendamento, especialmente se tiver familiares ou amigos a viver na residência que permanecerão nos EUA. Neste cenário, existem algumas opções:

- **Pode manter o contrato de arrendamento original.** Muitas vezes, será necessário o consentimento do senhorio, uma vez que deixará de ocupar o imóvel.
- **Pode rescindir o contrato de arrendamento**, e os restantes ocupantes podem iniciar um novo contrato com a autorização do senhorio.
- **Pode ceder ou subarrendar o contrato de arrendamento.** Tenha em atenção que, tradicionalmente, quando um contrato de arrendamento é subarrendado, a pessoa que originalmente assinou o contrato com o senhorio continua a ser responsável pelos pagamentos. Além disso, o subarrendamento é proibido por muitas leis e contratos de arrendamento escritos e pode levar ao despejo do subarrendador.
- **Planeamento antecipado.** Se for possível que não esteja pessoalmente disponível para tomar medidas para rescindir ou alterar o contrato de arrendamento com o seu senhorio, nomeie um representante legal de confiança para tratar destas questões em seu nome.

Em todos os cenários de continuação do arrendamento, uma comunicação aberta e honesta com o senhorio é essencial.

# Lista de verificação: Arrendamentos residenciais

- Verifique se possui um contrato de arrendamento por escrito. Se sim, o contrato será regido por esse documento. Caso contrário, o contrato será regido pela legislação local.
- Coordene o seu plano relativamente ao contrato de arrendamento com quaisquer co-signatários e fiadores do contrato, bem como com quaisquer outras pessoas que residam no imóvel arrendado, uma vez que todas estas partes terão obrigações ao abrigo do contrato.
- Se for possível que não esteja pessoalmente disponível para tomar medidas para rescindir ou alterar o contrato de arrendamento com o seu senhorio, nomeie um representante legal de confiança para tratar destas questões em seu nome.
- Se pretender rescindir o contrato de arrendamento, informe-se sobre o prazo de aviso prévio que deve dar ao senhorio, se terá de pagar a renda restante devida ao abrigo do contrato e quanto tempo terá para retirar os seus bens pessoais do local arrendado.
- Contacte organizações locais e faculdades de direito se precisar de aconselhamento jurídico.
- Providencie para que uma pessoa de confiança tenha as chaves para garantir que alguém possa retirar os seus bens pessoais se for detido ou deportado. Lembre-se de que tem o direito de entrar na sua casa para retirar os seus bens dentro de um prazo razoável, provavelmente três dias ou menos, após a rescisão do contrato de arrendamento. Se não retirar os bens dentro de um prazo razoável, pode ficar a dever ao senhorio as despesas associadas ao armazenamento ou eliminação dos bens.
- Se tiver amigos ou familiares que desejem continuar o seu contrato de arrendamento, tem três opções:
    - Continuar o contrato de arrendamento original com o consentimento do senhorio;

- Terminar o contrato de arrendamento original e celebrar um novo contrato com o consentimento do senhorio; ou
- "Suceder" ao contrato de arrendamento através de uma cessão ou subarrendamento da sua parte. Verifique os termos do seu contrato de arrendamento relativamente a subarrendamentos e cessões.

- Actualize o seu endereço postal junto do US Postal Service do seu endereço antigo para um novo endereço.
  - Ver, em geral: https://moversguide.usps.com
- Contacte quaisquer entidades de faturação para atualizar o seu endereço postal e contacte os serviços públicos para terminar quaisquer serviços aplicáveis caso já não sejam necessários no local arrendado.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 13. Manuseamento de objectos de valor

Esta secção descreve como abordar questões relacionadas com os seus bens pessoais valiosos em caso de detenção ou deportação, incluindo a possível confiscação ou destruição de bens, opções para lidar com bens ainda em sua posse, factores a considerar ao escolher um caminho e como planear antecipadamente.

Esta secção destina-se a imigrantes em preparação, mas também contém informações úteis para imigrantes detidos e supervisionados. Aborda as seguintes questões:

**O que são bens pessoais valiosos? ➤ Que tipos de bens pessoais valiosos possui? ➤ Planeamento antecipado – Quais são as opções? ➤ Outros factores a considerar ➤ O que acontece aos seus bens se for detido? ➤ Evitar ou reduzir o risco de perda ➤ Como pode recuperar os seus bens ou propriedades? ➤ Lista de verificação: Manuseamento de objectos de valor**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# O que são bens pessoais valiosos?

Qualquer um dos seus bens que tenha valor monetário ou cuja perda lhe causaria desapontamento pode ser considerado um bem pessoal valioso e deve ser avaliado de acordo com este capítulo.

# Que tipos de bens pessoais valiosos possui?

Se tiver objectos de valor de qualquer tipo, é importante decidir como esses bens serão tratados no caso de ser detido ou deportado. O primeiro passo neste processo é determinar que tipos de bens pessoais valiosos você ou a sua família possuem.

## Tipos comuns de bens pessoais valiosos

- Electrónica, máquinas e aparelhos;
- Joias e vestuário;
- Mobiliário e arte;
- Identificação (carta de condução, cartão de identificação, passaporte, certidão de nascimento); ou
- Heranças de família, fotografias e objectos sentimentais.

Tenha em conta que cada tipo de bem é diferente e que os factores a considerar e a estratégia para lidar com os bens também podem variar.

# Planeamento antecipado – Quais são as opções?

Depois de compreender quais bens pessoais valiosos possui, elabore um plano para lidar com um cenário de detenção ou deportação. Em geral, existem quatro opções principais:

(1) vender o bem;

(2) transferir o bem para outra pessoa, temporária ou permanentemente como doação;

(3) enviar o bem para o seu país de origem; ou

(4) guardar o bem nos EUA, numa unidade de armazenamento ou num cofre bancário. Tenha em conta que, dependendo do tipo e do tamanho do bem, uma ou mais destas opções podem não estar disponíveis.

## Venda

1. *Determinar o preço*

Se decidir vender o bem, primeiro deve determinar o preço adequado para o bem. Se souber o preço original do bem, pode utilizá-lo como ponto de partida e aplicar um desconto por eventuais danos ou pelo tempo decorrido. Caso contrário, se tiver acesso à internet, deve procurar bens semelhantes (por exemplo, em sítios de segunda mão como ebay.com, craigslist.com, Facebook Marketplace ou outros sítios semelhantes; empresas apresentadas apenas como exemplos, sem recomendação) para determinar quanto cobrar.

2. *Determinar como irá vender o bem*

Em seguida, deve vender o bem através de vários métodos possíveis. Alguns exemplos incluem

- uma venda negociada de forma privada;
- através de um sítio de vendas de segunda mão ou leilões online; ou
- a um comprador ou corretor reputado de bens usados (como uma loja de penhores ou de consignação).

Após a conclusão da venda, deve documentar os termos da venda. Um documento simples com as seguintes informações será útil em caso de futuros litígios relacionados com a venda:

(1) uma descrição do item;

(2) a data;

(3) o preço acordado;

(4) os nomes impressos e as assinaturas do comprador e do vendedor; e

(5) uma breve declaração de que o comprador teve oportunidade de inspecionar o bem e está satisfeito com o seu estado, e/ou que o bem está a ser vendido "tal como está" e sem garantias por parte do vendedor.

3. *Considerar como aceitar o pagamento*

A forma de pagamento é outra consideração importante. Para se proteger contra fraudes, considere evitar aceitar cheques pessoais. Cheques pessoais podem ser emitidos a partir de uma conta bancária que não tenha dinheiro suficiente para cobrir o valor do cheque. O melhor é receber o pagamento em numerário, cheque visado pelo

banco ou vale postal. As aplicações de pagamento electrónico (como Venmo e Zelle) também são muitas vezes formas rápidas e seguras de receber pagamento; no entanto, deve considerar se continuará a ter acesso à aplicação utilizada depois de sair dos Estados Unidos e garantir que terá acesso à infraestrutura financeira necessária para converter um pagamento digital em dinheiro utilizável ou que possa ser depositado numa conta bancária à qual continuará a ter acesso.

## Transferência

Se pretender transferir o bem para outra pessoa, tem duas opções — pode dar o bem a outra pessoa de forma permanente como doação ou transferi-lo temporariamente, com a expectativa de que seja devolvido no futuro mediante pedido.

Se pretender transferir o bem para o seu filho menor, deve considerar transferi-lo para outro adulto ou estabelecer uma transferência formal ao abrigo de determinadas leis que permitem que bens sejam mantidos em nome de um adulto responsável em benefício de um menor. Este assunto é abordado com mais detalhe no Capítulo 2, Bens e benefícios de filhos menores.

Se participar numa transferência temporária, é aconselhável criar um documento que reflita o acordo entre as partes (transferindo apenas a posse física, não a propriedade, e apenas temporariamente), assinado e datado por todos os participantes.

## Armazenamento

Para pequenos itens como joias, documentos de identificação e documentos, poderá querer guardá-los num cofre bancário num banco de confiança. O custo de um cofre bancário varia conforme o tamanho, e o aluguer desse espaço é cobrado anualmente. Para itens maiores como mobiliário, arte ou maquinaria, deve considerar obter uma unidade de armazenamento.

As opções de armazenamento fazem mais sentido para imigrantes que planeiam regressar aos EUA ou que têm familiares que irão utilizar os itens em breve. Não faz sentido armazenar itens por longos períodos de tempo devido ao custo associado. Além disso, antes de guardar bens valiosos num cofre bancário ou unidade de armazenamento, deve certificar-se de que compreende os termos do contrato, especialmente no que se refere à duração, custo, método e frequência de pagamento, possibilidade de autorizar um terceiro a recuperar o bem em seu nome e consequências do não pagamento ou da não recuperação do bem no final do prazo do contrato. Para mais informações, consulte Capítulo 4, Gerir, aceder e encerrar uma conta bancária – Cofres bancários.

### Delegar

Pode nomear uma pessoa com uma procuração “limitada” ou “especial” para realizar qualquer uma das acções descritas acima. Para mais informações, consulte Capítulo 9, Procurações.

## Outros factores a considerar

Decidir como lidar com bens pessoais valiosos em caso de detenção ou deportação é uma decisão que requer uma análise cuidadosa das suas circunstâncias pessoais. Seguem-se alguns aspectos que deve considerar:

### Valor vs. Custo

Deve considerar o valor do item em comparação com o custo de envio ou armazenamento. Por exemplo, não seria económico armazenar ou enviar um item grande de pouco valor, porque o custo de armazenamento ou envio depende do tamanho e do peso do item.

### Disponibilidade

Considere enviar apenas itens que não estejam disponíveis no seu país de origem, em vez de incorrer no custo adicional de envio de itens que poderia comprar novamente no seu país após a deportação. Da mesma forma, se o item estiver amplamente disponível nos EUA, pode fazer mais sentido vendê-lo nos EUA e comprá-lo novamente no seu país de origem, em vez de incorrer nos custos temporários de armazenamento.

### Financiamento

Se ainda deve dinheiro por um item, deve rever todos os documentos e o contrato de empréstimo relacionado para garantir que compreende as consequências do não pagamento e as suas opções para venda do item ou rescisão do acordo de financiamento.

Pode ser necessário pagar o montante restante devido pelo bem antes da venda, ou podem existir requisitos associados à devolução do bem ao credor. Pode contactar a empresa que forneceu o financiamento se tiver dúvidas.

### Considerações fiscais

É possível que a venda, compra ou transferência de um bem pessoal resulte em obrigação ou benefício fiscal. Se estiver a lidar com um item de elevado valor, considere consultar um profissional fiscal.

## Impacto sobre terceiros

Deve considerar o impacto sobre outras pessoas que utilizam o bem pessoal ao decidir vender, armazenar, transferir ou enviar o bem. Por exemplo, se um familiar ou dependente viver na casa e utilizar o mobiliário ou os electrodomésticos, pode ser mais eficiente em termos de custo e tempo transferir os itens para essa pessoa em vez de vender e substituir o bem.

Da mesma forma, deve considerar se o não pagamento de dinheiro devido por um bem pessoal pode causar prejuízo aos membros da família que permanecem nos EUA. Uma análise cuidadosa dos termos de quaisquer documentos e acordos de empréstimo e conversas com quaisquer credores ou senhorios deve esclarecer as consequências dessa natureza.

## Impacto no estatuto de imigração

Se estiver pendente ou previsto um processo de remoção, deve considerar como a forma de gerir os seus bens afectará esse processo. Da mesma forma, se planeia regressar aos EUA, isso favorece o cumprimento rigoroso de todos os regulamentos e uma actuação justa no contexto de uma venda.

# O que acontece aos seus bens se for detido?

A confiscação ou destruição de bens pessoais é um risco se for detido. É comum que pessoas detidas tenham os seus pertences perdidos, destruídos ou roubados.

Mesmo quando os pertences são geridos de acordo com protocolos adequados, as agências governamentais relevantes (incluindo a U.S. Customs and Border Protection (CBP), U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE), o U.S. Marshals Service e o Bureau of Prisons) têm regulamentos diferentes relativamente aos bens que podem acompanhar um detido ao longo da cadeia de custódia e por quanto tempo os bens pessoais serão mantidos para guarda segura.[8] Além disso, os imigrantes são frequentemente transferidos entre agências, o que aumenta a possibilidade de perda ou destruição de itens.[9]

Se estiver a transportar dinheiro no momento em que for detido, esse dinheiro será retirado. Muitas vezes, o dinheiro acaba por ser devolvido numa forma que pode ser inutilizável para si – quer sob a forma de cheques ou ordens de pagamento que não podem ser levantados no seu país de origem, quer sob a forma de cartões de débito pré-pagos que podem ser difíceis, confusos, caros ou impossíveis de activar.

# Evitar ou reduzir o risco de perda

A melhor forma de gerir este risco é conhecer os seus direitos e planear com antecedência.

## Evite transportar grandes quantidades de dinheiro

Para além do risco evidente de perda, se for deportado com mais de $10.000 em dinheiro, é obrigado a apresentar o formulário FinCEN 105 ao CBP.[10] A não declaração de moeda pode resultar numa acusação civil ou mesmo criminal e no confisco de dinheiro num montante a ser determinado por funcionários do CBP ou do ICE. Além disso, as instalações de processamento de imigração e detenção administradas pelo ICE são orientadas a estabelecer limites sobre se, e em caso afirmativo, quanto dinheiro cada detido pode manter na sua posse pessoal enquanto estiver detido. Qualquer remoção de dinheiro de um detido deve ser feita na presença do detido e de pelo

[8] Ver U.S. Customs and Border Protection Directive: Short-Term Holding Facilities Handling, Storage, Transference, and/or Return of Detainee Personal Property (2024), disponível em: https://www.cbp.gov/sites/default/files/2024-08/cbp_directive_no._5240-010.pdf; Ver Inmate Personal Property, 28 CFR Part 553 Subpart B, disponível em: https://www.ecfr.gov/current/title-28/part-553/subpart-B; Ver U.S. CBP National Standards on Transport, Escort, Detention, and Search, disponível em: https://www.cbp.gov/sites/default/files/assets/documents/2020-Feb/cbp-teds-policy-october2015.pdf; Além disso, ver: https://www.americanimmigrationcouncil.org/research/deported-no-possessions

[9] Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/what-happens-to-your-stuff-when-you-get-deported

[10] Disponível em: https://www.fincen.gov/sites/default/files/shared/fin105_cmir.pdf

menos dois agentes, e deve ser acompanhada de um inventário e recibo. Deve exigir um recibo que documente todos os fundos confiscados durante a detenção e solicitar a devolução de todos os fundos confiscados documentados aquando da libertação.[11]

## Tomar providências antecipadamente para o manuseamento de objectos de valor

Certifique-se de que sabe onde se encontram todos os seus objectos de valor e mantenha uma lista dos bens e valores que possui (num local seguro ou no seu telemóvel ou computador). Considere dar uma cópia da lista a um amigo ou familiar de confiança, ou a alguém com procuração. Uma procuração "especial" ou "limitada" permitirá ao mandatário realizar actos específicos indicados; por exemplo, vender o seu sofá ou enviar uma caixa de jóias para outro país.

Se arrendar a sua casa ou apartamento, reveja o seu contrato de arrendamento para obter informações sobre o que o senhorio pode fazer se bens pessoais forem abandonados na residência. É aconselhável providenciar que uma pessoa de confiança tenha as chaves para garantir que alguém possa retirar os seus bens pessoais dentro de um prazo razoável se for detido ou deportado.

Pode fazer sentido manter itens valiosos mais pequenos em um ou dois locais da casa, para que estejam facilmente acessíveis a quem tratar dos bens pessoais em caso de detenção ou deportação.

## Conheça os seus direitos

### *Bens consigo*

Uma vez detidos, os imigrantes geralmente têm 30 dias para recuperar os seus objectos de valor junto do CBP. Acordos entre os EUA e o México prevêem que "todas as medidas viáveis" devem ser tomadas para devolver os bens ao proprietário quando estes são libertados. Apesar de falhas de procedimento e execução, o conhecimento das regras permitir-lhe-á defender-se de forma mais eficaz.

### *Bens em sua casa*

Em geral, os inquilinos não perdem os seus bens por não os removerem após o término de um contrato de arrendamento. Os inquilinos têm o direito de entrar nas instalações

[11] Ver os actuais ICE Performance-Based National Detention Standards (2011) para fundos e bens pessoais, disponíveis em: https://www.ice.gov/doclib/detention-standards/2011/2-5.pdf;
Ver os actuais ICE National Detention Standards (NDS) para instalações não dedicadas (2019) para fundos e bens pessoais, disponíveis em: https://www.ice.gov/doclib/dro/detention-standards/pdf/funds_and_personal_property.pdf;
Ver os actuais ICE Family Residential Standards (2020) para fundos e bens pessoais, disponíveis em: https://www.ice.gov/doclib/frs/2020/2.3_FundsPersonalProperty.pdf

para retirar os seus bens dentro de um prazo razoável após o término do contrato de arrendamento. Na maioria das vezes, os inquilinos não perdem o direito aos seus bens mesmo que não os retirem do imóvel dentro de um prazo razoável após o fim do contrato; no entanto, algumas localidades consideram que os inquilinos podem desistir do direito de recuperar os seus bens se não os retirarem dentro de um prazo razoável.

# Como pode recuperar os seus bens ou propriedades?

Certifique-se de que conhece as opções para recuperar os seus objectos de valor se forem confiscados; dessa forma poderá tomar uma decisão informada quando confrontado com uma situação que evolui rapidamente.

## Por correio

Pode ser aconselhável, se tiver essa opção, enviar por correio certos bens pessoais confiscados no momento em que é detido para um familiar, amigo ou advogado que os possa guardar em local seguro. Note, contudo, que corre o risco de ser deportado sem esses itens, o que pode ser especialmente problemático no que diz respeito à identificação e ao dinheiro.

## Recolha

Se for deportado, o CBP não enviará os seus bens pessoais restantes para lugar nenhum. Os bens restantes só podem ser levantados pelo proprietário ou por uma pessoa com procuração.[12] É aconselhável nomear antecipadamente uma pessoa com procuração.

Se não conseguir organizar a recolha dos bens, existem algumas organizações que prestam assistência em determinadas partes do país. A organização No More Deaths é uma dessas organizações.[13]

## Petição

Apresente uma petição à Customs and Border Protection para recuperar os seus bens. Alterações recentes exigem que a petição seja apresentada ao CBP mesmo que a confiscação tenha ocorrido através de funcionários aduaneiros ou de agentes do ICE.[14]

[12] Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/what-happens-to-your-stuff-when-you-get-deported

[13] Disponível em: https://nomoredeaths.org/en/

[14] Disponível em: https://ilw.com/articles/2010,0706-DuPont.shtm

Teoricamente, deve ser possível obter a devolução dos bens pessoais e de todos ou quase todos os fundos apreendidos pelo governo. É crucial para o sucesso de uma petição demonstrar que os fundos ou bens não foram utilizados nem obtidos na prática de um crime e que a apreensão dos fundos violaria a cláusula de multas excessivas da 8ª Emenda da Constituição dos EUA.[15] Consulte um advogado relativamente à sua petição.

## Lista de verificação: Manuseamento de objectos de valor

- Identifique que tipos de objectos de valor possui, tanto em casa como no carro e consigo. Isto pode incluir: electrónica, jóias, mobiliário, arte, vestuário, maquinaria, electrodomésticos, identificação (carta de condução, cartão de identificação, passaporte, certidão de nascimento), heranças de família, fotografias ou objectos sentimentais.
- Compreenda que os seus bens podem ser retirados e destruídos.
  - ➔ Tome providências antecipadamente para o manuseamento de objectos de valor para minimizar esse risco.
  - ➔ Conheça os seus direitos relativamente a bens e dinheiro que tem consigo se for detido.
  - ➔ Se os seus pertences ou dinheiro forem retirados, pode pedir a sua devolução apresentando um pedido à Customs and Border Protection.
- Evite transportar grandes quantidades de dinheiro.
  - ➔ Se planeia transportar mais de $10.000 para fora dos EUA, é obrigado a declarar esse valor.
  - ➔ A não declaração pode resultar em penalidade civil ou criminal, ou pode ter o dinheiro apreendido.
- Decida como pretende que os seus objectos de valor sejam tratados se for detido ou deportado.
  - ➔ Explore as seguintes opções: enviar os objectos de valor para o seu país de origem; vender os objectos de valor; transferir os objectos de valor (como oferta ou temporariamente); armazenar os objectos de

[15] Disponível em: https://constitution.congress.gov/constitution/amendment-8

valor (num cofre bancário ou unidade de armazenamento, dependendo do tamanho).

- Familiarize-se com o processo básico de cada opção, incluindo as consequências que podem resultar e qualquer acompanhamento que possa ser necessário.
- Informe a sua família ou membros do agregado familiar sobre o seu plano. Forneça instruções claras por escrito.
- Considere nomear uma pessoa com procuração limitada para implementar o seu plano.

- Conheça as vantagens e desvantagens de cada opção e como a sua escolha afectará a si e à sua família.
  - Factores a considerar: valor do item vs. custo de armazenamento; disponibilidade do item no país de origem; dependência de outras pessoas que permanecem nos EUA em relação ao item; valor sentimental do item; consequências fiscais da transferência ou venda; se ainda deve dinheiro pelo item, incluindo ao abrigo de quaisquer contratos de empréstimo ou outros acordos; se pretende regressar aos EUA, caso seja deportado.
  - Fale com os seus familiares e, se possível, com o seu advogado sobre estas questões.
  - A melhor estratégia dependerá do tipo de item, bem como das suas circunstâncias pessoais.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 14. Levar dinheiro através da fronteira

Transportar dinheiro ou equivalentes a dinheiro (como cheques, ordens de pagamento, etc.) através da fronteira apresenta preocupações legais e práticas. Esta secção discute essas preocupações, que são relevantes para todas as pessoas que saem dos Estados Unidos, tanto no contexto de deportação como em outras situações. A secção responderá às seguintes perguntas:

**Que obrigações legais tem ao levar dinheiro ou equivalentes ao sair dos Estados Unidos? ➤ Que questões práticas deve considerar se estiver a enfrentar deportação? ➤ Como pode encontrar e receber os seus bens não reclamados?**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Que obrigações legais tem ao levar dinheiro ou objectos semelhantes a dinheiro quando sai dos Estados Unidos?

Não há limite para a quantidade de dinheiro que pode levar ao sair do país. No entanto, se levar mais de $10.000 em (i) dinheiro, (ii) cheques de viagem, (iii) cheques que não tenham sido emitidos a favor de uma pessoa específica ou (iv) ordens de pagamento através da fronteira de uma só vez, deve preencher um formulário denominado "Report of International Transportation of Currency or Monetary Instruments" ou Formulário FinCEN 105. Este formulário pode ser obtido junto de um funcionário da alfândega no ponto de partida dos EUA ou online em FinCEN Form 105 | CMIR, U.S. Customs and Border Protection. Se não fizer esta declaração, o dinheiro pode ser apreendido.

Não é necessário declarar cheques ou ordens de pagamento emitidos a seu favor se não tiverem sido endossados ou não incluírem qualquer endosso restritivo. Embora estes cheques não sejam obrigatórios de declarar, deve considerar declará-los para evitar atrasos na passagem da fronteira.

## Há algum custo para apresentar este formulário?

Não. Não existe qualquer custo para apresentar o Formulário FinCEN 105. O formulário pode ser obtido gratuitamente junto dos funcionários aduaneiros ou no sítio web da alfândega.

## Existe algum imposto ou taxa sobre o dinheiro declarado?

Não. A alfândega não cobra impostos sobre dinheiro ou objectos semelhantes a dinheiro que devem ser declarados no Formulário FinCEN 105.

## O que pode acontecer se o dinheiro não for declarado ou não for declarado correctamente?

Se não declarar montantes superiores a $10.000, a alfândega pode apreender o dinheiro. Se o dinheiro for apreendido pela alfândega, existe o risco de não lhe ser devolvido. Em alguns casos, especialmente se houver actividade criminosa relacionada, podem existir sanções penais por não declarar o dinheiro.

# Que questões práticas deve considerar se estiver a enfrentar a deportação?

Existem riscos associados ao transporte de grandes quantidades de dinheiro ou objectos semelhantes a dinheiro através da fronteira ou, de forma geral, ao sair do país. O dinheiro e os cheques geralmente não podem ser recuperados se forem perdidos ou roubados durante a viagem.

Se estiver a enfrentar deportação, deve considerar cuidadosamente se está disposto a correr esse risco. Podem existir outras opções para retirar activos em dinheiro dos Estados Unidos após a deportação.

## Para imigrantes em preparação e supervisionados

Os imigrantes em preparação e supervisionados que possam ir pessoalmente ao banco podem solicitar um cheque bancário emitido a favor do "beneficiário." Isto é ligeiramente mais seguro do que dinheiro, porque o cheque pode ser cancelado se for perdido ou roubado. No entanto, o cheque perdido ou roubado deve ser cancelado antes de outra pessoa o encontrar e o descontar, e pode ser difícil cancelar o cheque rapidamente se já tiver sido deportado devido ao horário de funcionamento, diferenças de fuso horário e outros obstáculos logísticos. Além disso, alguns bancos cobram taxas para emitir e cancelar um cheque bancário, e os bancos do seu país de origem podem cobrar uma taxa para descontar o cheque.

## Para imigrantes detidos

Se tiver sido detido e não for libertado antes da deportação, pode ser impossível ir pessoalmente ao banco. No entanto, pode tomar determinadas medidas para ter acesso ao dinheiro quando chegar ao seu país de origem.

### *Levantamento de dinheiro durante a detenção*

Se estiver detido e tiver dinheiro numa conta bancária, pode levantar esse dinheiro através de vários métodos. Uma opção é entregar o seu cartão bancário a um amigo ou familiar de confiança e pedir-lhe que levante o dinheiro. Mais tarde, essa pessoa pode enviar-lhe o dinheiro através da Western Union (ou outro serviço semelhante) quando chegar ao seu país de origem. Ver Capítulo 15 sobre transferências de remessas para mais informações. Tenha em conta que a pessoa que levantar o dinheiro terá de saber o seu PIN e terá acesso a todo o seu dinheiro.

Outra opção é enviar o próprio cartão bancário por correio para um amigo ou familiar de confiança no seu país de origem. Depois poderá recuperar o cartão e levantar o dinheiro à chegada.

Em terceiro lugar, se tiver a oportunidade de estabelecer uma procuração, o seu representante pode autorizar um cheque bancário ou uma transferência bancária do dinheiro para a sua conta no seu país de origem (partindo do princípio de que tem uma conta bancária no seu país de origem) ou, em alternativa, o representante pode enviar-lhe um cheque ou uma ordem de pagamento diretamente para o seu país de origem.

### *Levantamento de dinheiro fora dos Estados Unidos*

Como referido acima, uma conta bancária dos Estados Unidos pode ser acedida em muitos países estrangeiros através de caixas automáticas. A utilidade ou fiabilidade deste método dependerá das suas circunstâncias individuais, incluindo se existem e em que medida estão disponíveis caixas automáticas. Note que esta opção também exige que mantenha a conta bancária nos Estados Unidos aberta após a deportação. No entanto, em determinadas situações, esta opção pode ser a melhor.

## Como pode encontrar e receber os seus activos não reclamados?

Pode ter bens numa conta que não foram reclamados e dos quais não tem conhecimento. Estes activos podem ter origem em várias fontes e muitas vezes as pessoas não têm conhecimento da sua existência. Pode recuperar esses bens contactando o gabinete de bens não reclamados do seu estado ou acedendo a https://www.usa.gov/unclaimed-money ou https://www.unclaimed.org/ (patrocinado pela National Association of Unclaimed Property Administrators) para obter instruções sobre como efectuar uma pesquisa mais geral que abranja mais do que uma jurisdição.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 15. Direitos do consumidor em transferências de remessas

A lei de proteção do consumidor dos Estados Unidos protege indivíduos que enviam transferências de remessas dos Estados Unidos para destinatários noutro país. Esta secção discute os detalhes e a aplicabilidade dessas proteções. Esta secção responde às seguintes questões:

**Que transferências de remessas estão protegidas? ➤ Que proteções se aplicam às transferências de remessas? ➤ E se quiser cancelar a sua transferência de remessa? ➤ E se houver um problema com a sua transferência de remessa? ➤ O que mais deve considerar ao enviar uma transferência de remessa?**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Que transferências de remessas estão protegidas?

Uma remessa é dinheiro enviado por um indivíduo nos Estados Unidos para destinatários no estrangeiro.

Um indivíduo que envia uma remessa de $15 ou mais está protegido por determinados requisitos federais de divulgação impostos à maioria das empresas que prestam o serviço de transferência de remessas.

Nem todas as empresas que prestam serviços de transferência de remessas estão abrangidas pela lei. Apenas as empresas que realizam mais de 500 transferências de remessas por ano ("prestadores de transferências de remessas") são obrigadas a cumprir a lei. Os prestadores de transferências de remessas incluem geralmente empresas de transmissão de dinheiro (como a Western Union), bancos e cooperativas de crédito e muitos outros tipos de empresas de serviços financeiros.

Os prestadores de transferências de remessas que enviam remessas em nome dos clientes devem ser entidades regulamentadas, quer por serem organizações bancárias, quer por serem empresas não bancárias com licenças estatais como "transmissores de dinheiro." Quase todos os estados licenciam e regulamentam actualmente os transmissores de dinheiro não bancários. Para sua proteção, deve utilizar apenas um banco regulamentado ou um transmissor de dinheiro licenciado para enviar a sua remessa. Em qualquer caso, deve pesquisar o prestador de transferências de remessas antes de enviar dinheiro através dele.

# Que proteções se aplicam às transferências de remessas?

Ao abrigo da lei federal, os prestadores de transferências de remessas são obrigados a fornecer divulgações escritas claras e facilmente compreensíveis de determinadas informações relativas à sua transferência de remessa.

Antes de pagar para enviar uma remessa, o prestador de transferências de remessas deve divulgar-lhe as seguintes informações:

- A taxa de câmbio aplicável;
- Quaisquer taxas e impostos que o prestador de transferências de remessas lhe cobra;

- Quaisquer taxas cobradas por terceiros envolvidos no processo de transferência, incluindo os agentes do prestador de transferências de remessas ou outras empresas envolvidas no processo;
- O montante total de dinheiro que se espera entregar (não incluindo impostos estrangeiros ou certas taxas cobradas ao destinatário da remessa); e
- Uma declaração de que podem aplicar-se impostos e taxas estrangeiras adicionais.

Os prestadores de transferências de remessas também devem fornecer as seguintes informações depois de pagar para enviar a remessa:

- A data em que o dinheiro estará disponível para o destinatário;
- Instruções sobre o seu direito de cancelar a remessa;
- O que fazer caso exista um erro na sua remessa; e
- Como apresentar uma reclamação sobre a sua remessa.

Em alguns casos, o prestador de transferências de remessas pode fornecer as informações acima numa única divulgação combinada. Se o fizer, todas as informações devem ser fornecidas antes de concordar em efectuar a transferência, e o prestador de transferências de remessas deve também fornecer comprovativo quando o pagamento for efectuado à pessoa a quem está a enviar o dinheiro.

Estas divulgações devem ser fornecidas pelo menos em inglês. No entanto, a lei federal também exige geralmente que o prestador de transferências de remessas utilize o seu idioma nos recibos e noutras divulgações se utilizar o seu idioma nos materiais de publicidade, vendas ou marketing no local onde efectuou a transferência ou se a transferência tiver sido feita no seu idioma.

## E se quiser cancelar a sua transferência de remessa?

Depois de pagar uma remessa, dispõe de 30 minutos para cancelar a transação sem qualquer custo, desde que o pedido contenha informações suficientes para que o prestador identifique a transação e desde que a pessoa a quem enviou o dinheiro ainda não o tenha recebido.

Após o pedido de cancelamento, o prestador tem três dias úteis para reembolsar a sua remessa e quaisquer taxas ou impostos, se permitido por lei.

# E se houver um problema com a sua transferência de remessa?

As regras federais também o protegem se o prestador cometer um erro. Exemplos de erros incluem o pagamento do montante errado, a não entrega dos fundos a tempo ou à pessoa certa e a não entrega dos fundos.

Se pensa que houve um erro na sua transferência de remessa, deve contactar imediatamente o prestador da transferência. Dispõe de 180 dias a partir da data em que o dinheiro deveria estar disponível para a pessoa destinatária para notificar o prestador do erro. O prestador tem então 90 dias a partir da data da sua reclamação para investigar a situação e determinar se ocorreu um erro. Se o prestador determinar que não ocorreu erro, deve informar-lhe o motivo.

Se o prestador determinar que ocorreu um determinado tipo de erro, deve reembolsar o seu dinheiro ou reenviar a remessa. Se não receber uma resposta satisfatória do prestador, pode apresentar uma reclamação ao Consumer Financial Protection Bureau (CFPB) dos Estados Unidos. As queixas podem ser apresentadas em linha em: https://www.consumerfinance.gov/complaint/.

# O que mais deve considerar ao enviar uma transferência de remessa?

## Certifique-se de evitar burlas e fraudes comuns

***Burlas de phishing:*** Os burlões fazem-se passar por empresas legítimas ou agências governamentais e pedem que lhes envie dinheiro.

***Pedidos de emergência falsos:*** Os burlões podem fazer-se passar por membros da sua família e pedir ajuda urgente.

O CFPB disponibiliza recursos na seguinte ligação para o ajudar a identificar e prevenir burlas e fraudes comuns: https://www.consumerfinance.gov/consumer-tools/fraud/.

## Minimizar taxas e custos

**Comparar fornecedores e verificar recursos oficiais:** As taxas de câmbio podem variar entre fornecedores, mas existem ferramentas que o ajudam a perceber se está a obter uma boa oferta. Por exemplo, ferramentas de comparação online como

https://www.remitfinder.com/ mostram-lhe taxas e tarifas de vários serviços antes de decidir qual prestador de transferências de remessas utilizar. Deve também consultar recursos oficiais publicados pelo país para o qual está a enviar dinheiro antes de concordar com um preço. Por exemplo, o Banco de México publica um recurso onde pode encontrar uma média de cotações de preços de fornecedores de câmbio em qualquer momento: https://www.banxico.org.mx/tipcamb/main.do?page=tip&idioma=en.

**Evitar custos ocultos:** Antes de enviar uma transferência, pergunte ao prestador de transferências de remessas se existem taxas adicionais, como taxas de levantamento de dinheiro. (No entanto, estas devem ser divulgadas antecipadamente).

## Dicas adicionais para uma utilização segura e informada

***Verifique novamente os dados do destinatário:*** Erros nos nomes do destinatário ou nos números de conta podem atrasar ou cancelar a transferência.

***Compreender as políticas de reembolso:*** Pergunte sobre quaisquer opções de reembolso além das exigidas pela lei federal antes de enviar dinheiro.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 16. Cobrança de salários não pagos

Os imigrantes nos Estados Unidos, tanto com como sem autorização de trabalho, têm legalmente direito ao pagamento de horas extraordinárias e ao salário mínimo. Apesar destes direitos, os imigrantes que trabalham nos Estados Unidos têm frequentemente de responder às violações da legislação laboral por parte dos empregadores. Perante a deportação, pode ser necessário tomar medidas para recuperar o seu último salário. Muitas vezes, enviar um endereço atualizado ao empregador resolverá esta questão, mas por vezes pode ser necessário tomar outras medidas para proteger o seu direito ao último salário. Esta secção fornece conselhos concretos para recuperar o último salário durante e após a deportação. A secção responderá às seguintes perguntas:

Quais são os seus direitos a salários pelo trabalho que executa? ➤ Quanto tempo tem o empregador para pagar o último salário? ➤ Como pode receber o seu último salário se for detido ou deportado? ➤ E se o empregador não pagar o último salário? ➤ E se existirem outros problemas salariais além do último salário? ➤ Modelo de carta: Designação do método de receção do último cheque de pagamento ➤ Modelo de carta: Carta de exigência de salários devidos

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

## Quais são os seus direitos a salários pelo trabalho que executa?

Como trabalhador nos Estados Unidos, tem o direito de ser pago pelo trabalho que realizou, independentemente do seu estatuto legal. Um empregador não pode recusar pagar salários por trabalho realizado simplesmente porque o trabalhador não possui autorização de trabalho ou número de segurança social.

Também tem o direito de ser pago pelo trabalho que realizou independentemente de ter assinado um contrato de trabalho com o empregador, porque esses direitos são previstos pelas leis federais e estaduais de salários e horas de trabalho. Se assinou um contrato de trabalho com o seu empregador, esse contrato pode definir os salários a que tem direito.

## Quanto tempo tem o empregador para pagar o último cheque?

O período dentro do qual um empregador deve pagar o último salário é estabelecido pelas leis estaduais e varia de estado para estado. O período também depende de o trabalhador ter sido despedido (demitido ou dispensado) ou de ter deixado o emprego por outro motivo (como demissão, detenção ou deportação). Se um trabalhador for despedido, a maioria dos estados exige que o empregador pague o último salário imediatamente ou dentro de alguns dias após o despedimento. No Texas, por exemplo, um empregador deve pagar a um trabalhador despedido até ao sexto dia após o despedimento. A Califórnia exige que um empregador pague a um trabalhador despedido imediatamente após o despedimento. Nova lorque exige que um trabalhador despedido seja pago no próximo dia regular de pagamento.

Se um trabalhador deixar o emprego por outro motivo, como detenção ou deportação, a maioria dos estados, incluindo Texas e Nova lorque, exige que o empregador pague o último salário no próximo dia de pagamento programado. A Califórnia exige que o empregador pague dentro de 72 horas nesta situação, a menos que o trabalhador tenha dado aviso prévio de 72 horas da sua intenção de se demitir, caso em que o trabalhador tem direito ao salário no momento da demissão. As leis de Nova lorque e da Califórnia também estabelecem especificamente que, se solicitado pelo trabalhador, esses salários devem ser enviados por correio para o endereço designado.

Pode encontrar uma lista das leis estaduais sobre pagamento final em http://smallbusiness.findlaw.com/employment-law-and-human-resources/final-paycheck-laws-by-state.html. Verifique qualquer informação publicada na Web e consulte um advogado local para quaisquer questões jurídicas.

## Como pode receber o seu último salário se for detido ou deportado?

Se tiver depósito direto configurado, todos os pagamentos devem continuar normalmente, uma vez que a detenção ou deportação não afectará o processo de depósito direto.

Se não tiver depósito direto configurado, na maioria das vezes basta informar o empregador de uma mudança de endereço para receber o último salário. Para além de pedir que o último salário seja enviado para o novo endereço, se for detido ou deportado pode pedir ao empregador que envie o último salário para outra pessoa da sua escolha. Deve fazer esta designação por escrito. Existe um modelo de carta no final deste capítulo.

Se for detido ou deportado e não puder contactar o empregador pessoalmente, pode pedir ao seu contacto de emergência que contacte o empregador para fornecer informações sobre a detenção e solicitar detalhes sobre o último salário. Um trabalhador que antecipa a possibilidade de detenção pode considerar informar proativamente o empregador e autorizar uma ou mais pessoas de confiança a gerir as comunicações relacionadas com o emprego em seu nome.

## E se o empregador não pagar o último salário?

Se um empregador não pagar o último salário, pode decidir enviar uma carta a exigir o pagamento. Existe um modelo de carta no final deste capítulo.

Para além da carta de exigência, pode decidir apresentar uma queixa ao U.S. Department of Labor se o seu trabalho afectar o comércio interestatal (a maioria afecta). As queixas devem ser apresentadas ao Gabinete Distrital mais próximo da Divisão de Salários e Horas do Departamento do Trabalho dos EUA. Um diretório dos Gabinetes Distritais de Wage and Hour pode ser encontrado no sítio Web do Departamento do Trabalho em http://www.dol.gov/dol/location.htm. A linha de ajuda gratuita da Divisão de Salários e Horas pode ser contactada através do número 1-866-487-9243.

Também pode decidir apresentar queixas junto do governo do seu estado. Uma lista de gabinetes de trabalho estaduais pode ser encontrada no sítio Web do Departamento do Trabalho em https://www.dol.gov/whd/contacts/state_of.htm. Muitas vezes existem longos atrasos nas investigações dos gabinetes de trabalho estaduais.

O Consulado do México na área onde o trabalho foi realizado ou onde viveu nos Estados Unidos também pode ajudar.

Muitas organizações sem fins lucrativos prestam apoio a trabalhadores imigrantes.

**Os recursos incluem:**

- National Immigration Law Center: https://www.nilc.org
- National Employment Law Project: http://www.nelp.org
- Equal Justice Center: http://www.equaljusticecenter.org
- Texas RioGrande Legal Aid: http://www.trla.org

## Para imigrantes deportados no México

Os imigrantes mexicanos deportados podem receber apoio para violações salariais do Centro de los Derechos del Migrante (http://www.cdmigrante.org/; ligação gratuita dos Estados Unidos para 1-855-234-9699 ou ligação gratuita do México para 01-800-590-1773) e Justice in Motion (https://www.justiceinmotion.org).

# E se existirem outros problemas salariais além do último salário?

Muitos imigrantes sofrem violações dos seus direitos laborais além do não pagamento do último salário. Uma queixa apresentada ao Departamento do Trabalho dos EUA ou a agências governamentais estaduais também pode incluir queixas sobre outras violações da legislação laboral, incluindo horas extraordinárias não pagas, abusos de compensação dos trabalhadores e violações do salário mínimo.

Muitos dos grupos listados acima em "E se o empregador não pagar o último salário?" também podem ajudar a tratar de outras violações da legislação laboral.

> *Nota: É ilegal um empregador retaliar contra um trabalhador imigrante por exigir os seus direitos.*

A retaliação ocorre quando um empregador despede um trabalhador ou toma qualquer outro tipo de ação adversa contra um trabalhador por este participar numa atividade protegida, incluindo:

- perguntar sobre o seu salário, horas de trabalho ou outros direitos;
- afirmar os seus direitos como trabalhador;
- apresentar uma queixa sobre os seus direitos como trabalhador ou
- cooperar numa investigação da Divisão de Salários e Horas do Departamento do Trabalho dos EUA.

O seu empregador não pode terminar o seu emprego nem tomar outra ação adversa contra si por exercer os seus direitos. Se um empregador retaliar contra si, pode apresentar uma queixa à Divisão de Salários e Horas do Departamento do Trabalho dos EUA. As queixas devem ser apresentadas ao Gabinete Distrital mais próximo da Divisão de Salários e Horas do Departamento do Trabalho dos EUA. Um diretório dos Gabinetes Distritais de Wage and Hour pode ser encontrado no sítio Web do Departamento do Trabalho em http://www.dol.gov/dol/location.htm. A linha de ajuda gratuita da Divisão de Salários e Horas pode ser contactada através do número 1-866-487-9243.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Modelo de carta: Designação do método de receção do último salário

*Nota: Este modelo de carta está em conformidade com a lei do Texas. Verifique a legislação do seu estado para determinar as obrigações da sua entidade patronal de entregar os salários aos trabalhadores nas formas indicadas nesta carta.*

[Employer Name [Date]
Endereço do empregador
Cidade, Estado, Código Postal]

Caro [Employer],

Por favor entregue todos os salários restantes que me são devidos no seguinte endereço:

[Worker's Name]
Aos cuidados de [Relative's or Friend's Name
Endereço
Cidade, Estado, Código Postal]

--OU--

Designo por este meio [Name of Relative or Friend] para receber todos os salários restantes que me são devidos. Por favor entregue o meu salário a [Designee] pessoalmente no meu local de trabalho habitual durante o horário de trabalho, o mais tardar no próximo dia de pagamento programado.

Recordo também que, se um trabalhador for despedido ou deixar o emprego por outro motivo, o trabalhador tem direito a um salário justo pelo trabalho realizado e a entidade patronal deve pagar o último salário dentro do prazo previsto pela lei estadual aplicável.[16]

Obrigado pela sua ajuda.
Com os melhores cumprimentos,
[Signature
Employee Name]

[16] A maioria dos estados exige que a entidade patronal pague o último salário no próximo dia de pagamento programado. Consulte a legislação do seu estado para determinar os seus direitos na sua situação específica. Pode encontrar uma lista das leis estaduais sobre pagamento final em http://smallbusiness.findlaw.com/employment-employer/employment-employer-ending/employment-employer-ending-paycheck-final.html. Verifique qualquer informação publicada na Web e consulte um advogado local para quaisquer questões jurídicas.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Modelo de carta: Carta de exigência de salários devidos

[Employer Name [Date]
Endereço do empregador
Cidade, Estado, Código Postal]

Caro [Employer],

O meu nome é [Employee's name] e trabalhei para si aproximadamente de [date] até [date]. É-me devido [$ amount] pelo trabalho [type of work, i.e. – gardening, landscaping, hauling] que realizei para si em [location] de [date] até [date]. Devido ao facto de não me ter pago pelo trabalho que realizei para si, está em violação do contrato e pode estar a violar as leis federais e estaduais do salário mínimo.

Prefiro resolver este litígio através de negociação amigável. Para resolver este assunto imediatamente, envie um cheque ou ordem de pagamento no valor de [$ amount] em nome de [Employee's Name] para: [Employee's Address]. Se tiver perguntas ou desejar discutir este assunto, contacte-me imediatamente em: [Phone Number and/or Email Address].

Se o [$ amount] devido pelo meu trabalho não for pago na totalidade antes de [date], poderá ser apresentada uma queixa administrativa e/ou uma ação judicial e poderá tornar-se responsável por danos adicionais previstos na lei e pelos custos do processo.

Recordo também que é contra a lei retaliar contra mim por fazer valer as minhas reivindicações e qualquer ação de retaliação pode resultar na aplicação de danos adicionais.

Com os melhores cumprimentos,
[Signature
Employee Name]

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 17. Segurança Social

*Nota: Esta secção não se aplica a imigrantes sem documentos.*

Para imigrantes que não são cidadãos, quer sejam Imigrantes em preparação ou Imigrantes supervisionados perante Saída voluntária, existem passos que pode seguir para determinar a sua elegibilidade para benefícios da Segurança Social dos EUA. A secção é relevante apenas para um pequeno subconjunto de imigrantes: trabalhadores segurados ou dependentes ou sobreviventes de trabalhadores segurados. Aborda tanto as considerações legais como as práticas. "Trabalhadores segurados" são quaisquer imigrantes individuais que têm um Número de Segurança Social (Social Security Number, SSN) e contribuem para a Segurança Social enquanto trabalham para empregadores dos EUA ou filiais estrangeiras em determinadas circunstâncias. Esta secção responderá às seguintes questões:

Compreender a Segurança Social – definições básicas ➤ Quais imigrantes são elegíveis para receber benefícios da Segurança Social? ➤ O que deve fazer se já estiver a receber pagamentos de benefícios da Segurança Social? ➤ Imigrantes que enfrentam deportação são elegíveis para benefícios da Segurança Social? ➤ Os meus benefícios da Segurança Social foram suspensos desde que estou em detenção, o que devo fazer? ➤ O que acontece aos benefícios da Segurança Social se for deportado? ➤ O que acontece aos benefícios da Segurança Social se o trabalhador segurado for deportado mas você permanecer nos EUA? ➤ O que devem fazer os Imigrantes em preparação e supervisionados antes de sair dos EUA? ➤ Lista de verificação: Segurança Social

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Compreender a Segurança Social – definições básicas

**"Benefícios de dependentes e sobreviventes" incluem:** (i) benefícios de seguro da esposa / marido; (ii) benefícios de seguro do filho; (iii) benefícios de seguro da viúva / viúvo; (iv) benefícios de seguro da mãe e do pai; (v) benefícios de seguro dos pais; e (vi) pagamento único por morte.

**"Trabalhadores segurados"** são quaisquer imigrantes individuais que têm um SSN e contribuem para a Segurança Social enquanto trabalham para empregadores dos EUA ou filiais estrangeiras em determinadas circunstâncias. Imigrantes sem documentos não se enquadram nesta categoria.

**"Imigrantes em preparação"** são imigrantes que estão no processo de imigrar para os EUA e obter estatuto legal de imigrante.

**"Benefícios de reforma"** são benefícios de seguro de velhice.

**"Benefícios da Segurança Social"** são os seguintes benefícios da Segurança Social dos EUA: Benefícios de reforma, benefícios de dependentes e sobreviventes, benefícios de invalidez da Segurança Social ("SSD Benefits") ou benefícios de rendimento suplementar da Segurança Social ("SSI Benefits").

**"SSA"** é a abreviatura de Social Security Administration.

**"Benefícios SSD"** são benefícios de invalidez da Segurança Social. O programa de seguro de incapacidade da Segurança Social foi concebido para ajudar pessoas que não podem trabalhar porque têm uma condição médica que se espera que dure pelo menos 1 ano ou resulte em morte.

**"Benefícios SSI"** são benefícios de rendimento suplementar da Segurança Social. Um programa federal de complemento de rendimento destinado a ajudar idosos, cegos e pessoas com deficiência que têm pouco ou nenhum rendimento. Benefícios de rendimento suplementar da Segurança Social nunca podem ser recebidos por dependentes

**"SSN"** é a abreviatura de Social Security Number.

**"Imigrantes supervisionados"** são imigrantes que aguardam uma audiência em tribunal ou uma ordem final de deportação. Não estão detidos e são autorizados a circular livremente, viver e trabalhar nos EUA sob certas condições.

**"Saída voluntária"** é uma opção que pode ser concedida pelo Department of Homeland Security ou por um juiz do tribunal de imigração a imigrantes que enfrentam deportação, muitas vezes durante processos de remoção, que cumprem os seguintes requisitos:

> *(i) Presença nos EUA durante pelo menos 1 ano imediatamente antes da data em que a notificação de comparência foi emitida;*
>
> *(ii) Pessoa de bom carácter moral durante pelo menos 5 anos imediatamente anteriores ao pedido de saída voluntária;*
>
> *(iii) Não acusado de crime agravado; e*
>
> *(iv) Não deportável por razões de segurança pública ou segurança nacional. Imigrantes a quem é concedida saída voluntária não são considerados "deportados" ou "removidos" e podem receber benefícios de reforma e benefícios SSD quando regressarem ao México.*

**"Retorno voluntário"** é um tipo de saída que ocorre apenas na fronteira e só pode ser concedido por agentes da U.S. Customs and Border Protection através do preenchimento do Formulário I-826. É menos formal do que a saída voluntária e ocorre quando uma pessoa é detida na fronteira e lhe é dada a oportunidade de "voltar atrás" sem audiência.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Quais não cidadãos são elegíveis para receber benefícios da Segurança Social?

*Nota: Imigrantes sem documentos não são elegíveis para receber benefícios da Segurança Social quer diretamente como trabalhadores quer como dependentes ou sobreviventes. A informação abaixo aplica-se apenas a imigrantes que estão legalmente presentes nos EUA.*

## Trabalhadores segurados

Trabalhadores segurados são quaisquer imigrantes autorizados a trabalhar nos EUA e que, portanto, têm um Número de Segurança Social e contribuem para a Segurança Social enquanto trabalham para empregadores dos EUA ou filiais estrangeiras em determinadas circunstâncias.

Se for um trabalhador segurado, para ser elegível para receber benefícios da Segurança Social deve cumprir os seguintes critérios:

- Pode receber benefícios de reforma se tiver trabalhado e pago impostos da Segurança Social durante pelo menos 10 anos e tiver atingido a idade de reforma (pelo menos 62 anos ou entre as idades completas de reforma de 66 e 67 anos);
- Pode receber Social Security Disability (SSD) Benefits se tiver uma deficiência, não puder trabalhar e normalmente tiver trabalhado pelo menos 5 dos últimos 10 anos;
    - Se tiver menos de 24 anos, poderá receber SSD Benefits com menos anos de trabalho.

Além disso, pode receber Supplemental Security Income (SSI) Benefits se cumprir os critérios para ser considerado um "qualified alien", tiver rendimento e recursos limitados e tiver 65 anos ou mais, for cego ou tiver deficiência. Pode saber mais sobre benefícios SSI para não cidadãos e requisitos de "qualified alien" no website da SSA: https://www.ssa.gov/ssi/spotlights/spot-non-citizens.htm.

## Prestações familiares & Dependentes

Se for um trabalhador segurado, os seus dependentes, por exemplo o seu cônjuge ou filho, devem cumprir os seguintes critérios para serem elegíveis para receber prestações da Segurança Social:

- O seu cônjuge (incluindo o ex-cônjuge) tem 62 anos ou mais;
- O seu cônjuge está a cuidar de uma criança com menos de 15 anos ou de uma criança com deficiência (os cônjuges que nunca trabalharam ou que têm baixos rendimentos recebem até metade da prestação completa de um trabalhador reformado);
- Algumas relações legais válidas não matrimoniais podem ser elegíveis;
- As crianças são elegíveis se forem solteiras, tiverem 17 anos ou menos ou entre 18-19 anos e frequentarem a escola a tempo inteiro sem terem concluído o ensino secundário; ou
- Qualquer criança com uma deficiência que se tenha desenvolvido aos 21 anos de idade ou menos é elegível.

## Sobreviventes

Se for um sobrevivente de um trabalhador segurado, para ser elegível para receber prestações da Segurança Social deve cumprir os seguintes critérios:

- Se for cônjuge sobrevivente, tem 60 anos ou mais (ou 50-59 anos se tiver deficiência), esteve casado durante pelo menos 9 meses antes da morte e não voltou a casar antes dos 60 anos (ou 50 anos, se tiver deficiência);
- Se o trabalhador segurado era o seu ex-cônjuge antes da morte, devem ter estado casados durante pelo menos 10 anos;
- Algumas relações legais válidas não matrimoniais podem ser elegíveis;
- As crianças são elegíveis se tiverem 17 anos ou menos ou entre 18-19 anos e frequentarem a escola a tempo inteiro sem terem concluído o ensino secundário; ou
- Qualquer filho sobrevivente com uma deficiência que se tenha desenvolvido aos 21 anos de idade ou menos.

# O que deve fazer se já estiver a receber prestações da Segurança Social?

## Se for um trabalhador segurado que planeia permanecer nos EUA.

- Continue a contribuir para a Social Security Administration (SSA).
- Verifique com a SSA se você ou algum membro da sua família são elegíveis para solicitar prestações da Segurança Social respondendo a algumas perguntas no site da SSA em https://www.ssa.gov/prepare/check-eligibility-for-benefits. Tenha os números de Segurança Social (Social Security Numbers, SSN) e as certidões de nascimento prontamente disponíveis.
- Informe os seus familiares de que podem ter direito a prestações de dependentes e sobreviventes se falecer e confirme que sabem como solicitar essas prestações em https://www.ssa.gov/apply.

## Se for um trabalhador segurado que está a considerar uma saída voluntária para o seu país de origem

*(Nota: Isto não é o mesmo que uma concessão de Voluntary Return, que ocorre apenas quando alguém é detido na fronteira e lhe é oferecida a oportunidade de "voltar atrás" por agentes da U.S. Customs & Border Patrol.)*

Pode continuar a receber pagamentos de prestações da Segurança Social enquanto estiver fora dos EUA dependendo do país de destino.[17]

- Confirme com a SSA que os pagamentos podem ser enviados para o seu país de destino.
- Comunique qualquer mudança de endereço prontamente para evitar pagamentos ou correspondência perdidos ou atrasados. Isto inclui:
    - O seu novo país, endereço residencial e código postal.
    - Os nomes de todos os membros da família que se mudam para o novo endereço.
- Se o seu país de destino for elegível, quando estiver fora dos EUA deve:

[17] Para mais informações, consultar: https://www.ssa.gov/international/payments.html

- Preencher um questionário anual enviado pela SSA entre maio e junho; e
- Comunicar quaisquer alterações como:
  - Alterações de endereço.
  - Situação de emprego.
  - Melhoria da incapacidade.
  - Casamento, divórcio, anulação ou adoção.
  - Uma criança que deixa os cuidados do cônjuge.
  - Se uma criança próxima dos 18 anos for estudante a tempo inteiro ou tiver deficiência.
  - Morte.
  - Incapacidade de gerir fundos.
  - Deportação ou remoção dos EUA.
  - Alterações nas circunstâncias parentais.
  - Elegibilidade para uma pensão do trabalho.

➔ Considere inscrever-se no depósito direto para evitar problemas com cheques perdidos.

*Nota: As SSI Benefits nunca podem ser recebidas se estiver fora dos EUA por mais de 1 mês.*

### Se for um dependente ou sobrevivente que está a considerar uma saída voluntária para o seu país de origem

Pode continuar a receber pagamentos de prestações da Segurança Social enquanto estiver fora dos EUA dependendo do seu país de destino. Se o país for elegível, deve cumprir os seguintes requisitos para continuar a receber prestações:

➔ **Requisito de residência:** Demonstrar que viveu nos EUA durante pelo menos cinco anos.

➔ **Requisito de relação familiar:** Durante esses cinco anos, a relação familiar na qual as prestações se baseiam deve ter continuado a existir.

*Exceção: Se o seu direito se baseia num trabalhador que morreu durante o serviço militar dos EUA ou como resultado de uma doença ou lesão relacionada com o serviço.*

*Nota: Estes requisitos são automaticamente cumpridos para uma criança que não tenha vivido nos EUA durante 5 anos se o trabalhador segurado e o outro progenitor cumprirem ambos os requisitos. No entanto, as prestações da Segurança Social não serão pagas a uma criança que seja adotada fora dos EUA enquanto residir fora dos EUA, mesmo que cumpra o requisito de residência.*

- Preencha o questionário anual da SSA e certifique-se de notificar a SSA de quaisquer alterações, conforme descrito acima, para permanecer em conformidade.

# Os imigrantes que enfrentam deportação são elegíveis para prestações da Segurança Social?

Se for um imigrante que se qualificou para prestações da Segurança Social no passado, mas cujo estatuto legal foi posteriormente revogado e enfrenta deportação, poderá ser elegível para apresentar pedidos de prestações da Segurança Social apenas se cumprir os seguintes critérios:

- Admitido legalmente para residência permanente; e
- Concessão de classificação de não-cidadão nos últimos 7 anos através de suspensão de deportação ou remoção.

Se estiver detido e já estiver a receber prestações da Segurança Social, o governo pode suspender essas prestações enquanto estiver em detenção. No entanto, pode recorrer de uma decisão da SSA de suspender as suas prestações da Segurança Social enquanto estiver em detenção de imigração. Enquanto estiver em detenção deve tomar as seguintes medidas:

1. Designe uma pessoa de confiança para fazer cópias de todas as cartas que receber da SSA.
2. Crie um registo de todas as comunicações com a SSA, a data da comunicação, o conteúdo e as ações de acompanhamento que a SSA ou você irão tomar.
3. Adicione cópias dos seus cheques da SSA ao registo. Além disso, vigie a sua conta bancária (ou peça à pessoa designada que o faça) se estiver a receber depósito direto.
4. Se a SSA lhe enviar uma carta informando que as suas prestações da Segurança Social foram suspensas por estar em detenção, deve estar preparado para recorrer. Em seguida deve seguir os passos descritos abaixo.

# As minhas prestações da Segurança Social foram suspensas desde que estou em detenção, o que devo fazer?

Se a SSA lhe enviar uma carta informando que as suas prestações da Segurança Social foram suspensas por estar em detenção, deve estar preparado para recorrer. Deve seguir os passos descritos abaixo:

1. O primeiro passo no processo de recurso é um pedido de reconsideração. O pedido deve ser feito por escrito no prazo de 60 dias após a receção da carta original da SSA que suspendeu as suas prestações da Segurança Social. Tente pedir a alguém no exterior (não em detenção) que o envie, uma vez que o correio nas instalações de detenção pode não ser fiável.
2. Pode preencher o Formulário SSA-561 em https://www.ssa.gov/forms/ssa-561.html, que deve incluir:
    - o nome do trabalhador assalariado (você);
    - o número de Segurança Social do trabalhador assalariado (o seu SSN);
    - o tipo de decisão sobre a qual pretende reconsideração (por exemplo, suspensão das prestações de reforma); e
    - por que motivo não concorda com a decisão.
3. Se o seu pedido de reconsideração for recusado, o passo seguinte é solicitar uma audiência perante um juiz administrativo.
4. O passo seguinte é solicitar uma revisão da decisão ao Appeals Council.
5. O passo seguinte seria solicitar uma audiência no Tribunal Distrital Federal.

Nestas fases terá de proceder "pro se" (por conta própria, sem advogado), a menos que possa pagar um advogado ou obter serviços de uma agência de assistência jurídica gratuita. Não existe taxa de apresentação a nível administrativo. Existe uma taxa de apresentação ao nível do Tribunal Distrital, mas pode apresentar "in forma pauperis", o que significa que o tribunal dispensará a taxa de apresentação.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# O que acontece às prestações da Segurança Social se for deportado?

## Se for um trabalhador segurado e for deportado

Se for um trabalhador segurado não cidadão dos EUA, não poderá receber quaisquer prestações da Segurança Social em qualquer mês após a SSA receber notificação da sua deportação do Secretário do Department of Homeland Security ou do Attorney General.

> *Exceção: Se mais tarde for legalmente readmitido nos EUA para residência permanente após a deportação, quaisquer prestações da Segurança Social não pagas poderão tornar-se pagáveis após a sua readmissão.*

## Se for um dependente que é deportado e o trabalhador segurado não é

Se for um dependente (como filho ou cônjuge) e for deportado, mas o trabalhador segurado não for deportado, o trabalhador segurado pode continuar a receber prestações da Segurança Social em seu nome. No entanto, não receberá essas prestações diretamente.

*Exceção: Se o trabalhador segurado for um não-cidadão e sair dos EUA durante qualquer parte de um mês, não receberá benefícios da Segurança Social nesse mês.*

# O que acontece aos benefícios da Segurança Social se o trabalhador segurado for deportado, mas você permanecer nos EUA?

## Se for dependente do trabalhador segurado deportado:

Se for dependente e o trabalhador segurado for deportado, mas você permanecer nos EUA, poderá continuar a receber benefícios de reforma e SSD Benefits apenas se:

- For cidadão dos EUA; ou
- Tiver estado legalmente presente nos EUA durante todo o mês.

No entanto, se for dependente e não for cidadão dos EUA, não terá direito a receber quaisquer benefícios da Segurança Social durante qualquer período em que não esteja presente nos EUA.

## Se for sobrevivente do trabalhador segurado:

Se for sobrevivente e o trabalhador segurado tiver sido deportado antes da sua morte, mas você tiver permanecido nos EUA, poderá continuar a receber benefícios de reforma e SSD Benefits apenas se:

- For cidadão dos EUA; ou
- Tiver estado legalmente presente nos EUA durante todo o mês.

Se o trabalhador segurado tiver falecido durante ou após o mês em que a SSA recebeu notificação da sua deportação, não poderá receber o pagamento único por morte baseado nos rendimentos do trabalhador segurado, a menos que o trabalhador segurado tenha sido legalmente readmitido para residência permanente após a deportação ou remoção, mas antes da morte.

# O que devem fazer os imigrantes em preparação e supervisionados antes de sair dos EUA?

**Se for um trabalhador segurado com dependentes**, incluindo tanto imigrantes em preparação como imigrantes supervisionados, e enfrentar a possibilidade de futura remoção dos EUA, deve tomar medidas para obter cidadania dos EUA para os seus dependentes.

- Se os seus dependentes não puderem obter cidadania dos EUA, devem compreender que, se saírem dos EUA por qualquer período após a sua deportação, renunciarão aos seus direitos aos benefícios da Segurança Social enquanto estiverem fora do país.

**Se for um trabalhador segurado e os seus dependentes forem deportados**, mas você não, deve organizar meios para transferir ou enviar os benefícios para os seus dependentes nos seus países de origem, se necessário.

**Se for um imigrante em preparação ou supervisionado e já tiver recebido uma notificação de audiência sobre remoção**, considere solicitar "Voluntary Departure".[18] Imigrantes a quem é concedido Voluntary Departure não são considerados "deportados" ou "removidos" e podem conseguir receber benefícios da Segurança Social depois de regressarem ao seu país de origem.

Para se qualificar para Voluntary Departure, devem ser cumpridos os seguintes critérios:

(i) presença nos EUA durante pelo menos 1 ano antes da data em que foi entregue a notificação de comparecimento;

(ii) pessoa de bom carácter moral durante pelo menos 5 anos imediatamente antes de solicitar Voluntary Departure;

(iii) não ser acusado de crime agravado;

(iv) não ser deportável por razões de segurança pública ou segurança nacional; e

(v) demonstrar, por provas claras e convincentes, que possui meios para sair dos EUA e a intenção de o fazer.

[18] Imigrantes a quem é concedido Voluntary Departure têm de pagar as suas próprias despesas para sair do país e apresentar uma caução. Se não saírem dentro do prazo especificado, haverá uma multa elevada, a caução será perdida e o imigrante enfrentará uma proibição de reentrada legal durante 10 anos.

# Lista de verificação: Segurança Social

- Determine se é um trabalhador segurado. Trabalhadores segurados são quaisquer imigrantes individuais que possuem um número da Segurança Social e contribuem para a Segurança Social enquanto trabalham para empregadores dos EUA ou filiais estrangeiras em determinadas circunstâncias. Note que imigrantes indocumentados não são elegíveis para benefícios da Segurança Social.

- Se for um trabalhador segurado ou dependente ou sobrevivente de um trabalhador segurado e for elegível para receber benefícios da Segurança Social, para obter esses benefícios deve candidatar-se (no site www.socialsecurity.gov ou presencialmente) com a seguinte documentação e informações:[19]

  - O seu SSN;
  - A sua certidão de nascimento;
  - Os seus formulários W-2 ou declaração de imposto de trabalho independente do último ano;
  - Os seus documentos de baixa militar, se tiver servido nas forças armadas;
  - A certidão de nascimento e o SSN do seu cônjuge, se ele ou ela estiver a solicitar benefícios da Segurança Social;
  - As certidões de nascimento e os SSN dos seus filhos, se estiver a solicitar em nome deles;
  - Prova de cidadania dos EUA ou estatuto legal de não-cidadão se você (ou o cônjuge ou filho que solicita benefícios da Segurança Social) não tiver nascido nos EUA; e
  - O nome da sua instituição financeira, o número de encaminhamento e o número da sua conta para depósito direto. Se não tiver uma conta numa instituição financeira, ou se preferir, pode inscrever-se para receber os seus benefícios da Segurança Social num cartão pré-pago.

[19] Se não concordar com uma decisão tomada sobre o seu pedido, pode apresentar recurso.

***PRINCIPAIS PONTOS***

- A deportação de um imigrante trabalhador segurado ou dos seus dependentes ou sobreviventes pode afetar os benefícios da Segurança Social.

- Se foi um trabalhador segurado nos EUA e recebeu benefícios da Segurança Social, os seus filhos e outros dependentes podem continuar a receber benefícios da Segurança Social se forem cidadãos dos EUA.

- Se foi um trabalhador segurado nos EUA e recebeu benefícios da Segurança Social e os seus dependentes não têm estatuto legal nos EUA, você e eles devem compreender que não podem receber benefícios da Segurança Social em qualquer mês em que estejam fora dos EUA por qualquer período de tempo.

- Não poderá receber benefícios da Segurança Social quando a SSA for notificada de que foi deportado ou removido. No entanto, se for legalmente admitido nos EUA para residência permanente após ter sido deportado, quaisquer benefícios da Segurança Social não pagos devido à deportação poderão ser pagos quando for readmitido.

- Se for um trabalhador segurado, um pagamento único por morte não poderá ser feito ao seu sobrevivente com base no seu registo se tiver falecido depois de a SSA ter recebido notificação da sua remoção e antes de ser posteriormente admitido legalmente.

- Se receber benefícios da Segurança Social como dependente de um trabalhador segurado e for deportado, mas o trabalhador segurado não for, o trabalhador segurado poderá continuar a receber benefícios da Segurança Social em seu nome (a menos que o trabalhador segurado seja um não-cidadão e saia dos EUA durante qualquer parte de um mês, caso em que não receberá benefícios nesse mês), mas você não receberá esses benefícios diretamente.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 18. Benefícios para veteranos

Não-cidadãos dos EUA que servem nas Forças Armadas dos EUA têm direito tanto a receber benefícios de veteranos como a solicitar cidadania acelerada durante o serviço ativo ou após a reforma. No entanto, muitos veteranos não solicitam nem recebem cidadania após serem dispensados com honra. Se um veterano não cidadão dos EUA for condenado e preso por cometer um crime grave, poderá ser sujeito a processos de remoção (deportação) após a libertação da prisão. Este capítulo discute os seus direitos como veterano não cidadão aos benefícios de veteranos e como a deportação afeta esses benefícios.

**Não Cidadãos são Elegíveis para Servir nas Forças Armadas dos EUA ➤**

**Cidadania Acelerada para Membros das Forças Armadas e as suas Famílias ➤**

**Benefícios para Veteranos Militares, Dependentes e Sobreviventes ➤**

**Possibilidade de Veteranos Não Cidadãos Serem Deportados ➤ Perda de Benefícios devido à Condenação por Crime Grave e Prisão de um Veterano ➤**

**Benefícios para Veteranos após a Deportação**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# Não-cidadãos são elegíveis para servir nas Forças Armadas dos EUA

Para se alistar em qualquer ramo das forças armadas dos EUA, deve ser cidadão dos EUA ou residente permanente legal com green card a viver fisicamente nos Estados Unidos. Não-cidadãos só podem ingressar nas forças armadas como militares alistados.

Para efeitos de alistamento, cidadãos dos Estados Unidos incluem cidadãos de Guam, Porto Rico, Ilhas Virgens dos EUA, Ilhas Marianas do Norte, Samoa Americana, Estados Federados da Micronésia e República das Ilhas Marshall, bem como os 50 estados.

Existem também requisitos adicionais para o alistamento. Deve possuir diploma do ensino secundário ou diploma de equivalência geral (General Equivalency Diploma, GED) para se alistar. Deve também cumprir os requisitos de idade do ramo militar em que pretende alistar-se. Todas as pessoas que se alistam nas forças armadas devem também realizar o exame Armed Services Vocational Aptitude Battery (ASVAB) e cumprir os requisitos físicos e médicos do ramo militar que desejam integrar.

# Cidadania acelerada para membros das forças armadas e suas famílias

## Cidadania para membros das forças armadas

Se servir honrosamente nas forças armadas dos EUA durante pelo menos um ano em qualquer momento, poderá ser elegível para solicitar naturalização ao abrigo da Secção 328 da Lei de Imigração e Naturalização. Os benefícios da naturalização através do serviço militar incluem a dispensa dos requisitos de que um não-cidadão deve ser residente permanente durante 5 anos, deve estar fisicamente presente nos EUA durante 30 meses e da taxa de apresentação exigida pelo USCIS.

Para estabelecer elegibilidade, deve:

- Ter 18 anos de idade ou mais;
- Ter servido honrosamente em qualquer momento nas forças armadas dos EUA por um período ou períodos que totalizem pelo menos 1 ano;
- Ter apresentado um Form N-426, Request for Certification of Military or Naval Service, devidamente preenchido no momento da apresentação do seu N-400, se estiver atualmente em serviço, ou uma fotocópia do seu DD Form 214, Certificate of Release or Discharge from Active Duty, NGB Form 22, National Guard Report of Separation and Record of Service, ou outro documento oficial de dispensa para todos os períodos de serviço, se não estiver atualmente em serviço; demonstrar que, se tiver sido separado do serviço, foi separado em condições honrosas;
- Ser residente permanente legal no momento da entrevista de naturalização;
- Cumprir determinados requisitos de residência e presença física;
- Demonstrar capacidade de ler, escrever e falar inglês, salvo se qualificado para dispensa ou exceção;
- Demonstrar conhecimento da história e do governo dos EUA, salvo exceção;
- Demonstrar bom carácter moral durante pelo menos cinco anos antes de apresentar o seu N-400 até ao dia da naturalização; e
- Demonstrar adesão aos princípios da Constituição dos EUA e boa disposição para a ordem e felicidade dos Estados Unidos durante todos os períodos relevantes ao abrigo da lei, salvo dispensa.

Se cumprir os requisitos da Secção 328 da Lei de Imigração e Naturalização, poderá solicitar naturalização apresentando Form N-400, Pedido de Naturalização.

Também poderá solicitar naturalização ao abrigo da Secção 329 da Lei de Imigração e Naturalização se estiver atualmente a servir ou tiver servido anteriormente nas forças armadas dos EUA durante um período de hostilidades. Ao abrigo da Secção 329, alguns requisitos podem não se aplicar ou podem ser reduzidos.

Muitas instalações militares têm um representante designado do U.S. Citizenship and Immigration Services para ajudar no processo de naturalização. Também pode completar a sua candidatura criando uma conta online e apresentar o seu Form N-400 online.

Mais informações estão disponíveis em:
https://www.uscis.gov/military/naturalization-through-military-service

## Cidadania para cônjuges e filhos de membros das forças armadas

Os cônjuges de militares dos EUA podem ser elegíveis para naturalização acelerada. Os filhos de militares dos EUA também podem ser elegíveis para naturalização ou podem adquirir cidadania automaticamente. A naturalização acelerada é normalmente realizada quando o cônjuge ou os filhos de um militar acompanham o militar no estrangeiro.

### *Cônjuges*

#### Cônjuges que vivem nos EUA

Se tiver sido residente permanente legal durante pelo menos três anos e tiver estado casado e a viver com o seu cônjuge cidadão dos EUA durante esse período, pode solicitar naturalização.

#### Naturalização acelerada para cônjuges

Os cônjuges de militares dos EUA que estejam, ou venham a estar, destacados fora dos Estados Unidos podem ser elegíveis para naturalização acelerada nos EUA ao abrigo da Secção 319(b) da Lei de Imigração e Nacionalidade. Para solicitar naturalização, o cônjuge deve:

- Ter 18 anos de idade ou mais;
- Demonstrar que o seu cônjuge é cidadão dos EUA e está, ou estará, regularmente destacado no estrangeiro como militar dos EUA por um período de um ano ou mais;
- Estar autorizado a acompanhar o seu cônjuge no estrangeiro por ordens oficiais do mesmo;
- Estar presente nos EUA no momento da naturalização;
- Declarar de boa fé, no momento da naturalização, a intenção de residir no estrangeiro com o seu cônjuge cidadão dos EUA e de residir nos EUA imediatamente após o término do serviço no estrangeiro do seu cônjuge;

- Ser capaz de ler, escrever e falar inglês básico;
- Ter conhecimentos básicos da história e do governo dos EUA (educação cívica); e
- Ter sido e continuar a ser uma pessoa de bom carácter moral, ligada aos princípios da Constituição dos EUA e bem-disposta para a ordem e felicidade dos EUA durante todos os períodos relevantes ao abrigo da lei.

**Cônjuges que vivem no estrangeiro**

Em alguns casos, os cônjuges de militares dos EUA podem concluir o processo de naturalização enquanto vivem no estrangeiro. Ao abrigo da Secção 319(e)(2) da Lei de Imigração e Nacionalidade (Immigration and Nationality Act, INA), um residente permanente legal casado com um militar dos EUA pode naturalizar-se fora dos Estados Unidos sem viajar para os EUA. Para ser elegível, o cônjuge deve:

- Ser cônjuge de um militar dos EUA que esteja destacado fora dos Estados Unidos nessa qualidade;
- Estar autorizado a acompanhar o seu cônjuge fora dos Estados Unidos por ordens oficiais do mesmo;
- Residir fora dos Estados Unidos em união matrimonial com o seu cônjuge; e
- Cumprir os requisitos da secção 316(a) ou 319(a) da INA no momento da apresentação do pedido de naturalização.

*Filhos*

**Filhos nascidos nos EUA**

Os filhos de militares dos EUA podem adquirir cidadania automaticamente se nascerem nos EUA.

**Filhos nascidos no estrangeiro**

Filhos de militares dos EUA que nascem no estrangeiro ainda podem adquirir cidadania através dos seguintes processos:

- **No nascimento:** Uma criança pode ter cidadania automática no nascimento se um ou ambos os pais forem cidadãos dos EUA no momento do nascimento e se o pai ou a mãe cumprir os requisitos de residência ou presença física (incluindo período de serviço honroso nas forças armadas dos EUA).

- **Cidadania automática após o nascimento:** Uma criança pode adquirir cidadania automática após o nascimento se: a criança for residente permanente legal; pelo menos um dos pais for cidadão dos EUA; a criança residir sob custódia legal e física do pai ou mãe cidadão dos EUA; o pai ou mãe cidadão dos EUA estiver destacado e a residir fora dos EUA como membro das forças armadas dos EUA; e a criança estiver a residir com esse progenitor fora dos EUA. Para obter um Certificate of Citizenship, a criança deve deslocar-se aos EUA e completar o processo de cidadania nos EUA.

- **Filhos nascidos e residentes fora dos Estados Unidos:** Se a criança não tiver adquirido automaticamente cidadania dos EUA ao abrigo de outras leis, ainda poderá obter cidadania se: tiver pelo menos um pai ou mãe cidadão dos EUA; prestar o Oath of Allegiance antes dos 18 anos; tiver um pai, mãe ou avô cidadão dos EUA que cumpra os requisitos de presença física; e residir fora dos EUA sob custódia legal e física do pai ou mãe, incluindo com um militar dos EUA.

### *Membros da família de militares falecidos*

Se o seu cônjuge ou pai/mãe militar dos EUA tiver falecido em resultado do serviço militar, poderá ser elegível para naturalização acelerada. Geralmente, o cônjuge, os filhos menores de 21 anos e os pais de um cidadão dos EUA que tenha falecido durante serviço militar honroso podem solicitar cidadania imediatamente. Os requisitos incluem:

- Ser residente permanente legal;

- Cumprir os requisitos gerais de naturalização, exceto os requisitos de residência ou presença física nos EUA; e

- Ter vivido com o seu cônjuge militar no momento da morte, a menos que tenham vivido separados devido a circunstâncias fora do seu controlo, como o serviço militar do cônjuge.

Membros da família que não possuem estatuto de residente permanente legal podem solicitar green card como familiar imediato do militar falecido. A pedido deve ser apresentado no prazo de dois anos após a morte do militar.

Mais informações estão disponíveis em:
https://www.uscis.gov/military/citizenship-for-military-family-members

# Benefícios para veteranos militares, dependentes e sobreviventes

## Benefícios especiais para veteranos ao abrigo da Social Security Administration (SSA)

Em determinadas circunstâncias, veteranos militares que serviram entre 1957 e 2001 podem receber créditos de rendimentos adicionais especiais designados para efeitos de Segurança Social. Esses rendimentos adicionais podem ajudá-lo a qualificar-se para a Segurança Social ou aumentar o valor do seu benefício da Segurança Social. Dependendo da duração e do período do serviço militar, alguns veteranos podem verificar que o aumento do benefício é mínimo. Esses rendimentos adicionais especiais são concedidos para períodos de serviço ativo ou serviço ativo para treino. Rendimentos adicionais especiais não são concedidos para treino em serviço inativo.

### *Benefícios por incapacidade ao abrigo da Social Security Administration (SSA)*

Veteranos podem ser elegíveis para Supplemental Security Income (SSI) ou Social Security Disability Insurance (SSDI) juntamente com, ou como alternativa à compensação por incapacidade da VA. As prestações SSI/SSDI não exigem que a incapacidade do veterano esteja relacionada com o seu serviço militar, não têm em conta o estatuto de dispensa do veterano e não são pagas numa escala graduada. Para SSI/SSDI, o veterano deve demonstrar:

1. Prova de uma condição de saúde física ou mental que resulte em limitações funcionais que restrinjam a sua capacidade de trabalhar a um nível substancial de atividade remunerada; e
2. Que a condição incapacitante tenha durado, ou se preveja que dure, 12 meses ou resulte em morte.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

### *Processamento prioritário da SSA para veteranos*

A SSA oferece processamento prioritário de pedidos de incapacidade apresentados por veteranos que possuam uma classificação de compensação do Department of Veterans Affairs de 100% Permanent and Total (P&T), ou por veteranos que tenham desenvolvido uma incapacidade durante serviço militar ativo em ou após 1 de outubro de 2001.

Para acelerar o processamento do seu pedido SSI/SSDI para pedidos 100% P&T, deve:

- Identificar-se como "veteran rated 100% P&T" ao solicitar as prestações. Se apresentar o pedido presencialmente ou por telefone, informe o representante da Segurança Social que é um veteran rated 100% P&T. Se apresentar o pedido online, introduza "Veteran 100% P&T" na secção "Remarks" do pedido; e
- Fornecer à Segurança Social a sua carta de notificação do Veterans Affairs, que confirma a sua classificação.

Para acelerar o processamento do seu pedido SSI/SSDI através do programa Wounded Warriors, deve informar a SSA que a sua lesão ocorreu durante serviço militar ativo. A lesão não precisa de ter ocorrido durante operações de combate.

Mais informações estão disponíveis em:
https://www.ssa.gov/people/veterans/index.html

### *Veterans Administration (VA)*

As prestações incluem cuidados de saúde, compensação por incapacidade, compensação mensal especial, subsídios e subvenções (relacionados com incapacidade), reabilitação profissional e emprego (para pessoas com incapacidade), pensões e educação.

Uma explicação mais detalhada e mais informações estão disponíveis em:
https://department.va.gov/get-started/

# Possibilidade de deportação de veteranos não cidadãos

Veteranos não cidadãos que tenham servido nas forças armadas podem estar sujeitos a remoção por diversas razões, incluindo a prática de crimes puníveis com prisão, envolvimento em atividades terroristas e incumprimento dos requisitos de visto. Mesmo crimes não violentos e delitos menores podem resultar em deportação obrigatória e proibições vitalícias de reentrada e naturalização nos EUA. Num artigo de 2024 do Military Times, cerca de 94.000 veteranos não possuem cidadania dos EUA e correm risco de deportação.[20] Para crimes que podem resultar na remoção (deportação) de um não cidadão, uma explicação detalhada pode ser encontrada em: https://www.nolo.com/legal-encyclopedia/crimes-that-will-make-immigrant-deportable.html

# Perda de benefícios devido a condenação por crime grave e prisão (aplica-se a todos os veteranos)

## Benefícios da SSA

Ver, em geral: https://www.ssa.gov/pubs/EN-05-10133.pdf

## Benefícios do VA

Os veteranos podem perder os seus benefícios do VA se forem encarcerados. Para veteranos encarcerados, a redução ou perda total dos benefícios é determinada pelo crime cometido e pela sentença de prisão resultante, por exemplo, se o crime foi um felony ou misdemeanor. Os benefícios geralmente afetados por uma pena de prisão incluem benefícios educacionais e compensações por incapacidade. Ver, em geral: http://www.benefits.va.gov/persona/veteran-incarcerated.asp

### *Compensação por incapacidade do VA*

Os pagamentos de compensação por incapacidade do VA são reduzidos se um veterano for condenado por um felony e permanecer preso por mais de 60 dias. Veteranos com classificação de 20% ou mais ficam limitados à taxa de incapacidade de 10%. Para um veterano cuja classificação de incapacidade seja de 10%, o pagamento é reduzido para metade. Esses pagamentos podem ser restabelecidos após a libertação da prisão, dependendo da gravidade da incapacidade relacionada com o serviço nesse momento.

[20] Ver: https://www.militarytimes.com/news/your-military/2024/04/15/deported-veterans-struggle-to-access-va-services-study-finds/

### *Pensão do VA*

Ao contrário da compensação por incapacidade, uma pensão do VA será perdida completamente independentemente do crime cometido e da sentença aplicada. Os pagamentos de pensões do VA serão interrompidos no 61º dia de encarceramento. Esses pagamentos podem ser restabelecidos após a libertação da prisão, mas apenas se todos os requisitos de elegibilidade do VA forem novamente cumpridos. Se um veterano não notificar o VA do seu encarceramento, poderá perder todos os benefícios do VA até que os pagamentos em excesso recebidos durante o período de encarceramento sejam recuperados.

### *Repartição do VA para cônjuge ou filhos*

Reclusos que não estejam a receber os seus benefícios na prisão podem optar por que os pagamentos sejam enviados para o cônjuge, filhos ou pais, caso estes sejam dependentes. Para receber esses benefícios, deve ser comprovada a necessidade individual das pessoas que irão receber o benefício. A repartição não está disponível para veteranos condenados por felony. A pessoa que irá receber os pagamentos deve solicitar o benefício ao VA, pois o pagamento não será enviado automaticamente.

### *Benefícios educacionais do VA*

Veteranos encarcerados por crimes que não sejam felony ainda podem receber benefícios educacionais mensais. Se condenados por felony, o veterano poderá receber apenas benefícios educacionais parciais.

# Benefícios para veteranos após deportação

## Benefícios da SSA

A deportação de um veterano não cidadão pode resultar na suspensão do pagamento de Special Veterans Benefits. A suspensão dos benefícios começa no mês seguinte ao mês em que a SSA recebe notificação da remoção ou deportação do veterano não cidadão por parte do Secretary of Homeland Security, Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security, DHS), Attorney General ou Departamento de Justiça (Department of Justice, DOJ). Uma vez que o veterano não cidadão esteja sujeito à suspensão de pagamentos após a sua remoção, os pagamentos não podem ser restabelecidos até que lhe seja concedida admissão legal para residência permanente nos Estados Unidos. Benefícios de dependentes ou sobreviventes com base no registo de um veterano não cidadão removido não podem ser pagos em qualquer mês em que:

- Os benefícios estejam ou teriam sido suspensos; e
- O dependente ou sobrevivente não é cidadão dos EUA; e
- O dependente ou sobrevivente esteve fora dos Estados Unidos em qualquer momento durante o mês, mesmo que a ausência tenha sido apenas por parte de um dia.

Ver, em geral: https://secure.ssa.gov/poms.nsf/lnx/0302635001.

## Benefícios do VA

A remoção de um veterano não cidadão, em geral, não deve afetar os seus benefícios do VA, mas exigirá o cumprimento de procedimentos adicionais. VA deve tratar o veterano da mesma forma que trata outros veteranos que vivem no estrangeiro. Ver, em geral: http://www.benefits.va.gov/persona/veteran-abroad.asp.

## A Iniciativa para Membros das Forças Armadas Imigrantes e Veteranos

Em 2021, o DHS e o VA iniciaram uma colaboração denominada Immigrant Military Members and Veterans Initiative (IMMVI) para ajudar veteranos e suas famílias a recuperar e aceder a benefícios destinados a veteranos não cidadãos e aos seus familiares imediatos. O portal online para aceder aos benefícios deste programa e consultar os recursos disponibilizados pode ser encontrado em: https://www.dhs.gov/immvets

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 19. Dissolução ou venda de uma empresa

Vender ou dissolver uma empresa pode apresentar muitas complexidades jurídicas dependendo de vários fatores, como a forma da empresa, se a empresa é propriedade conjunta e a necessidade de tratar de questões fiscais e licenças associadas ao negócio. Por esta razão, trata-se de uma área em que frequentemente é necessário apoio jurídico profissional. Este capítulo destaca questões gerais importantes a considerar.

**Quais são as Formas Comuns de Organizações Empresariais? ➤ Quais são as Considerações ao Vender ou Dissolver uma Empresa Individual? ➤ Quais são as Considerações ao Vender um Negócio de Propriedade Conjunta? ➤ Lista de Verificação: Dissolução ou venda de uma empresa**

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# Quais são as formas comuns de organizações empresariais?

As leis estaduais e federais regulam as empresas e definem várias formas de organização empresarial. Para efeitos da legislação federal, os tipos mais comuns de entidades empresariais são: (1) empresa em nome individual; (2) sociedade; (3) corporação; e (4) sociedade de responsabilidade limitada.

A maioria das pequenas empresas começa como empresa em nome individual. Por isso, este capítulo é direcionado principalmente para empresas em nome individual. Numa empresa em nome individual, o proprietário assume responsabilidade ilimitada por todas as dívidas contraídas pela empresa. Por outro lado, há relativamente pouca documentação necessária para iniciar e dissolver uma empresa em nome individual. Além disso, todos os rendimentos derivados da empresa fluem diretamente para o proprietário e são refletidos nas suas declarações fiscais pessoais. Como resultado, empresários em nome individual podem precisar apresentar vários formulários fiscais, incluindo, entre outros:

- Form 1040 (declaração individual de imposto sobre o rendimento);
- Schedule SE (imposto sobre trabalho independente);
- Form 4562 (depreciação e amortização);
- Form 8829 (Despesas pelo uso comercial da residência; e
- Formulários de imposto sobre emprego.

Ao enfrentar uma possível deportação, deve consultar um advogado fiscal ou especialista para garantir que foram apresentados os formulários corretos. A apresentação de formulários incorretos pode ser considerada evasão fiscal ou fraude, que são infrações deportáveis e podem afetar uma futura readmissão.

Numa **sociedade**, duas ou mais pessoas gerem e operam um negócio, e normalmente cada sócio tem responsabilidade ilimitada pelas dívidas e obrigações da sociedade. Existem três tipos de sociedades: A parceria geral, a parceria limitada e a parceria de responsabilidade limitada. Numa parceria de responsabilidade limitada, cada parceiro individual tem um nível reduzido de responsabilidade. Em vez disso, a parceria de responsabilidade limitada como um todo mantém a responsabilidade.

Em **contrapartida**, uma sociedade anónima é uma entidade empresarial que tem personalidade jurídica distinta dos seus proprietários. A característica definidora de uma sociedade anónima é que tem responsabilidade limitada para os seus proprietários – especificamente, que os seus membros não são pessoalmente responsáveis pelas dívidas e obrigações da sociedade. Este capítulo não se centra nas sociedades anónimas porque não são comuns no contexto das pequenas empresas, mas continua a ser importante procurar apoio jurídico ao vender ou dissolver uma sociedade anónima.

Uma **empresa de responsabilidade limitada (Limited Liability Company, LLC)** é uma estrutura empresarial em que os membros da empresa não podem ser responsabilizados pessoalmente pelas dívidas ou obrigações da empresa. As LLCs são essencialmente entidades híbridas que combinam a proteção de responsabilidade de uma sociedade anónima com as características fiscais de uma parceria ou de uma empresa em nome individual.

## Quais são as considerações ao vender ou dissolver uma empresa em nome individual?

Deve ter em conta várias considerações quando pretende vender ou dissolver uma empresa em nome individual, porque todos os estados e localidades têm requisitos diferentes para encerrar empresas em nome individual. Além disso, é aconselhável consultar um advogado familiarizado com os requisitos do Secretário de Estado, do condado, da cidade e da administração de pequenas empresas, que conheça os passos adequados a tomar.

### Dissolução de uma empresa em nome individual

Dissolver uma empresa individual, em vez de vender a empresa, pode ser preferível quando existem limitações de tempo. Encerrar uma empresa em nome individual não exige negociações nem transferências. Como resultado, pode ser mais rápido do que vender uma empresa. Em qualquer dos casos, é importante manter registos precisos e reservar fundos para dívidas, impostos e contas inesperadas.

Ao dissolver uma empresa em nome individual, o proprietário deve notificar:

(1) Secretário de Estado;
(2) o gabinete do escrivão do condado e da cidade;
(3) autoridades fiscais locais, estaduais e federais;
(4) entidades licenciadoras e associações comerciais;
(5) credores e fornecedores;
(6) clientes;
(7) empregados;
(8) senhorios e locadores de equipamentos; e
(9) bancos.

No entanto, ao contrário de muitas outras empresas, não é necessário registar oficialmente a dissolução de uma empresa em nome individual.

Contudo, há muitas tarefas a concluir antes da dissolução. Os proprietários devem concluir todas as encomendas finais, notificar os clientes e pagar as dívidas pendentes. É igualmente importante cancelar registos, autorizações, licenças e nomes comerciais. As leis de emprego e trabalho também podem determinar como notificar, despedir e pagar os empregados e apresentar a documentação fiscal relacionada.

Os proprietários que enfrentam deportação devem considerar que bens podem vender após dissolver a empresa, como equipamentos ou mercadorias. Depois de vender os bens, os proprietários devem encerrar todas as contas bancárias e cartões de crédito da empresa.

## Venda de uma empresa em nome individual

Vender uma empresa em nome individual é vantajoso quando não existem limitações de tempo, quando um comprador já demonstrou interesse ou quando a empresa tem uma avaliação particularmente elevada. O processo de venda de uma empresa em nome individual pode ser complicado e recomenda-se obter aconselhamento de um advogado e de um corretor de empresas se pretender vender a sua empresa.

Primeiro deve considerar a avaliação da sua empresa tendo em conta as licenças, arrendamentos e outros ativos da empresa. Como questão processual, deve refletir a venda em todos os formulários fiscais. Para efeitos federais, deve documentar a venda no Form 8594 (Declaração de Aquisição de Ativos). Em alguns estados, como o Texas, um indivíduo pode dissolver a empresa e um novo proprietário pode registar a empresa nos formulários de imposto sobre vendas. No Wisconsin, se o nome da empresa não for o nome legal completo do novo proprietário, o novo proprietário deve apresentar um pedido de “doing business as”. Existem muitas variações específicas de cada estado.

Se tiver uma hipoteca ou arrendamento sobre a propriedade da empresa ou sobre equipamentos utilizados pela empresa, deve também transferi-los para o novo proprietário e obter autorizações dos credores e locadores. Se não o fizer, poderá continuar responsável por pagamentos ou lesões muito depois de ter deixado o país e já não gerir a empresa.

Se o valor da empresa for inferior às suas dívidas, pode considerar iniciar um mecanismo legal estatal geralmente chamado “assignment for the benefit of creditors.” Isto implica transferir todos os ativos para um cessionário (liquidatário) que vende os ativos e distribui o produto da venda com base no montante devido a cada credor que

apresente reclamações após ser notificado. Na maioria dos casos, o cessionário é uma pessoa ou entidade escolhida pelo proprietário da empresa, mas deve ser aceitável segundo a legislação estatal e possuir as qualificações necessárias. Este processo é mais frequentemente utilizado por empresas (sociedades anónimas ou empresas de responsabilidade limitada), pois a legislação estatal normalmente não concede a um indivíduo ou empresário em nome individual uma "quitação" das suas dívidas. Embora o proprietário ainda possa ter responsabilidade pessoal por certos impostos não pagos, os credores podem ter menos probabilidade de iniciar ações de cobrança.

## Quais são as considerações ao vender uma empresa detida em conjunto?

Numa empresa ou parceria detida em conjunto, é fundamental manter um diálogo aberto com o coproprietário. Se uma das partes quiser continuar no negócio, as partes devem rever os seus acordos e considerar o direito de preferência do coproprietário, direitos de consentimento ou notificação e procedimentos de mudança de controlo.

### Direito de preferência do coproprietário

Em geral, o direito de preferência é o direito de uma pessoa comprar algo antes que a oferta seja disponibilizada a outros. O direito de preferência é frequentemente estabelecido num acordo entre os proprietários da empresa. Assim, as partes terão de consultar os seus acordos. Se o seu acordo com os coproprietários contiver uma cláusula de direito de preferência, deve oferecer a venda da sua parte da empresa aos coproprietários antes de a oferecer a qualquer outra pessoa.

### Consentimento e notificação do coproprietário

Mesmo que os coproprietários não tenham, ou decidam não exercer, um direito de preferência, podem ainda querer ter algum controlo sobre quem adquire a sua parte da empresa. Antes de vender a sua participação, deve verificar se o acordo dos proprietários exige que o vendedor obtenha consentimento dos outros coproprietários. O acordo pode, pelo menos, exigir que informe os coproprietários sobre a venda. Se tais disposições existirem no contrato, deve cumpri-las.

## Mudança de controlo

Além disso, se você e outras pessoas forem proprietários conjuntos da empresa e pretender vender a sua parte, deve determinar se algum contrato relacionado com a empresa exige notificação a alguém em caso de "mudança de controlo." Uma mudança de controlo pode ocorrer quando um proprietário vende a sua parte da empresa. Por exemplo, alguns contratos exigem que, em caso de mudança de controlo, o proprietário da empresa notifique o banco que concedeu o empréstimo à empresa, o banco que detém a hipoteca da empresa ou qualquer entidade que tenha concedido uma licença à empresa. Se o seu contrato contiver uma cláusula de mudança de controlo que seja ativada pela venda da sua participação, deve cumprir os termos dessa cláusula.

# Lista de verificação: Dissolução ou venda de uma empresa

- Decida se pretende dissolver ou vender a sua empresa. Dependendo do tipo de empresa, dissolver a empresa pode levar menos tempo.
- Depois de saber o que pretende fazer com a sua empresa, é melhor contratar um advogado o mais cedo possível para o ajudar com os seguintes passos.
- Determine que tipo de empresa possui:
  - Empresa em nome individual – um único proprietário com responsabilidade total pelos custos incorridos pela empresa.
  - Parceria – dois ou mais indivíduos gerem e operam a empresa e cada um tem responsabilidade total pelos custos incorridos pela empresa.
  - Sociedade anónima – entidade empresarial que tem personalidade jurídica distinta dos seus proprietários.

## Dissolução de uma empresa (empresa em nome individual)

- Se for dissolver uma empresa, verifique os requisitos do seu estado, localidade e da administração de pequenas empresas para determinar os passos necessários.
- Notifique:
  - Secretário de Estado;
  - Gabinete do escrivão do condado e da cidade;
  - Autoridades fiscais federais locais;
  - Entidades licenciadoras e associações comerciais;
  - Credores, seguradoras e fornecedores; e
  - Clientes.

- Pague todas as contas e dívidas;
- Cumpra as leis laborais
- Mantenha registos para efeitos fiscais.

## Venda de uma empresa em nome individual

- É aconselhável primeiro obter aconselhamento de um advogado e de um corretor de empresas.
- Deve considerar quanto vale a sua empresa. Para isso, tenha em conta as licenças, arrendamentos e outros ativos da empresa, entre outros.
- Deve documentar a venda no Form 8594 (Declaração de Aquisição de Ativos).
- É provável que também existam requisitos de registo estaduais.
- Na venda, certifique-se de transferir todas as hipotecas ou arrendamentos sobre a propriedade da empresa ou sobre equipamentos utilizados pela empresa.

## Venda de uma empresa detida em conjunto

- Deve falar com o seu coproprietário desde cedo para determinar se ele ou ela também pretende dissolver a empresa.
- Se o coproprietário quiser continuar a possuir a empresa, consulte o acordo para verificar se existe direito de preferência, direitos de consentimento ou notificação, ou quais procedimentos de mudança de controlo são necessários.
- Se algum destes termos estiver presente, deve cumpri-los.

*Clique aqui para voltar ao Índice*

# 20. Questões relacionadas com a declaração de impostos

A apresentação de declarações de impostos e o recebimento de um reembolso de impostos (caso tenha pago impostos em excesso) são uma parte necessária de obter rendimentos nos Estados Unidos. De acordo com o teste de "presença substancial", a maioria dos imigrantes é classificada como estrangeiro residente para efeitos fiscais e deve apresentar o formulário padrão 1040. Esta secção responde às seguintes questões:

É um "estrangeiro residente" ou "estrangeiro não residente" para efeitos de declaração de impostos? ➤ É obrigado a apresentar uma declaração de impostos? De qualquer forma, deve fazê-lo? ➤ E se o seu cônjuge for deportado e você permanecer no país? ➤ Quando recebe o seu reembolso de impostos, se lhe for devido? ➤ Quais são as penalidades por não apresentar declarações de impostos? ➤ Onde pode obter os formulários necessários para apresentar impostos? ➤ Lista de verificação: Questões relacionadas com a declaração de impostos

*Cada capítulo tem como objetivo fornecer informações gerais sobre um determinado tema. Em muitos casos, as leis podem diferir de estado para estado. Portanto, estas informações não se destinam a substituir assistência jurídica específica de cada estado. Nada neste manual se destina a criar uma relação advogado-cliente ou fiduciária.*

# É um "estrangeiro residente" ou "estrangeiro não residente" para efeitos de declaração de impostos?

Deve primeiro determinar se é um "estrangeiro residente" ou "estrangeiro não residente" para efeitos fiscais a fim de determinar quais formulários utilizar e quais rendimentos devem ser tributados. Os **"estrangeiros residentes"** são geralmente tributados sobre os seus rendimentos mundiais, tal como os cidadãos dos EUA. No entanto, uma parte dos rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos pode ser elegível para exclusão.[21] Os **"estrangeiros não residentes"** são tributados apenas sobre os seus rendimentos provenientes de fontes dentro dos Estados Unidos e sobre determinados rendimentos relacionados com o exercício de uma atividade comercial ou empresarial nos Estados Unidos.

**Mesmo que não seja um residente permanente legal para efeitos da lei de imigração, pode, e frequentemente será, considerado um "estrangeiro residente" para efeitos fiscais.**

De acordo com a Secção 7701(b) do Internal Revenue Code (IRC), um "estrangeiro residente" é qualquer pessoa que mantenha uma "presença substancial" nos Estados Unidos, o que requer:

1. 31 dias de presença nos EUA durante o ano em questão, e
2. A soma do número de dias de presença durante o ano em questão mais os dois anos anteriores seja de pelo menos 183 após ponderação.
    a. Para satisfazer o segundo critério, os dias do ano atual são multiplicados por um, os dias do ano anterior são multiplicados por um terço, e os dias do segundo ano anterior são multiplicados por um sexto, sendo depois somados os números resultantes.

Assim, os imigrantes que vivem nos Estados Unidos a tempo inteiro são provavelmente considerados "estrangeiros residentes" para efeitos fiscais. Os "estrangeiros residentes" são obrigados a apresentar o Formulário 1040 enquanto estiverem nos Estados Unidos e, quando regressarem ao seu país de origem, podem continuar a ser tratados como "estrangeiros residentes" desde que o teste de presença substancial seja cumprido.

[21] https://www.boundless.com/blog/immigrants-filing-taxes/

*Nota: Apresentar impostos como "estrangeiro não residente" pode afetar o seu estatuto de residente permanente, pois pode ser utilizado como base para o governo alegar que é residente noutro país e que abandonou a sua residência permanente nos Estados Unidos. Da mesma forma, pagar impostos noutro país pode criar a presunção de que também reside nesse país.*[22]

## É obrigado a apresentar uma declaração de impostos? De qualquer forma, deve fazê-lo?

Se for considerado um "estrangeiro residente", deve apresentar uma declaração de impostos se os seus rendimentos forem superiores a um determinado nível. O valor varia dependendo do estatuto de declaração, idade e tipo de rendimento obtido. Por exemplo, em 2023, um casal casado com menos de 65 anos geralmente não era obrigado a declarar impostos a menos que o rendimento conjunto excedesse $27,700. No entanto, trabalhadores por conta própria geralmente devem apresentar uma declaração de impostos se o seu rendimento líquido de trabalho independente for de pelo menos $400. As questões fiscais são abrangidas pelo Internal Revenue Code (IRC) e respetivos regulamentos. Um "estrangeiro não residente" que exerça uma atividade comercial ou empresarial nos Estados Unidos num determinado ano fiscal deve apresentar uma declaração de impostos.

Não existem leis ou regulamentos especiais para imigrantes que enfrentam deportação. Mesmo que não seja obrigado a apresentar impostos, pode optar por fazê-lo para receber o reembolso de quaisquer impostos pagos em excesso ou para receber créditos fiscais como o Earned Income Tax Credit.

## E se o seu cônjuge for deportado e você permanecer no país?

Se o seu cônjuge for deportado e não cumprir o teste de "presença substancial", será considerado um "estrangeiro não residente" para efeitos fiscais. Se continuar a residir nos EUA, ainda poderá apresentar uma declaração conjunta se o seu cônjuge deportado optar por ser tratado como "estrangeiro residente" para efeitos fiscais. Por outras palavras, mesmo que o seu cônjuge esteja fora do país e já não seja residente dos Estados Unidos, o cônjuge que permanece no país pode optar por apresentar uma declaração conjunta com o cônjuge deportado. Isto pode ser benéfico para si enquanto residente devido ao tratamento fiscal favorável de um casal que apresenta declaração conjunta.

Se apresentar uma declaração conjunta, no entanto, o cônjuge não residente deve declarar os seus rendimentos estrangeiros na declaração de impostos dos EUA.

[22] https://citizenpath.com/us-taxes-immigration-consequences/

## Quando recebe o seu reembolso de impostos se lhe for devido?

Os reembolsos não serão pagos no momento da sua partida.

- Os "estrangeiros residentes" devem preencher o Formulário 1040 (ou Formulário 1040-SR se tiverem 65 anos ou mais) e receberão um reembolso se lhes for devido. Para determinar se os rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos podem ser excluídos, os "estrangeiros residentes" devem preencher o Formulário 2555.
- Se os "estrangeiros não residentes" tiverem direito a reembolso de impostos, devem preencher o Formulário 1040NR no final do ano fiscal para receber o reembolso.

Uma reclamação de reembolso deve ser apresentada dentro de três anos a partir da data de vencimento da declaração ou dentro de dois anos a partir do momento em que o imposto foi pago (o que ocorrer mais tarde), caso contrário perde-se o direito ao reembolso. Uma vez que uma declaração de impostos seja submetida ao Serviço de Impostos Internos (Internal Revenue Service, IRS) indicando que é devido um reembolso, o valor devido é normalmente pago em cerca de 21 dias, embora por vezes os pagamentos possam demorar mais.

## Quais são as penalidades por não apresentar declarações de impostos?

Se não apresentar uma declaração de impostos, pode estar sujeito a penalidades civis e criminais. Embora penalidades criminais possam não ser aplicáveis depois de ter deixado os Estados Unidos, penalidades civis podem ser potencialmente aplicadas a bens que possua e que permaneçam nos Estados Unidos.

Existem diferentes penalidades civis para apresentação tardia, fraude, pagamento tardio do imposto e problemas de exatidão. A penalidade civil por apresentação tardia baseia-se no imposto não pago até à data de vencimento. A penalidade é geralmente de 5% por cada mês ou parte de mês em que a declaração esteja atrasada, mas não superior a 25%. Além disso, se dever imposto sobre o rendimento, o IRS tem dez anos a partir da data em que o imposto é avaliado para cobrar o imposto. Mas se não apresentar uma declaração de impostos, o período de dez anos para cobrança não começa a contar. Nesse caso, o IRS tem um período indefinido para cobrar os impostos devidos. A não apresentação de declarações de impostos também pode ter consequências negativas caso procure imigrar novamente para os Estados Unidos no futuro.

Além disso, não apresentar impostos quando exigido pode afetar o processo de naturalização. A elegibilidade para naturalização exige demonstração de bom caráter moral. Os pedidos de naturalização incluem perguntas específicas sobre apresentação de impostos. Se os Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA (U.S. Citizenship and Immigration Services, USCIS) acreditarem que evitou as suas obrigações fiscais de alguma forma, podem negar o pedido com base no requisito de bom caráter moral.[23] Nos últimos anos, defensores têm relatado um escrutínio mais rigoroso por parte do USCIS quanto ao cumprimento fiscal.

## Onde pode obter os formulários necessários para apresentar impostos?

Todos os formulários necessários estão disponíveis no sítio web do IRS em www.irg.gov (versão em espanhol: www.irs.gov/Spanish) para download e impressão. Em alternativa, pode solicitar cópias dos formulários por telefone (1-800-829-1040). O IRS fornece serviços internacionais por telefone em (1-267-941-1000, não gratuito) ou por correio em:

Internal Revenue Service
International Accounts
Philadelphia, PA 19255-0725

Também pode contactar o Taxpayer Advocate designado para contribuintes internacionais para obter ajuda com problemas fiscais.

*Por telefone:*
*+15.15.56.46.827*

*Por fax:*
*681-247-3158*
*304-707-9793*

*Por correio eletrónico:*
*tas.international@irs.gov*

Informações adicionais sobre serviços do IRS para contribuintes internacionais estão disponíveis em https://www.irs.gov/individuals/international-taxpayers.

[23] https://citizenpath.com/us-taxes-immigration-consequences/

# Lista de verificação: Questões relacionadas com a declaração de impostos

*Mesmo que não seja um residente permanente legal para efeitos da lei de imigração, pode ser – e se viveu nos EUA durante muito tempo, provavelmente é – um "estrangeiro residente" para efeitos da legislação fiscal.*

- Se for um "estrangeiro residente" para efeitos fiscais, deve preencher o Formulário 1040 (ou Formulário 1040-SR se tiver 65 anos ou mais) no final do ano fiscal como faria se estivesse nos Estados Unidos.
- Se for um "estrangeiro não residente" para efeitos fiscais, deve preencher o Formulário 1040NR no final do ano fiscal para receber qualquer reembolso do ano.
- Um cônjuge residente pode apresentar declaração conjunta com um cônjuge deportado se este optar por ser tratado como "estrangeiro residente" para efeitos fiscais. Nesse caso, o cônjuge deportado deve declarar os seus rendimentos mundiais na declaração.
- Se não apresentar os formulários fiscais apropriados, pode estar sujeito a penalidades civis e criminais. Isto pode tornar impossível voltar a imigrar para os Estados Unidos.
- Todos os formulários necessários estão disponíveis no sítio web do IRS em www.irs.gov (versão em espanhol: www.irs.gov/Spanish)

***PRINCIPAIS CONCLUSÕES***

Se for deportado, poderá ainda ter de apresentar, ou desejar apresentar, um Formulário 1040 ou 1040NR, conforme apropriado, no final do ano fiscal. A apresentação de uma declaração de impostos permitirá receber quaisquer impostos pagos em excesso e quaisquer créditos fiscais – como o Earned Income Tax Credit – a que tenha direito.